



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

ADRIANA QUEIROZ DO NASCIMENTO PINHORATI

**AS RESISTÊNCIAS À CIDADE DE EXCEÇÃO: Reestruturação Urbana em Cuiabá
no Contexto da Copa do Mundo da FIFA de 2014**

**THE RESISTANCES TO THE CITY OF EXCEPTION: URBAN Restructuring in
Cuiabá in the 2014 Fifa's World Cup context**

CAMPINAS

NÚMERO: /2016

ADRIANA QUEIROZ DO NASCIMENTO PINHORATI

**AS RESISTÊNCIAS À CIDADE DE EXCEÇÃO: Reestruturação Urbana em Cuiabá
no Contexto da Copa do Mundo da FIFA de 2014**

**TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM GEOGRAFIA.
NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL.**

ORIENTADOR: PROF. DR. EDVALDO CESAR MORETTI

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA ADRIANA
QUEIROZ DO NASCIMENTO PINHORATI E ORIENTADA
PELO PROF. DR. EDVALDO CESAR MORETTI.**

CAMPINAS

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Solicitar no site do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP a confecção da ficha catalográfica:

<http://hamal.bc.unicamp.br/catalogonline2/>

FOLHA DE APROVAÇÃO

Será inserida pela Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Geociências

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a Deus, pois com a força dada por ele, pude saltar da cidade de Cuiabá-MT para a cidade de Campinas-SP e enfrentar os desafios diários do que é viver fora de casa, mergulhar na pesquisa enquanto estudante, viajar pelo Brasil em eventos relacionados a temática estudada, conhecer pessoas maravilhosas que sempre estarão presentes em minha vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Programa de Pós Graduação da UNICAMP, ao CNPq pois fui bolsista por um ano, ao Observatório das Metrópoles (UFRJ) pela parceria estabelecida ao longo da construção da tese que proporcionou discutir uma metodologia de trabalho articulado entre diferentes cidades sedes da Copa do Mundo. À UFMT onde atuo como docente e que também contribuiu com o desenvolvimento da pesquisa, ao meu orientador Edvaldo Cesar Moretti pela paciência que teve ao longo desses anos de parceria e de construção da tese.

Agradeço ao meu esposo Roney Silva Pinhorati que tive a oportunidade de conhecer morando em Campinas e fazendo doutorado, por toda energia positiva que tornou os meus dias mais tranquilos para que eu pudesse terminar a tese. Agradeço ainda pela paciência de meu filho Igor, que mesmo estando em meu ventre, jamais me limitou a ficar acordada até tarde, ou mesmo ir aos diferentes bairros conversar com as lideranças dos movimentos em que tive contato para escrever esta tese.

Aos moradores dos bairros Bela Vista, Dom Bosco, Renacer, Pedregal e também Altos do Parque, por estarem sempre receptivos à pesquisa desenvolvida; aos motoristas que com muito carinho atenderam ao chamado de estarem me acompanhando nas entrevistas, ao grupo de pesquisa que coordenei ao longo do desenvolvimento desta tese, eles foram realmente muito importante para os levantamentos realizados em parceria com o Observatório das Metrópoles.

Agradeço o incentivo que recebi dos meus pais e irmãos, que me ajudaram com a estrutura emocional para conciliar a vida fora de Cuiabá e os constantes deslocamentos, e também aos amigos em especial Gizelle Prado da Silva Fonseca, Adriano S. Lucas Santos, Josi Kelly Q. Costa, Marcio Bredariol e Eduardo Terra, Keylla Samia Rozina, Sandra Rosa, Inez, Adeir Arcanjo Motta, Claudia, que nunca mediram esforços para me ajudar, muitas vezes nas madrugadas, fornecendo hospedagem em Campinas, seja buscando e levando, na rodoviária, no aeroporto, saindo nos barzinhos ou mesmo indo a casa de meus pais, trocando conversas para relaxar. Enfim, agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para que eu pudesse terminar o doutorado.

EPÍGRAFE

Por meio de extensores e de programas de habitação popular, a cidade aumenta desmesuradamente a sua superfície total e este aumento de área encoraja a especulação, o processo recomeçando e se repetindo em crescendo.

E, afinal, os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro. Nem por isso este fato – aliás, de fácil constatação – desencoraja propostas como a que agora está sendo apresentada como salvadora, isto é, a taxação dos lotes vazios como forma de obrigar a construção.

Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional? Como há linhas de coletivos depende de arranjos nem sempre bem-sucedidos, e nem sempre claros, entre o poder público e as concessionárias. Aliás, com o praticamente determinam a instalação de um sistema que impede o urbano convencional trabalha a partir das mesmas falas premissas e fica dando voltas em torno de si mesmo, sem encontrar uma saída que seja interessante para a população.

O espaço do Cidadão
(SANTOS, 2007, p. 63)

RESUMO

“AS RESISTÊNCIAS À CIDADE DE EXCEÇÃO: Reestruturação Urbana em Cuiabá no Contexto da Copa do Mundo da FIFA de 2014”

O Brasil sediou um dos principais eventos esportivos mundiais em 2014: a Copa do Mundo, realizada pela FIFA - Fédération Internationale de Football Association. Muitas transformações de cunho social, político, cultural e econômico passaram a ser associadas ao megaevento num sistema de apoio logístico. Esse processo ocorreu em meio ao que Agambem (2004) denomina de Estado de Exceção e gera a cidade de exceção, quando os investimentos em infraestrutura encontram lacunas na própria legislação urbana brasileira ao serem mediados por interesses que passam pelo setor imobiliário, utilizando-se de recursos públicos. O evento movimentou altos recursos financeiros, em especial aqueles direcionados a obras que foram pensadas no momento da Copa do Mundo, e que fogem aos interesses de ordem pública, atendendo aos interesses de grupos políticos e empresariais, utilizando-se de um modelo de governança urbana que tem sido instalado nos países que sediam grandes eventos esportivos,. Esta tese se preocupa em compreender o processo de reprodução do espaço urbano levando-se em consideração as remoções urbanas que antecederam a realização de megaeventos no Brasil analisando as transformações urbanas associadas às mudanças do espaço público e privado e as intervenções socioambientais que ocorreram em virtude da realização da Copa do Mundo em Cuiabá. Para demonstrar esse sistema, que envolve as mudanças urbanas em fase de preparação e desenvolvimento da Copa do Mundo em Cuiabá-MT, esta análise parte de uma abordagem qualitativa (MINAYO;GOMES, 2012). A sequência metodológica se inicia com os levantamentos secundários sobre a reestruturação urbana, os investimentos públicos e privados e as informações sobre a ação dos agentes modificadores do espaço urbano. As hipóteses foram corroboradas a partir do método, no sentido de fazer com que a pesquisa esteja diante de processos analíticos que compreendam a ação dos investimentos públicos e privados para a realização da Copa do Mundo em Cuiabá. No que tange ao processo de compreensão das intervenções socioambientais, será enfatizado o processo de ocupação das margens do Córrego do Barbado, marcado pela segregação socioespacial, pela população periférica desde a década de 1970. Atualmente vem sendo apropriada por grupos imobiliários que agem nacionalmente na construção de edifícios voltados para o público de alto poder aquisitivo. A dicotomia dessa relação está marcada pelo conflito de interesses que diferencia ocupações existentes na mesma área em virtude do processo de valorização da terra urbana e que, devido à Copa do Mundo, cogitou-se remover apenas as famílias de baixo poder aquisitivo que historicamente vivem em Área de Preservação Permanente (APP), passando a ter o seu direito à moradia questionado em virtude da realização do Megaevento. Sabem-se das relações conflitantes do processo de organização da Copa do Mundo, das disputas políticas, dos jogos de interesses, porém torna-se necessário refletir sobre a vida nos ambientes urbanos, sobre as pessoas que estão muito aquém dessa discussão, mas que estão diretamente ligadas ao resultado que as decisões político-administrativas trazem à cidade.

Palavras-chave: 1. Cuiabá; 2. Copa do Mundo; 3. Periferia.

ABSTRACT

THE RESISTANCES TO THE CITY OF EXCEPTION: Urban Restructuring in Cuiabá in the 2014 Fifa's World Cup context"

Brazil hosted one of the world's main sport events in 2014: The World Cup, held by FIFA – Fédération Internationale de Football Association. Many transformations of the social, political, cultural and economical trend began to be associated with the mega event in a system of logistic support. This process took place in the midst of what Agamben (2004) denominates State of Exception, when gaps are found in the infrastructure investments in its own Brazilian urban legislation mediated by interests that go through the real estate industry using public resources. The event handled big financial resources, especially those addressed to construction work that were thought to at the time of the World Cup, and that are beyond the interests of public order, answering to the interests of political and business groups, using an urban governance model that has been established in countries that host large sports events. This thesis cares to understand the reproduction process of the urban space taking into account the urban removals that precede the realization of mega events in Brazil analyzing the urban transformations associated with the changes of public and private space and the socio-environmental interventions that took place in virtue of the realization of the World Cup in Cuiabá. In order to demonstrate this system, which involves the urban changes in the preparation and development phase of the World Cup in Cuiabá-MT, this analysis starts off at a qualitative approach (MINAYO; GOMES, 2012). The methodological sequence initiates with the secondary data collection relating to urban restructure, the public and private investments and the information about the action of urban area modifiers. The hypotheses corroborated from the method, in ways of presenting the research against analytical processes that comprehend the action of public and private investments for the realization of the World Cup in Cuiabá. Regarding the comprehension process of socio-environmental interventions, the occupation process of Córrego do Barbado's edges will be emphasized, set by the socio spatial segregation, by the peripheral population since the decade of 1970. Nowadays it has been appropriated by real estate groups that act nationally in the construction of buildings aimed at the public of high purchasing power. The dichotomy between this relation is marked by the conflict of interest which differentiates the existing occupation in the same area in virtue of the valorization process in urban land and that, due to the World Cup, it has been considered removing only the families with low purchasing power that historically live in the Permanent Preservation Area (PPA), who started having their right of living questioned due to the realization of the mega event. Conflicting relations of the organization process of the World Cup are known, as well as the political disputes and self-interest involved, however it becomes necessary to reflect about life in urban environments, about people who falls far short of this discussion, but that are directly connected to the result that the political administrative decisions bring to the city.

Keywords: 1. Cuiabá; 2. World Cup; 3. Slum

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – AS MUDANÇAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	28
1.1 O ESPAÇO E A ARTE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS CIDADES PARA O MERCADO MUNDIAL	30
1.2 O JOGO DA INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA NA DISPUTA PELO ESPAÇO	36
1.3 O PAPEL DO ESTADO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS PARA OS ESPAÇOS URBANOS.....	45
CAPÍTULO II A REESTRUTURAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO URBANA NO BRASIL EM VIRTUDE DA COPA DO MUNDO.....	56
2.1 A COPA DO MUNDO E O SEU PAPEL REESTRUTURADOR NA CIDADE.....	58
2.2 A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL E O SEU CUNHO MERCADOLÓGICO	60
2.3 AS CIDADES-SEDES BRASILEIRAS E OS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM PROL DA COPA DO MUNDO	64
CAPÍTULO III OS PROJETOS (R)ESTRUTURANTES PARA CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE EM VIRTUDE DA COPA DO MUNDO	71
3.1 A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE CUIABÁ EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO EM 2014	73
3.2 CUIABÁ COMO CIDADE-SEDE DA COPA DO MUNDO E O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA	78
3.3 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO PROPOSTO PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO EM CUIABÁ.....	81
3.4 A REESTRUTURAÇÃO, VALORIZAÇÃO E A MOBILIDADE URBANA DE CUIABÁ	96
3.4.1 O projeto (re)estruturador do aglomerado urbano Cuiabá - Várzea Grande	105
3.4.2 Ampliações do Aeroporto Internacional Marechal Rondon.....	106
3.4.3 Criação do Centro Oficial de Treinamento do Pari	107
3.4.4 O turismo e os investimentos para a copa	113
3.4.5 Estruturação da Região Sul e região metropolitana de Cuiabá	116
3.4.6 Arena Pantanal e os desafios sociais para a região urbana do Verdão	120
3.4.7 Remoções Urbanas em Várzea Grande	126

CAPÍTULO IV REMOÇÕES URBANAS: INTERLOCUTORES NO PROCESSO DE GESTÃO DO ESPAÇO URBANO.....	131
4.1 REMOÇÕES URBANAS: Os projetos de reestruturação urbana e as mudanças na vida da população de baixa renda.....	133
4.2 OCUPAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) E A CONSTRUÇÃO DA AVENIDA PARQUE BARBADO.....	140
4.3 FAMÍLIAS REMOVIDAS DO CASTELO BRANCO E A TRANSFERÊNCIA PARA O ALTOS DO PARQUE II.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	188

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Divisão por Regiões de Cuiabá e suas principais vias urbanas.....	74
Figura 2: Imagem da Av. Fenando Correa da Costa em Cuiabá.....	75
Figura 3: Vista panorâmica da Av. Miguel Sutil e Av. do CPA.....	76
Figura 4: Avenida Edna Affi em Cuiabá-MT.....	77
Figura 5: Mapa das obras realizadas em Cuiabá em virtude da realização da Copa do Mundo em 2014.....	84
Figura 6: Trincheira na Av. Miguel Sutil em Cuiabá.....	86
Figura 7: Obras do VLT na av. FEB em Várzea Grande.....	87
Figura 8: Obras da Av. Miguel Sutil em Cuiabá.....	87
Figura 9: Av. Mario Andreazza – Várzea Grande.....	87
Figura 10: Av. da FEB – Várzea Grande.....	87
Figura 11: Anel viário de Cuiabá em fase de construção entre a região Oeste e Norte da cidade.....	92
Figura 12: Folder de divulgação a turistas durante a Copa do Mundo em Cuiabá.....	95
Figura 13: Arquibancada criada no FIFA FAN FEST espaço onde ocorreram os shows pós realização de cada jogo da Copa do Mundo.....	96
Figura 14: Anuncio de venda de imóvel nas proximidades do VLT.....	98
Figura 15: Obras da Avenida Arquimedes Pereira Lima (Estrada do moinho), 2014.....	99
Figura 16: Mapa identificando a maior parcela da população distante das áreas que receberam investimentos da Copa do Mundo 2014.....	100
Figura 17: Viaduto da Sefaz e asfalto danificado.....	101
Figura 18: Ponte destruída no Bairro Cophema pela ação da chuva.....	102
Figura 19 e 20: Elevado da UFMT na Av. Fernando Correa da Costa, 2014.....	103
Figura 21 e 22: Estreitamento de via urbana em área de rotatoria no elevado do Parque Cuiabá;.....	104
Figura 23: Mapa com a divisão regional do município de Várzea Grande/MT.....	108
Figura 24: Sinalização para a área em que estava sendo construído o COT- Pari.....	110
Figura 25: Comercialização da área do COT-Pari em Várzea Grande-MT.....	111
Figura 26: Estruturação da Região Norte de Várzea Grande e Oeste de Cuiabá.....	112
Figura 27: Complexo turístico da Salgadeira em Cuiabá.....	114
Figura 28: Chapada dos Guimarães na véspera do jogo da Copa do Mundo em Cuiabá.....	115
Figura 29: Mapa da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.....	116
Figura 30: Previsão do anel viário em Cuiabá e Várzea Grande.....	119
Figura 31: Mapeamento da área do entorno da Arena Pantanal – Cuiabá.....	122
Figura 32: Faixa em frente a Feira do Verdão em Cuiabá.....	124
Figura 33 e 34, : infraestrutura oferecida aos feirantes da APETAC Antes e após a reforma realizada no espaço.....	125
Figura 35 e 36: Protestos realizados pelos feirantes para sensibilizar a população sobre o problema da falta de espaço.....	125
Figura 37: Viaduto criado na Av. da FEB em Várzea Grande em cima das casas dos moradores do Bairro da Manga-VG.....	127
Figura 38: Avenida da FEB em Várzea Grande e as transformações socioespaciais na cidade.....	128
Figura 39: Área de valorização urbana no Bairro Bela Vista em Cuiabá-MT.....	137
Figura 40: Projeto de construção da Avenida do Parque Barbado.....	139

Figura 41: Moradias na Ocupação Irregular Castelo Branco em Cuiabá.	140
Figura 42: Moradia construída no Bairro Pedregal às margens do Córrego do Barbado.....	142
Figura 43: Traçado da Avenida Parque Barbado divulgado pela SECOPA	146
Figura 44: Notícia sobre os levantamentos realizados pela UFMT no Bairro Bela Vista.....	147
Figura 45: Moradores diretamente impactados pela construção da Avenida Parque Barbado reunidos no Bairro Pedregal.....	149
Figura 46 e 47: Família residente na Ocupação Irregular Castelo Branco em condições vulneráveis;151	
Figura 48 e 49: Moradias do Altos do Parque em período de construção durante a realização das Obras da Copa do Mundo	155
Figura 50: Vista parcial dos moradores que seriam removidos da ocupação Castelo Branco	159
Figura 51: Obras do projeto da prefeitura Municipal de Cuiabá – Poeira Zero	161
Figura 52: Exemplo de moradia construída para abrigar os deslocados involuntariamente pelas obras da Copa do Mundo.	162
Figura 53: Placa de obra da área construída para atender a população que iria ser removida da área do Barbado;	163
Figura 54 e 55: Área do córrego sem a presença das moradias na ocupação Castelo Branco	164
Figura 56: Antiga residência da família do Senhor Fernando B. da Souza.....	166
Figura 57: Moradia transformada em Igreja no Bairro Altos do Parque.....	170
Figura 58: Moradia com grades de proteção nas janelas e Portas	172
Figura 59: Boleto de pagamento da moradia no Altos do Parque	174
Figura 60: Terminal de baldeação entre o Bairro Altos do Parque e o Parque Cuiabá local de onde partem os transportes rumo à região central da cidade.....	175

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	61
TABELA 2:	64
TABELA 3:	68
TABELA 4:	81
TABELA 5:	89
TABELA 6:	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRIMAT – Associação dos Criadores de Mato Grosso

AGECOPA - Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal

APP – Área de Preservação Permanente

BRT – *Bus Rapid Transit*

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

COT – Centro Oficial de Treinamento

CPA – Centro Político Administrativo

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

FETHAB – Fundo Estadual de Transporte e Habitação

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso

IPEA – Instituto de Ciências Econômicas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

PPP - Parcerias Público Privadas

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSF – Posto de Saúde Familiar

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PR – Partido da República

RDC – Regime Diferenciado de Contratação

SECOPA – Secretaria da Copa Pantanal

SHRBSMT – Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso

SUS – Sistema Único de Saúde

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

INTRODUÇÃO

A Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) é um dos principais eventos esportivos que ocorre em escala mundial. Sua realização envolve principalmente a ideia do direito ao lazer, porém, sua realização nas cidades tem levado à atração de investimentos em várias infraestruturas que geram a valorização imobiliária. Durante a realização da Copa, o Estado brasileiro procurou garantir por meio de regime diferenciado de contratação (RDC), investimentos em infraestrutura urbana que fornecessem condições para sua realização, os quais estiveram diretamente relacionados aos jogos realizados nas cidades sede brasileiras e indiretamente desvinculados das legislações urbanas bem como de seus planos diretores. Apesar dessas obras de infraestrutura estarem ligadas ao setor público, foram orientadas diretamente por interesses privados de empresas que atuam principalmente no setor imobiliário e que encontram na realização desses megaeventos a oportunidade para captar recursos e aumentar seu potencial de investimentos urbanos.

No caso específico do Brasil, que foi sede da Copa do Mundo em 2014, existia um discurso “de país do futebol” legitimando não apenas os jogos, mas sim, obras impactantes na área urbana das cidades sede, mas que ocorreram por motivações que, na maior parte dos casos, fugiram aos interesses e necessidades públicas atendendo, assim, prioritariamente ao sistema de mercantilização das cidades que se utilizaram do esporte para implementar projetos “empresariais” que na maioria dos casos, não refletia à necessidade da população.

Essas empresas que surgiam para executar as obras da Copa do Mundo, sendo financiadas pelo Estado foram as responsáveis pela execução de obras reestruturantes e estiveram inseridas no novo planejamento urbano das cidades-sedes brasileiras. Muito antes do início das atividades que atenderiam à Copa do Mundo da FIFA, já existiam empresas “pré-definidas” ou “se organizando” para atender às necessidades das obras da copa. Pôde-se encontrá-las no seguimento da construção civil, logística de transporte, habitação, hotelaria, lazer e entretenimento etc. Essas infraestruturas acabaram sendo privatizadas em decorrência do custo elevado de sua execução. Assim, as empresas conseguiriam benefícios por meio de financiamento público, as quais foram vinculadas a casos de corrupção e financiamento de campanhas eleitorais.

Entretanto, os investimentos realizados nos espaços urbanos movimentaram a sociedade, especialmente as populações localizadas nos locais estratégicos aos interesses do mercado imobiliário, seja no processo de sua construção seja por estarem diretamente ligados à fase de instalação das obras da Copa; assim, os principais direitos pela moradia aos poucos foram transformados em “exceções” e a permanência de moradores com baixo poder aquisitivo em áreas de interesse aos “eventos da Copa” foram sendo garantidos à base de resistência de grupo ou familiar.

No Brasil, 12 (doze) cidades foram selecionadas para receberem os jogos da Copa do Mundo, entre elas estava Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, lançada como cidade-sede da Copa pelo Governador do Estado (Blairo Maggi), selecionada a partir de interesses políticos e por possuir alguns aspectos particulares frente ao principal bioma existente na região, dentre eles: ser conhecida internacionalmente como a cidade que representa o portal de entrada para o Pantanal de Mato Grosso e por estar próxima à Chapada dos Guimarães, ou seja, ambas paisagens apropriadas ao setor turístico brasileiro e, por isso, poderia servir como “chamariz” aos turistas da Copa do Mundo.

No entanto, Cuiabá, uma cidade que surgiu no processo de mineração aurífera em 1719, encontrava-se em meio a muitos desafios urbanos, pois, para atender à demanda de infraestrutura presente na matriz de responsabilidade imposta pela FIFA às cidades sedes, havia necessidade de um sistema de gestão e reordenamento logístico para atrair e receber turistas brasileiros e outros vindos de diferentes lugares do mundo que estariam no Brasil durante a realização dos jogos. Porém, a pouca infraestrutura histórica da cidade poderia transformar a utopia do planejamento urbano em um desafio financiado mudando a rotina de vida da população ao implementar um projeto de cidade de exceção que desconsiderava as características locais bem como suas legislações, criando para a Copa do Mundo a falsa impressão de que a execução de projetos sem planejamento atenderiam o evento com a previsão de realização de 4(quatro) dias de jogos, e que, posteriormente, pudessem ser exemplos de planejamento permanente para a cidade.

Dessa forma, o jogo de interesse que envolvia empresários de várias áreas encontrava no papel político do Estado um importante agente manipulador que iria direcionar o rumo dessa reestruturação da cidade, e que atenderia aos seus interesses do pós-copa. Assim, Cuiabá, que sediaria a Copa do Mundo em 2014, apresentava possibilidades reais de

mudanças relacionadas à infraestrutura urbana e um caminho para acelerar sua reestruturação intraurbana e metropolitana.

A reestruturação da cidade dependia dos interesses econômicos e também de recursos públicos, visto que as mudanças no cenário urbano não ocorriam de fato a 40 anos, por sinal, o centro principal de Cuiabá, até os anos de 1970, configurava-se como local de moradia e comércio da maioria das pessoas, só nesse ano que algumas obras na cidade começaram a modificar o espaço urbano promovendo reestruturação na área central e periférica. Por esse período uma das principais obras realizadas no sentido de ordenamento territorial da cidade foi a desvinculação entre o centro político e o centro comercial, com o surgimento de três grandes obras: a criação da Avenida Historiador Rubens de Mendonça, conhecida popularmente por Avenida do Centro Político Administrativo (CPA), o asfaltamento e a duplicação da Avenida Fernando Correa da Costa e a construção do anel viário da cidade: a Avenida Miguel Sutil que descentralizaria a área de moradia e comércio da cidade (ROMANCINI, 2000/2001).

As últimas ações realizadas em Cuiabá estiveram ligadas principalmente ao setor de saneamento básico e ao da construção civil, com projetos de habitações do Programa de Arrendamento Familiar (PAR), bem como à implementação da via urbana que dinamizaria a cidade a partir da construção da Avenida profa. Edina Affi ligando duas importantes regiões da cidade: a Sul e a Norte. Além dessa obra existiam duas outras medidas para reorganizar as vias da cidade na região metropolitana: a duplicação da Avenida Palmiro Paes de Barros, que faz ligação de Cuiabá com o município de Santo Antônio do Leverger, e a outra obra também em andamento: a construção do novo anel viário da cidade: Av. Imigrantes fazendo a ligação com Várzea Grande (cidade conurbada à Cuiabá e que possui a segunda maior população do Estado) e demais municípios da região Sudoeste e Nordeste do Estado.

Essas transformações descritas representam os projetos de desenvolvimento de 4(quatro) décadas em Cuiabá. Lembrando-se do *slogan* utilizado por Juscelino Kubitschek de Oliveira na construção de Brasília, a realização de jogos em Cuiabá criaria infraestruturas inexistentes nos últimos 45 anos em apenas três. Dessa forma, baseando-se num modelo de estado de exceção que nesta tese pode-se ler a cidade de exceção, e pensando-se prioritariamente no atendimento aos turistas, que se deslocariam para os jogos da Copa do Mundo, estavam previstas para Cuiabá mais de 200 obras de infraestrutura urbana para atender à demanda da Copa do Mundo em 2014.

Cuiabá contaria, até a realização do evento, com: linhas férreas destinadas ao transporte de pessoas: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), localizada entre as suas principais avenidas fazendo a ligação com o aeroporto no município de Várzea Grande, um estádio novo de futebol – Arena Pantanal (re)territorializado no lugar do antigo estádio, o Governador José Fragelli (Verdão), também seriam construídos dois (2) campos de treinamento para as equipes, novas vias urbanas, formação profissional para atender turistas nacionais e internacionais, novos conjuntos habitacionais entre outros. No entanto, muitas obras acabaram ficando apenas no pré-projeto, pois algumas dessas, não foram realizadas e algumas, ligadas ao transporte urbano, foram iniciadas antes dos jogos da Copa do Mundo, porém, poderão ser concluídas após a realização da copa de 2018.

Contudo, a agilidade na efetivação desses projetos não consolidados pela sociedade provocou a criação de outros espaços dignos de estudo. Essas mudanças, que não foram apenas estruturais, permitiram, também, a criação de exceção a algumas ações públicas/privadas. Assim, para que a maior parte das obras de infraestrutura urbana ocorresse em tempo para a realização da Copa do Mundo em 2014, legislações, historicamente construídas e consolidadas pela sociedade, não foram levadas em consideração e cederam espaço para a criação de leis de exceção, especialmente para o regime do evento. Essas legislações não levaram em conta o direito à cidade, principalmente de quem nela vive, e esta passou a ser vista pela ótica do negócio, isto é, a cidade se torna um negócio e as pessoas se tornam exceções, e, por isso, precisam ser removidas de áreas que despertam o interesse do mercado imobiliário e, sua única forma de luta passa a ser a resistência pela permanência em seus locais de moradia e trabalho.

A resistência pôde ser vista em ações coletivas realizadas por associação de moradores e grupos sociais em defesa dos moradores de áreas ocupadas, ou mesmo por ações individuais de resistência que estão ligadas à ação de famílias que não aceitaram as condições impostas de expropriação de sua moradia, defendendo o direito de permanecerem na área ou de receberem outra moradia de forma digna.

Levando-se em consideração o desenvolvimento econômico e social da cidade, esta tese procura compreender como a reestruturação urbana feita para a Copa do Mundo, e realizada na Cidade de Cuiabá capital de Mato Grosso, evidenciaram a lógica da cidade como uma mercadoria a fim de atender às demandas por infraestrutura necessárias ao mercado internacional dos eventos esportivos. Vale ressaltar que, no Estado de Mato Grosso, essa

lógica também atende aos planos de desenvolvimento da indústria do agronegócio. Por outro lado, busca identificar ações de resistência da sociedade civil organizada que altera o planejamento estratégico previsto no projeto de mercantilização da cidade. Dessa forma, a análise desta tese leva em consideração a hipótese de que ocorreu em Cuiabá a implantação da chamada cidade de exceção para atender aos prazos da Copa do Mundo em 2014, e que, de fato, significaram a quebra das regras constituídas para a produção da cidade permitindo à iniciativa privada atuar sem a mediação dos órgãos de regulação de produção e reprodução da cidade. Além disso, as análises feitas a partir da tese pretendem:

- ✓ Investigar a ação dos agentes públicos frente às mudanças urbanas realizadas em virtude das obras da Copa em Cuiabá;
- ✓ Compreender a dinâmica de transformação do espaço urbano com a execução da matriz da Copa do Mundo definido para Cuiabá-MT
- ✓ Compreender a ação dos movimentos de resistência à cidade da exceção em Cuiabá-MT

Os questionamentos sobre o direito à cidade, moradia, lazer, segurança, saneamento básico, os quais são negados aos moradores das cidades, em virtude da realização dos jogos da Copa do Mundo em Cuiabá, motivaram a organização social com o intuito de repensar como o Estado manipula as informações veiculadas em razão da execução dos projetos de seu interesse. Os locais de moradia que compõem a periferia social passam a serem questionados e a legislação ambiental passa a ser aplicada apenas para as ocupações irregulares no sentido de promover o “deslocamento involuntário”, removendo pessoas de baixa renda de áreas centrais para outras áreas distantes do local em que vivem. Esse movimento promove a expansão urbana na Região Sul e Oeste de Cuiabá e também na região Norte de Várzea Grande, isso ocorre no mesmo instante em que essas áreas desapropriadas, são apropriadas pelo mercado imobiliário que as ocupa por edifícios voltados ao público de alto poder aquisitivo provocando ações dicotômicas.

A criação de novas infraestruturas na cidade levam à especulação imobiliária e a valorização de áreas ainda não incorporadas ao urbano, marcando, assim, a lógica dos jogos da Copa em Cuiabá. Mas, para compreender o que essas formas de reestruturação do espaço urbano geram às cidades, precisa-se compreender o sistema que organiza tais ações, e também, como essa logística criada em detrimento da legislação e burocracia das obras públicas no Brasil podem provocar mudanças permanentes na vida em sociedade.

Em Cuiabá, as obras da Copa do Mundo promoveram transformações não apenas nas áreas de entorno do estádio, mas em todo o sistema logístico para chegar até o local do jogo, ou mesmo em locais que não possuem ligações diretas com a realização, mas que beneficia diretamente a dinâmica de circulação rodoviária no deslocamento de *commodities* que passam pelo anel viário de Cuiabá, ou pela ampliação do perímetro urbano do aglomerado Cuiabá e Várzea Grande.

Na dinâmica intraurbana, a reestruturação planejada para a Copa do Mundo também poderia beneficiar o mercado imobiliário em detrimento da construção histórica de moradores de quatro bairros envolvidos. Este é o caso da Avenida Parque Barbado, cogitada para ligar as duas principais avenidas de Cuiabá, passando por 4 (quatro) bairros populares onde vivem pessoas de baixa renda. Dentre elas, estão famílias que moram à aproximadamente 30 anos em uma área de Área de Preservação Permanente (APP), de onde 30 (trinta) delas foram removidas. Porém, evidenciam-se que, segregados aos bairros onde residiam esses moradores, existem empreendimentos imobiliários verticais de alto padrão, que foram edificados nas mesmas áreas de APP, e há outros projetos de verticalização da área em curso, porém, no plano de ação que envolviam a realização da Copa do Mundo, esses últimos não seriam removidos.

A intenção do Estado, em promover o que pode ser chamado de “higienização das áreas centrais” provoca a abertura de áreas urbanas que favorecem a mercantilização da cidade como espaços para o domínio de mercado imobiliário e amplia o perímetro urbano para regiões cada vez mais distantes, visto que os moradores removidos foram levados a quase 20 km de distância para outra região político administrativa da cidade.

No entanto, a partir dos levantamentos realizados ao longo desta tese, foi possível perceber que a história prevista pode ser alterada quando há movimento de resistência o que ressalta que a sociedade nem sempre é como “o estado ou o mercado imobiliário” quer que ele seja, a resistência pode promover as mudanças previstas em defesa do espaço de moradia construído historicamente.

Quando existe uma disputa por espaço entre grupos sociais excluídos e projetos imobiliários, com o auxílio da força do estado na criação de normativas, e que, nesse caso, esteve também atrelados à criação de uma cidade de exceção com a realização da Copa do Mundo em 2014, algumas áreas da cidade podem passar por processos de reestruturação

urbana, modificando parcial ou completamente a área ocupada. Entretanto, nessa disputa, as relações de forças são muito desiguais.

O papel da metodologia é essencial para o desenvolvimento da presente tese. Ler e discutir ao longo do trabalho as contribuições deixadas por pesquisas que aprofundaram as reflexões para o desenvolvimento da ciência faz com que a metodologia adotada em um trabalho, possa ser referência para outros que se dedicam a temáticas similares ou mesmo proporcionar novas reflexões e abordagem acerca do método utilizado.

Pensar no método é compreendê-lo como conjunto de procedimentos por meio do qual são propostos os problemas científicos, que, por meio de hipóteses científicas, são postos à prova (BUNGE, 1974). Por compreender a dinâmica social como produto do trabalho humano construído a partir das necessidades humanas, esta tese pretende percorrer os caminhos onde a produção do conhecimento se destaca pela contradição existente entre as ações do Estado e as necessidades públicas que permite a compreensão das mudanças ocorridas no espaço urbano de Cuiabá-MT. A sequência metodológica dos levantamentos secundários foi norteada pela ideia de reestruturação urbana, dos investimentos públicos e privados que ocorreram frente às obras da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá. O estudo se pautou em duas hipóteses principais:

I - Nas obras de grande impacto ambiental, econômico e social as ações das empresas financiadas pelo poder público têm otimizado a mercantilização da cidade, provocando alteração nas políticas públicas voltadas para as áreas urbanas na reorganização territorial do município de Cuiabá e também da região metropolitana;

II – A escolha de Cuiabá-MT como uma das cidades sede para a realização dos jogos da Copa do Mundo, que se insere no cenário da periferia brasileira, tratou-se de uma decisão política, sendo escolhida em função do apelo existente às atividades relacionadas à exploração turística do Pantanal como bioma, no entanto, conduzem a ampliação de infraestrutura do mercado do agronegócio.

Para dar continuidade ao método utilizado, outras hipóteses também foram testadas, tais como:

✓ A urgência na retirada de pessoas das áreas impactantes provocou a organização de novas áreas periféricas na cidade e também conflitos ideológicos entre

moradores e governos. A atuação dos moradores contrários à cidade gerada, ocasionou na resistência ao projeto adotado;

✓ O papel do Estado como agente reestruturador do espaço urbano foi executado por grupos de empresários que moldam os seus interesses no sentido de obter lucro a partir da especulação imobiliária e valorização da área do entorno.

Pautando-se nas ideias de Minayo;Gomes (2012, p. 26), a tese está norteada pela pesquisa qualitativa onde “Para efeitos bem práticos, dividimos o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental”.

Na fase exploratória e no trabalho de campo, procurou-se como observação inicial as hipóteses vinculadas a mudanças ocorridas nos diferentes espaços urbanos onde aconteceram obras de Copa do Mundo em Cuiabá e Várzea Grande, fazendo uma análise entre os recursos recebidos pela cidade-sede e as instalações que foram realizadas a partir das obras no discurso centro – periferia.

Para retratar essa realidade de mudanças ocorridas no espaço urbano, foi inicialmente descrito um panorama geral da reestruturação que ocorreu em Cuiabá, identificando padrões de reestruturação do espaço urbano local e a criação de novas áreas que promoveram a expansão urbana, fato que promove as mudanças tanto nas obras realizadas em Cuiabá quanto em Várzea Grande identificando os principais elementos que foram investigados ao longo da tese.

Para compreender o desenvolvimento econômico e os desafios vividos em Cuiabá, também foi realizado o levantamento de dados secundários que deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa, a partir da construção do referencial teórico realizado a partir de autores que discutem como o espaço urbano vem sendo apropriado pelo capital privado na realização de megaeventos. Foi realizado o levantamento documental a partir de dados que foram disponibilizados em *sites*, ou mesmo documentos fornecidos pela SECOPA, e outras fontes digitais, que proporcionaram fazer a leitura sobre onde estava sendo realizados os investimentos da Copa do Mundo.

No levantamento de dados primários, feitos a partir de trabalho de campo, desenvolveram-se entrevistas com os principais articuladores dos movimentos de resistência, nos bairros que seriam diretamente impactados por obras da Avenida Parque Barbado e

também da Avenida da FEB, entendo que de acordo com Minayo; Gomes (2012, p.64)

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Assim, procurou-se desenvolver as entrevistas classificadas como aberta ou em profundidade, onde os entrevistados ficam livres para fazer sobre tema, que no caso se referiu a provável saída deles da área ocupada. Essas entrevistas foram realizadas com lideranças do movimento de resistência que estava diretamente ligado às possíveis remoções do córrego do Barbado. Como no percurso outros movimentos surgiram, também foi realizada entrevista com representante dos feirantes do Verdão, e ainda, como os moradores do Bairro da Manga, que serviram de base para um documentário publicado pelo Comitê Popular da Copa, no entanto, como nos relatos os moradores destacam que foram perseguidos, procurou-se a criação de codinomes, para que os mesmos não ficassem expostos nesta tese.

Foram ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores que foram removidos da ocupação Castelo Branco. A entrevista ocorreu por meio de uma investigação traçada por Malonowski (1984), partindo-se da apresentação realizada por uma das lideranças do Bairro Castelo Branco, que anunciou primeiramente a uma das moradoras removidas para o Altos do Parque, e posteriormente, essa, passou a ser uma “guia” que levou às demais famílias transferidas. Como a maioria possui certo grau de parentesco, ou mesmo, de relações de vizinhança muito próximas, essa abordagem foi muito produtiva e ágil. As entrevistas foram realizadas com 15 famílias das 30 que foram removidas, e optou-se também por preservar os nomes dessas famílias, sendo utilizadas codinomes para as identificar.

Juntamente com o grupo de pesquisa, Metropolização e Megaeventos: o processo de reestruturação urbana em Cuiabá foram desenvolvidas algumas ações que também serviram de diagnóstico para o desenvolvimento desta tese, tais como, os levantamentos realizados na área do entorno da Arena Pantanal, buscando identificar o quadro de comerciantes locais, bem como a realização de entrevista semiestruturada, com os representantes da feira do Verdão e comerciantes informais que atendem nas proximidades da Arena.

Buscou-se fazer registros fotográficos ao longo da pesquisa, das áreas em transformação na cidade, também foram confeccionados tabelas, quadros e mapas que

pudessem deixar as informações claras e de fácil leitura. Todas as etapas da pesquisa qualitativa promoveram o levantamento das bases de informações que puderam ser analisadas, empírica e documentalmente, resultando nas discussões realizadas ao longo desta tese que foi dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo da tese resgata o espaço como categoria de análise geográfica e como ele é apropriado por diferentes meios, entre eles o midiático, que envolve o molde da sociedade, também as evidências sobre o estado que vem se aliando ao capital privado e acaba moldando o espaço de forma a atender a maior exploração econômica do espaço; o capítulo finaliza com o outro lado da moeda, a sociedade que acaba formando espaços de resistência a esse modelo desigual de acesso ao espaço urbano.

No segundo capítulo, fundamenta-se a ação dos megaeventos, identificando padrões que foram exemplos no país sobre a Copa do Mundo e as ações comuns que envolvem o mercado, a exploração comercial dos espaços urbanos e a comercialização de cidades, que foram envolvidas num plano de Copa do Mundo.

No terceiro capítulo, revela-se a situação de Cuiabá-MT e o que ocorreu na cidade com a realização do megaevento. Obras que foram iniciadas sem planejamento, mas que receberam altos investimentos, obras sem projeto e que acabaram sendo aprovadas e que até 2016 ainda não foram finalizadas.

No quarto capítulo, aprofunda-se a questão sobre a exceção gerada a partir de projetos que visavam remover uma população de aproximadamente 500 famílias, em decorrência da implantação de um projeto de reestruturação urbana, que estando prevista no plano diretor da cidade, foi incorporada pelos projetos da Copa do Mundo, na expectativa de reestruturar a área, que deixaria de ser espaço de moradia de pessoas de baixa renda, e passaria a ser espaço financiado pelo mercado imobiliário, voltado ao público de alto poder aquisitivo. Com a remoção de famílias das áreas de interesse privado, uma avenida promoveria a ligação entre áreas que interessavam ao mercado imobiliário, no entanto, a resistência dos moradores envolvidos nesse projeto, ao menos provoca um adiamento nos planos traçados e abre espaço para a discussão sobre o papel da resistência frente a projetos que não atuam a favor da população.

CAPÍTULO I – AS MUDANÇAS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO



Arte: Adelmo Carlos C. Silva, 2014. ¹

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta.

A sociedade do Espetáculo (DEBORD, 1995).

Neste capítulo, pretende-se compreender as estruturas que organizaram e moldaram o espaço urbano para a realização da Copa do Mundo. Atentando-se a como o espaço

¹ Todas as artes apresentadas no início dos capítulos foram criadas pelo artista gráfico para esta tese, cada uma delas foi inspirada no conteúdo presente ao longo dos capítulos.

geográfico foi apropriado para que nele pudesse ser realizado a reprodução de modelos de cidades voltadas para o mercado mundial.

Também se procurou compreender o papel da informação na apropriação desse espaço. Diante de um evento de cunho cultural que está no imaginário esportivo de todos os cidadãos, como compreender a adoção de políticas que estão muito além dos anseios para um campeonato? Esses passam por definições lógicas dos caminhos que são percorridos para que um projeto de mercantilização urbana possa ser executado. Assim, a informação entra nesse cenário como um molde que informa aos expectadores apenas o que é de seu estrito interesse.

Por último, procurou-se compreender o papel do estado e da participação social nesse processo de planejamento orientado para o mercado mundial. Considerando que o planejamento urbano que foi estabelecido durante as obras da Copa do Mundo passa a ser definido não pelos moldes sociais de construção ou mesmo pelo plano diretor das cidades, e sim, por instrumentos de uma matriz global que é inserida nas cidades desconsiderando suas particularidades. A partir da reestruturação dos espaços, inseridos em projetos de exceção que foram efetuados nas cidades sedes da Copa, buscou-se também compreender a ação social que se impôs na linha de frente dessas mudanças que ocorreram em virtude da realização dos jogos em 2014.

1.1 O ESPAÇO E A ARTE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS CIDADES PARA O MERCADO MUNDIAL

A análise espacial realizada no âmbito da geografia apresenta diferentes bases conceituais para a compreensão de como o espaço geográfico vem sendo produzido e mesmo reproduzido ao passo que as ações do trabalho do homem avançam ao longo de sua história. De acordo com Santos (2008, p. 28) “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de quem participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”.

A combinação desses conjuntos de objetos geográficos compõe o espaço, que é transformado a partir de intervenções nele realizados e que movem agentes transformadores com interesses em comum para fazer desse espaço um lugar que os beneficia econômica e socialmente. Uma dessas articulações econômicas que ocorrem no espaço geográfico está na ação dos seus agentes modificadores do espaço urbano.

Partindo dessa análise, é possível investigar a construção da cidade em seu amplo desenvolvimento histórico, econômico e cultural, que foi estudada por diversos autores cujos pressupostos teóricos possibilitaram o entendimento de seu processo de formação. No Brasil, as análises sobre o processo de formação das cidades foram influenciadas, principalmente, por duas escolas: pela sociologia urbana francesa e também pela geografia crítica inglesa.

A mais forte influência sobre a literatura brasileira foi a da sociologia urbana francesa de corte marxista dos anos 1960 e 1970, seguida de longe da geografia crítica de língua inglesa. A literatura influenciada por essas perspectivas gerou entre nós uma linha de trabalho sistemática, de boa qualidade e bem inserida nos debates da época em que foi produzida (MARQUES, 2003, p.33).

Esses estudos sobre a constituição do espaço urbano objetivavam entender como a urbanização e a industrialização se tornaram referências na definição de cidade, desvinculando-as dos estudos anteriores que os ligavam aos aspectos naturais. Características referentes à hierarquia dos lugares, concentração espacial das atividades e da divisão do trabalho fornecem elementos sociais e econômicos para a construção do cenário urbano (LENCIONI, 1998).

O desenvolvimento das cidades pode, assim, ser interpretado a partir das transformações pelas quais passava a sociedade, como nas análises realizadas por Soja (1993), com seu estudo marxista que levou em consideração três elementos: o tempo, o trabalho e o espaço. Para ele, essas categorias possibilitariam entender a formação do espaço urbano. Nessa concepção, a cidade surge da combinação desses três elementos e se configura em um espaço fragmentado (CORRÊA, 1993; NEGRI, 2006).

A fragmentação desses processos pode ser claramente evidenciada após a Revolução Industrial, quando o espaço urbano teve as suas relações intensificadas em função do modelo de produção capitalista que tinha na indústria o seu pilar. Na proporção em que essas novas relações de trabalho foram estabelecidas, o homem passava a fixar sua moradia nas proximidades das fábricas, dessa forma, capitalizando também o espaço (CASTELLS, 1983).

De acordo com Singer (2002, p. 30):

Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-se, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator tradicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos.

Assim, essas novas relações de trabalho que estavam sendo estabelecidas iam modificando também a cidade e a sua organização. A indústria, com os seus novos operários, organizava o espaço urbano atendendo, primeiramente, às suas necessidades que, nesse período, pautavam-se em preencher o volume de trabalhadores necessários ao funcionamento fabril. Assim, de acordo com Castells (1983, p.86):

Por um lado a necessidade de mão-de-obra leva a empresa a se implantar num meio urbano favorável. No nível elementar, os trabalhadores exigiram possibilidades de equipamentos social e cultural, escolas para as crianças [...]. Mais ainda, haverá uma tendência a valorizar os lugares 'agradáveis' pelo clima, a paisagem, o meio de relação.

Nesse sentido, na cidade, a terra, um dos elementos que constitui o espaço, passa a ser parcelado, sendo um bem apropriado por meio da compra, cessão ou do aluguel, vai-se tornando restrita ao capital. Dessa forma, quando o homem passava a vender sua força de trabalho às fábricas, contribuía para a criação de uma nova forma de apropriação e uso do espaço, que levava em consideração o recurso financeiro individual disponível a cada classe social. Conforme análise realizada por Ramos e Barbosa (2002, p. 102):

Diversa de uma organização social homogeneizada ou meramente hierarquizada, a cidade revela em seu território as contradições sociais próprias das relações entre o capital e trabalho, manifestadas em lutas sociais

e nas relações políticas entre as forças sociais que controlam o governo central e o governo local, e de modo particular as condições de vida das classes sociais. Embora as fragmentações espaciais, fissuras e rupturas sociais e culturais resultem do conflito antagônico entre capital e trabalho, inerente ao processo de divisão sociotécnica do trabalho, também expressam a ação do Estado, como parceiro privilegiado da alta burguesia, na distribuição dos recursos. Com efeito uma parte diminuta desses recursos, a depender das lutas sociais é destinada a políticas urbanas orientadas para melhorias de vida da classe trabalhadora.

A construção do espaço urbano, motivada pelo capital fazia surgir a cidade como reprodução do poder das classes sociais. Dessa forma, o processo de produção do espaço urbano reforçava a necessidade de aproximação da indústria aos lugares de reprodução do espaço e apresentava uma cidade que se baseava nas relações que envolviam a indústria e a força de trabalho. De acordo com Carlos (2008, p. 83),

a reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Se de um lado aproxima a indústria, as matérias-primas (e auxiliares), os meios de circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas), a força de trabalho e o exercício industrial de reserva, de outro lado “aproxima” pessoas consideradas como consumidoras.

A aproximação da indústria às pessoas ou ao mercado consumidor levou a compreensão de que os agentes do espaço urbano sempre procuraram detectar a melhor maneira de obter a máxima exploração do espaço, e também, formas de beneficiar grupos econômicos atuantes nos diferentes mercados que envolvem a indústria e as incorporações urbanas que fazem investimentos visando a acumulação de capital. É possível identificar nos principais centros econômicos mundiais e nos periféricos o poder dos agentes que atuam nos espaços urbanos, não apenas como meros incorporadores, mas como gestores que estão interligados globalmente e possibilitam a atuação das corporações multinacionais agindo nos espaços de diferentes lugares do mundo.

As pessoas ocupam espaços e têm de viver na terra em algum lugar e de alguma forma. Como elas moram, sustentam-se e reproduzem a espécie varia muito de lugar para lugar, mas no processo criam lugares em que habitam, desde a cabana dos camponeses, a pequena vila, a favela e o cortiço urbano ao subúrbio, às casas de milhões de dólares nos hamptons de Long Island, aos condomínios fechados na China ou em São Paulo, às coberturas de luxo da cidade do México. A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se tornou um grande veículo para a absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligadas à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra.[...] (HARVEY, 2011, p. 122)

Essa ampliação dos interesses de capitais industriais em diferentes lugares do mundo e o vínculo com o plano de maximização de lucros com a diversificação de investimentos no espaço urbano, dinamizava o mercado de incorporação do espaço urbano mundial. As cidades periféricas, que possuíam algum tipo de infraestrutura capaz de atender primordialmente aos anseios da indústria, poderiam receber maior investimento e também ganharem maior fluidez devido ao mercado consumidor e também ao “exército profissional” (SANTOS, 2006). Assim, para que houvesse a maximização de atuação de empresas nos diferentes territórios nacionais que pudessem ser explorados, haveria, de acordo com Harvey, a necessidade da instalação de infraestruturas que atendessem à indústria na possibilidade de flexibilizar a atuação empresarial nos territórios considerados periféricos. Para Harvey (2005, p. 146),

[...] Toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente. O inacreditável poder de movimentar moeda ao redor do mundo, tão característico da era contemporânea, exige não apenas sistemas de telecomunicações bem organizados, mas, no mínimo, amparo seguro do sistema de crédito pelas instituições públicas, financeiras e jurídicas. A territorialidade da moeda e a importância do poder do Estado para garantir a qualidade da moeda em seu território recebem o que lhes cabe. Provavelmente, a capacidade de mover mercadorias depende da construção de um sistema de transportes sofisticado, eficiente e estável, amparado por todo um conjunto de infraestruturas físicas e sociais (de costureiras à cientistas), que devem estar disponíveis *in situ*. Os produtores, portanto, podem melhorar sua capacidade, e atingir um nível no qual outros agentes (principalmente, o Estado) tornem-se responsáveis por parcelas cada vez maiores dos custos infraestruturais fixos e imobilizados.

Esse espaço produzido e reproduzido compõe o Urbano. De acordo com Rodrigues (2008, p. 113) “o urbano é um conceito que qualifica um modo de vida que hoje atinge a maioria da sociedade brasileira. As atividades urbanas extrapolam os limites das cidades [...] (agindo) em atividades como o agronegócio, atividades turísticas, [...]” é fato concreto, transformado em matéria que serve como local de moradia e trabalho para seus moradores. A partir desse espaço urbano, é possível pensar o contexto do lugar, e como esse mesmo espaço pode configurar nova territorialidade a partir da análise temporal. Esse espaço, articulado num sistema de produção, regulado por políticas de ocupação, que atendem a diferentes interesses, é o espaço definido como cidade consumida e traduz a ideologia de quem a detêm. Conforme Carlos (2008, p. 84),

[...] o urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não é só no que se refere a determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação

econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida. É todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital.

A constituição dos elemento chave do espaço urbano está no desenvolvimento do meio técnico científico informacional onde, “[...] através da história diversas civilizações que, em diversos lugares, mostraram uma notável capacidade de comando da natureza através das técnicas que descobriam e aperfeiçoavam” (SANTOS, 2012, p.53). O aumento das trocas estabelecidas, em meio ao modo de produção capitalista e o desenvolvimento de tecnologias facilitaram a vida das pessoas, proporcionando aos lugares mais distantes de polos industrializados, participarem do processo de produção e, nessa expansão urbana, houve espaço para investimentos em escala industrial, fato que contribuiu para a reestruturação das cidades e ampliou ainda mais as características de exploração do espaço com a instalação de infraestruturas moldadas pelo capital privado, mas que recebem investimentos públicos.

Nessa dinâmica de investimentos que priorizam a acumulação de capital, áreas já deterioradas são revitalizadas no apelo à modernização com a articulação entre capital imobiliário e também industrial nas cidades de zonas periféricas dos países. Assim, de acordo com Sánchez (2010, p. 46),

Os espaços capturados pelas relações de produção capitalista, que são incorporados aos processos de reestruturação urbana em curso, podem se destinar à produção ou propriamente ao consumo do espaço. No primeiro caso, por intermédio de obras de infraestrutura, operações logísticas de otimização de fluxos produtivos e obras de modernização tecnológica que agregam densidade técnica aos lugares para atração de empresas multinacionais, no segundo por meio de operações vinculadas ao turismo e ao lazer, operações imobiliárias e, finalmente, operações voltadas ao consumo da cidade, estimuladas pela publicidade.

Diante desse movimento de reestruturar os espaços periféricos em virtude da maximização da exploração capitalista, as cidades são reinventadas pelo mercado e novas formas de exploração são implementadas. Ao se efetivarem, mercantilizam as cidades onde empreiteiras e construtoras, aliadas a um plano de desenvolvimento mercadológico, desconsideram a urbanidade, esse plano passa a ser praticado como único modelo de construção de cidade, deixando claro que ela é apenas uma mercadoria que pode ser comercializada.

Dessa forma, observam-se as mudanças que vem sendo realizadas em cidades que recebem mundiais de jogos esportivos tais como a Copa do Mundo. Em estudos realizados

por Sánchez (2010), por exemplo, pode-se entender que a realização desses jogos nos países sede tem servido como um novo campo para a exploração do capital imobiliário, pois, para sua realização, as cidades-sedes desses eventos, encontram-se em uma cidade de exceção, obrigados a seguirem uma matriz que prioriza investimentos nas principais infraestruturas urbanas onde há possibilidades de que os espaços sejam reestruturados em prol do capital privado.

Conforme Lencioni (1998), reestruturar significa refletir sobre a disposição e a ordem das partes que compõem um todo, ou seja, refletir sobre as mudanças que ocorrem no espaço urbano que podem ser sobre como espaço está composto, sobre a sua ordem e possíveis mudanças que nele podem ocorrer. Soja (1993, p.193) afirma que o termo reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite uma ideia de ruptura, de mudança em relação a uma determinada ordem e configuração da vida social, econômica e política. Partindo dessas ideias, podem-se destacar as diferentes ramificações presentes nos estudos sobre reestruturação, em que, pode ser também denominados de reestruturação social, reestruturação espacial, reestruturação organizacional, reestruturação econômica, reestruturação industrial e reestruturação produtiva. Assim,

Proceder a uma análise da reestruturação sócio-espacial requer incorporar os elementos acima referidos: a noção de forma, função e conteúdo, a concepção de totalidade como totalidade dialética, a percepção da realidade com suas múltiplas temporalidades e um procedimento que busca distinguir e, não, isolar os elementos da análise (LENCIONI, 1998, p.4).

De acordo com Gottdiener (2010), a reestruturação urbana é entendida como fenômeno socioespacial, ou seja, resultado de mudanças sociais e espaciais ocorridas nas cidades. Assim, conforme Spósito (2004), a reestruturação urbana ocorre apenas quando se fazem análise sobre as mudanças no espaço levando em consideração a posição, a natureza e a localização, por exemplo, áreas comerciais e residenciais e também industriais, que favorecem a mudanças nos padrões espaciais dos fluxos e das relações de hierarquia, concorrência, cooperação e complementaridade existentes entre eles. Nesse sentido, a reestruturação urbana configura em mudanças nos padrões espaciais, que pode ser vinculada a uma alteração na função exercida pelo espaço que pode se tornar mais dinâmico, ganhar importância estratégica ao fazer ligações a partir da criação de vias de circulação rápidas, ou com grande fluidez econômica.

Ao comentar sobre o processo de reestruturação urbana ocorrida nos Estados Unidos, Gottdiener (2010, p. 61) destacou algumas características que podem estar presentes em outros processos similares em outros países, para ele as

[...] características da reestruturação espacial que resultam no surgimento de uma nova forma de desconcentração espacial são consequências da articulação contingente de seis fatores independentes: racismo; os gastos militares e a permanente economia de guerra; o setor imobiliário como um circuito secundário do capital, a intervenção ativa do estado na transferência global do valor; o papel da tecnologia e do conhecimento na transformações das forças de produção e a prática de fazer das fontes de mão de obra critérios para as decisões sobre localização.

Dessa forma, refletir sobre o processo de reestruturação urbana leva em consideração, mudanças socioespaciais que ocorrem em diferentes lugares e que possibilitam fazer uma outra leitura sobre as novas funções desse espaço. As mudanças significativas frente a nova ordem estabelecida pelo capital se movimentam também por um circuito de troca de informação privilegiada que muitas vezes ocorrem no espaço estreitando relações políticas e econômicas em projetos cujo objetivo é fazer com que haja na cidade a reestruturação urbana privilegiando determinado grupo econômico, mas que muitas vezes desconsideram a dimensão social.

Frente a essa análise capitalista de apropriação do espaço urbano, percebe-se que a reestruturação que acontecem nas cidades sedes da Copa do Mundo tendem a seguir tal base conceitual, fazendo com que os espaços urbanos passem por mudanças significativas, que levem em consideração um novo padrão hierárquico urbano, onde podem ocorrer, por exemplo, remoção de famílias com baixo nível de renda, as quais são expropriadas de seus locais de moradias, cedendo lugar a uma nova ordem para a área ocupada, ou mesmo, por uma outra ordem que não se refere apenas à ocupação, mas, sim, a uma refuncionalização do espaço ocupado, seja por criação de avenidas, edificação de condomínios que atendem ao público de alto poder aquisitivo, seja por outra obra de interesse econômico principalmente ao do mercado imobiliário.

1.2 O JOGO DA INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA NA DISPUTA PELO ESPAÇO

A organização do espaço urbano das cidades e as suas redefinições foram marcadas em diferentes momentos históricos de acordo com a organização da sociedade em cada lugar. Essas mudanças nas cidades percorreram caminhos que articulam: os aspectos sociais, políticos, e econômicos. Um desses elementos-chave, discutidos anteriormente nesta tese,

ressalta que as análises urbanas passaram pelas transformações econômicas vividas pelas sociedades industriais.

A sociedade industrial era pensada tanto pelos empresários que lideravam as ações do mercado, no que se refere à automação, quanto do poder político/informacional que também buscava articular a pesquisa com as intenções da política que ia sendo construída sobre as cidades que nasciam.

Os diferentes cenários postos no período pós-industrial se modificaram ao longo do tempo, e uma das pautas que articularam o desenvolvimento industrial e mesmo do espaço urbano passou pela pesquisa e pelo gerenciamento da informação produzida científica e tecnologicamente. Essa informação, entendida como um instrumento que “informa a ação” ou que desenha as intenções do mercado capitalista, é controlada ao mesmo tempo em que também controla a organização política e econômica sobre os lugares – espaços a serem ocupados ou reorganizados. Assim, quando o poder econômico detém a informação sobre os investimentos a serem realizados em um determinado lugar, essa informação também pode ser destacada como um novo tipo de poder no mundo contemporâneo e quem detém a informação privilegiada sobre as mudanças que podem ocorrer no espaço urbano, também detém uma grande força econômica que interessa ao capital imobiliário dominar.

Na geografia, pode-se refletir sobre a informação como uma forma de poder a partir de Raffestin (1993), quando discute o domínio sobre a informação e como ele é importante para a definição do território. É possível perceber que o poder analisado pela geografia política, que se constrói no mundo contemporâneo a partir do papel da informação, é resgatado por políticas de controle do poder sobre o espaço. Dessa mesma forma, a informação também é hegemônica e controlada, compondo os circuitos de informações, hierarquizando lugares, tornando-se novos organismos nos diferentes territórios.

A informação estratégica/privilegiada é trabalhada apenas por grupos de forte domínio político e econômico, os quais deixam de lado as fronteiras entre os países para colocar em prática planos, adotados por grandes corporações internacionais. Esses planos farão de locais fragilizados econômica e socialmente, que geralmente possuem menor participação política ou mesmo econômicas, seu maior espaço de poder, “as relações internacionais se entrelaçam com as relações internas dos Estados-Nações, criando combinações novas, únicas e historicamente concretas” (GRAMSCI, 1971, p. 182).

Dessa forma, projetos de reestruturação urbana podem ser arquitetados por um poder exercido por corporações internacionais, que tendem a seguir suas próprias ordens, impondo em diferentes países seu projeto. A informação estratégica passa então a ser dominada por essas economias internacionais, que, por sinal, as dominam e as utilizam de acordo com seus próprios interesses. De acordo com Lojkine (1995):

Por consequência, é preciso tanto relativizar a oposição entre os ‘dois proletários’ (os ‘protegidos’ e os ‘excluídos’) quanto reconhecer a gravidade da situação que, hoje, se opõe os detentores quase exclusivos de informações estratégicas, as poucas metrópoles que concentram os grandes centros de pesquisa e de formação, à massa dos países, onde ainda impera o analfabetismo e que se arriscam a ser excluídos das economias da informação: ‘hoje, os países em desenvolvimento temem que, operem-se a revolução da informação. Ela se faça sem eles e, conseqüentemente, contra eles’. Eles percebem claramente a possibilidade da emergência de uma nova ordem internacional organizada em esferas concêntricas, indo de um centro informado a uma periferia não informada (LOJKINE, 1995, p. 236).

Assim, o mundo informacional permeia atualmente a vida cotidiana em todos os lugares. A produção da informação estratégica gerada nos centros de pesquisa internacionais segue preocupada em conhecer o território, principalmente o periférico que tem o seu poder ampliado. Essa ação passa a vislumbrar o sistema técnico não apenas como simplesmente um modo de fazer, mas principalmente como pensar o espaço. A informação envolve pontos estratégicos sejam eles de natureza política, econômica, científica ou territorial. A informação territorial passa a ser, de acordo com Dantas (2003), uma mercadoria valiosa, observada de maneira planetarizada e apoiada nas agências de notícias que controlam as informações que são divulgadas em todo o mundo. Moldam estratégias juntamente com as políticas de Estado e com as empresas, visto que sua atuação ocorre em escala mundial.

A complexa estrutura da informação frente às mudanças historicamente produzidas, podem ser visualizadas nas mais diferentes cidades brasileiras. No caso dos organismos brasileiros, eles são os principais responsáveis pelas informações em escala local assim como em sua circulação, são atores que protagonizam a informação pontuada como mercadoria. A informação pública sobre os investimentos urbanos recai sobre a tornada mercadoria privada e, assim, percebe-se cada vez mais que o mercado da economia internacional passa a controlar esses ciclos de informações.

De acordo com Santos (2008, p.13) “[...] essa revolução histórica e científica atribuiu às ciências do homem e da sociedade um lugar ainda mais privilegiado no conjunto dos

conhecimentos”, assim, pode-se destacar o papel da informação num movimento crescente de provocações e alterações nos espaços urbanos em escala local, porém orientado por decisões tomadas em escala nacional e mesmo internacional. Essas alterações estão presentes nas atuações de grandes empresas, ou mesmo nos grandes grupos de telecomunicação, transnacionais, existentes nos mais diferentes países do mundo, mas que também podem ser vistas em evento de cunho cultural rotativo como é o caso dos jogos olímpicos e também da Copa do Mundo.

Conforme Sánchez (2010, p. 88),

Observa-se que, no contexto dessas políticas de comunicação, cada nova intervenção urbana se constitui também em ação e em comunicação simbólicas. Cada espaço inaugurado, transformado em evento e capturado pelos produtores de imagem, constitui oportunidade de afirmação do projeto de cidade. As imagens de cidades, tornadas ‘modelo’ por meio das estratégias de *marketing* bem-sucedidas, se fixam nas escalas nacional e internacional como espaços condensadores, por excelência, dos anseios das classes dominantes relacionados ao modo de vida e ao usufruto dos espaços renovados.

A realização de grandes eventos esportivos tornam-se reflexos dessa comunicação simbólica. Desde as primeiras realizações de grandes eventos esportivos, datadas de 1896, houve mudanças significativas em como divulgar as informações relativas aos projetos urbanos definidos para os países que as sediam. De acordo com Mascarenhas (2011b, p. 41), o modelo de Barcelona, considerado uma experiência paradigmática na história do urbanismo olímpico, “também projetou mundialmente a imagem da cidade” que passou a ser comercializada e implementada, principalmente nos países periféricos, tais como a África do Sul em 2010 e Brasil em 2014, devido a maior flexibilidade e abertura de sua legislação.

A ênfase para que o Brasil fosse sede da Copa do Mundo em 2014 esteve pautada nas mudanças ocorridas no espaço socialmente produzido, com instalação de infraestrutura travestidas de modernas, mas que de fato incorporava o cenário internacional de investimentos em grandes empresas que participassem diretamente da produção de espaços centrais e periféricos, os quais, por sinal, produzem mais que um evento esportivo, muitas vezes, reproduzem cidades que possuem uma cultura completamente diferente das existentes localmente. Por vezes, as “[...] agências de comunicação e publicidade e empresas nacionais e internacionais consultoras em *marketing* disputam porções de mercado no desenvolvimento de projetos alavancados pelos governos municipais” (SANCHÉZ, 2010, p. 90).

Dessa forma, o país entra na competitividade para vender a imagem que se quer da cidade. A cidade, porção do espaço disputado pelo mercado capitalista, fica dividida entre o socialmente produzido e ao que se pretende impor a partir da criação do “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004). Comercialmente produzida, a cidade é comercializada em partes e os investimentos nela realizados redefinem o espaço utilizado para novos investimentos que irão promover maior valorização econômica.

Assim, o país escolhido como sede dos jogos da Copa do Mundo é definido em escala e normas internacionais, nesse contexto, não é levado em consideração que o espaço urbano é produto socialmente construído (LEFEBVRE, 2001), e passa a ser vendido apenas como condição técnica para a realização dos jogos. Os países que apresentam suas candidaturas para sediarem a Copa, tem sua sociedade escondida sendo destacados pela mídia apenas o que vem a ser de seu interesse.

No caso específico da Copa, em 2014, a escolha do Brasil, como país sede, já teria sido realizada antes do anúncio oficial, pautando-se nessa ordem de poder político e econômico, com o discurso de que o evento iria gerar emprego e, ao mesmo tempo, atenderia aos interesses da população no que diz respeito ao lazer e infraestrutura que seriam instaladas no espaço urbano. Conforme Harvey (2005, p. 83), “o Estado capitalista também tem que funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca”. Dessa forma, legislações novas entram em vigor, para que, num curto espaço de tempo, a expressão desses interesses, que envolvem a ordem capitalista, possa ser expressa no espaço urbano. De acordo com Vainer,

No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável, ao mercado (*market friendly*) e orientado pelo e para o mercado (*market oriented*)² [entra em ação] (VAINER, 2011, p. 3).

A ênfase para ganhar essa competitividade esteve pautada no espaço socialmente produzido, ele constitui uma riqueza que entra em cena para vender a imagem desta cidade. A cidade como mercadoria, produto da mercadoria social, é vendida em parcelas e, ao se reestruturar, são utilizadas como espaços para os novos investimentos.

² Tradução: Marketing urbano, Marketing de cidade citado por ASHWORTH, G.; VOOGD, H. **Selling the city: marketing approaches in public sector urban planning**. London: Bellaven Press, 1991.

Os grandes eventos, como a Copa do Mundo, têm significado o meio com o qual a modernização da cidade vem sendo usada com o objetivo de aplicar os excedentes de capitais diretamente em corporações privadas fazendo com que “ao instituir o excepcional como regra, se apresenta como ‘a forma legal daquilo que não pode ser legal’, “essa terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (VAINER, 2011, p.7).

O estado de exceção (AGAMBEN, 2004) evidencia a flexibilização de normas e de leis de uso do espaço urbano frente à atuação desses grupos econômicos que agem na remodelação dos lugares nas cidades sede que dão origem à cidade de exceção. O Estado altera o meio de vida urbano de milhares de famílias que passam a ser expropriadas tanto de seus locais de moradia quanto dos espaços de lazer e trabalho, pois o espaço mercadoria passa a ser apropriado pelo capital. Dessa forma, a informação moldada pelo poder público distancia o seu discurso, e faz com que os grupos de luta, tais como: os Comitês Populares da Copa ou mesmo mobilização de moradores posicionem-se contrário à forma dos projetos de cidade que vem sendo instalado em virtude da realização de um “megaevento”, fato que os leva a lutar contra usurpação de seus direitos. A cidade nesse contexto é considerada exceção e

[...] se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências ‘livres de burocracia e controle político’ (VAINER, 2011, p.10).

A cidade de exceção pode ser compreendida a partir da aceitação de modelos urbanos que fogem aos já estabelecidos no país/cidades-sedes dos jogos. A mobilização para que os jogos de uma Copa do Mundo possam ser realizados são orientados por interesses econômicos, pois esse evento é legitimado pelo discurso apresentado nos principais meios de comunicação tais como o apelo à criação de inúmeras infraestruturas no espaço urbano das cidades. A criação de infraestrutura, nesses casos, muitas vezes foge de definições presentes nos planos diretores, mas se torna objeto de “desejo” propagandeado nas cidades que esperam receber os jogos.

Dessa forma a informação, moldada para os interesses capitalistas, vem a ser o meio pelo qual a reestruturação urbana se efetiva, pois, mesmo que esteja ocorrendo nas cidades

ações que fogem aos interesses sociais definidos a partir de legislações urbanas, o discurso positivo presente na mídia leva a sociedade a legitimá-las “aprovando-se” obras urbanas criadas em regime de exceção.

De acordo com Silva (2010), a informação pode ser diferenciada em circuitos informacionais ascendentes e descendentes que estruturam as relações, formas de economia e movimentos políticos. Os circuitos de informação descendentes podem ser entendidos como aqueles controlados, mobilizados e estruturados pelas grandes firmas/corporações, pelos mecanismos internacionais, que têm um papel definidor de políticas territoriais e que controlam modelos de planejamento, além dos fluxos de investimentos tais como, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) são centros de controles e da informação e do dinheiro. Essas políticas manipulam a opinião pública no sentido de obter vantagens para o evento.

As informações descendentes utilizam um discurso que legitima as obras de impacto profundo no país sede, mas que estão ocorrendo por motivações que, na maior parte dos casos, fogem aos interesses e necessidades públicas atendendo, assim, prioritariamente aos setores da economia privada, ou seja, corporações envolvidas em obras de “modernização urbana” cujo objetivo é assegurar a realização dos jogos nas cidades-sedes.

Entretanto, há a rede de informações ascendentes que se opõem a essas verticalidades promovidas pelas informações descendentes, é gerada a partir de grupos minoritários, mas que lutam por obter voz frente às decisões tomadas por grandes corporações, essas podem ser encontradas em rádios e sites alternativos.

As empresas privadas, que financiam a maior parcela das obras da Copa do Mundo, e muitas vezes as campanhas eleitorais³, sempre estiveram inseridas no cunho dorsal do novo planejamento urbano. Essas empresas, de posse da informação estratégica sobre os investimentos que seriam realizados no Brasil, devido à necessidade de equipar as cidades com infraestrutura necessária aos jogos, antes do início dessas atividades, já estavam “pré-definidas” ou “se organizando” para atender ou mesmo criar necessidades que atendessem à Copa.

³ Ver em <<http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>> que identificam as empresas Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez presentes nas obras da Copa do Mundo e olimpíadas como empresas que financiaram campanhas eleitorais no Brasil.

Essas empresas são beneficiadas por legislações denominadas Parcerias Público Privadas (PPP)⁴, as quais recebem informações privilegiadas que percorrem os cenários políticos e agem nos mais diferentes setores econômicos, tais como: na construção civil, logística de transporte, habitação, hotelaria, lazer e entretenimento etc. Essas infraestruturas terminam sendo privatizadas em decorrência do elevado custo de sua execução e pelo tempo de entrega da obra. Como vantagem, as empresas privadas recebem recursos públicos e conseguem com o financiamento se beneficiar na concessão e ainda obter lucratividade a partir da obra implantada.

Diante desse cenário, há ainda o tratamento da informação ascendente, operada por grupos minoritários e que questionam a forma como a cidade de exceção é legitimada. Em se tratando de informação descendente e do molde como ela é retratada pela rede aberta dos meios de comunicação, a força dos movimentos sociais que contrapõem esse modelo de informação, acaba sendo enfraquecido, pois nem sempre são tratados como principais, apenas como secundários. A luta dos movimentos populares então passa a questionar a privação de direitos já garantidos e, nesse processo, esquecidos.

Os agentes ascendentes formam meios de resistência e de luta contra as normas firmadas pelas secretarias da Copa que flexibilizam a legislação existente e as alteram de acordo com seus interesses, fazendo com que a população não se interesse ou questione as decisões tomadas. No que diz respeito à realização da Copa do Mundo, em 18 de novembro de 2011, foi publicada a Lei 12.527⁵, que regulamentava o acesso à informação e a disponibiliza a sociedade fornecendo maior transparência às ações do Estado, porém de acordo com os levantamentos, realizados pelo Instituto ETHOS⁶, apesar do empenho das cidades sede, algumas não cumpriram integralmente a Lei, muitas apresentavam dados conflitantes de valores das obras, os quais mascaravam de modo geral o valor real contratado. De acordo com o Artigo 2º, a Lei de Acesso à Informação 12.527:

Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

⁴ PPP são regidas pelas Leis Federais nº 8.987/1995 e nº 11.079/2004.

⁵ Para maiores informações, acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>.

⁶ Acesse: <<http://www3.ethos.org.br>>.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas (BRASIL, 2011).

A Lei de Acesso à Informação tem sido um dos grandes instrumentos para a ação dos grupos ascendentes que, apoiados nas informações públicas, passam ao menos a questioná-las e promovem debates nos comitês de lutas por habitações, mobilidade urbana, bem como pela valorização da cultura socialmente produzida, que vem sendo deixada de lado para que haja rapidez no desenvolvimento de infraestrutura.

A transparência possibilitaria a divulgação de informações para que não atendessem apenas aos interesses das corporações que atuaram nas obras da Copa do Mundo para captar recursos públicos, que, em sua maioria, embora burlem a legislação, fossem o meio pelo qual os investimentos pudessem ser acompanhados e questionados frente às intenções de gastos públicos diretamente injetados na economia dos mercados privados. De acordo com Vainer (2011),

[...] A cidade de exceção transforma o poder em instrumento para colocar a cidade de maneira direta e sem mediações na esfera da política, a serviço do interesse privado de diferentes grupo de interesses, não se trata mais de uma forma de governo em que o ‘interesse geral’ cederia lugar a formas negociais, como sugeriria Ascher. Nem se trata, apenas, de governar em benefício de determinados grupos de interesses, grupos dominantes. Trata-se de uma forma nova, em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico. Neste contexto, torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios, em razão mesmo da desqualificação da política e da desconstituição de fato das formas ‘normais’ de representação de interesses. Não se sabe onde, como, quem e quando se tomam as decisões – certamente não nas instâncias formais em que elas deveriam ocorrer nos marcos republicanos (VAINER, 2011, p.12).

A articulação das informações realizadas no sentido de beneficiar as corporações, que nem sempre estão interessadas na “modernização da cidade” ou no “desenvolvimento urbano”, contribui para a geração desta cidade de exceção, que expropria, burla legislações urbanas e que faz do cenário brasileiro um campo de disputas entre quem detém ou não a informação de mercado.

A informação trabalhada frente à realização das obras voltadas aos grandes eventos pode ser compreendida como o meio pelo qual a mídia tem moldado a opinião pública sobre a “modernização da cidade”, ela é feita discurso para que o Estado possa aplicar os excedentes de capitais públicos em empreendimentos privados, diminuindo assim os questionamentos.

Nesse sentido, a falta de transparência reforça a cidade de Exceção que flexibiliza normas e leis do uso do espaço.

A Lei de Acesso à Informação Pública também proporciona debate sobre os valores gastos em obras da Copa e sobre a escolha dos consórcios responsáveis pelo “rol” de investimentos de recursos públicos em obras que atendam mais aos anseios do mercado imobiliário. A informação de mercado no atual período vivido simbolizava riqueza para alguns privilegiados. Dessa forma, apropriar-se da informação sobre onde a cidade se desenvolve é estratégico e dominá-la em período pós-industrial é uma das novas leis para ter em mãos o domínio do espaço urbano.

Assim, os grandes meios de comunicação, que compõem a rede aberta brasileira, estiveram, de modo geral, atrelados aos interesses de empresas privadas, divulgando apenas informações que interessavam a elas diretamente, levando a sociedade a aceitar as ações vinculadas às obras da Copa do Mundo. Essas obras foram, assim, legitimadas, em detrimento da população que acabou sendo expropriada de sua moradia e dos bens culturais existentes nas cidades.

A informação também pode ser vista a partir de outra análise, com menor poder de ação: a partir da informação ascendente, a população encontra espaço na mobilização popular e tem seu principal instrumento de ação na informação posta a partir de mídias alternativas, utilizando como seu “microfone” a internet. As ações do circuito de informação ascendente podem gerar, no espaço urbano, modificações nesse circuito que garantem maior participação social.

1.3 O PAPEL DO ESTADO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS PARA OS ESPAÇOS URBANOS

O Estado tem um papel essencial no desenvolvimento de projetos que passam a moldar o desenvolvimento das cidades. A partir de Corrêa (1993), pode-se dizer que o Estado é um dos agentes que atua como transformador de espaços edificados e também não edificados e que pode representar uma força capaz de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas pontuais ou na extensão da cidade. Conforme Santos (2006), a primeira força de atuação nos ambientes urbanos é o Estado,

[...] pelo seu 'uso legítimo da força', encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares (SANTOS, 2006, p. 99).

No que tange à realização da Copa do Mundo, em 2014, no Brasil, ela estimulou a reflexão sobre essas mudanças no campo do esporte e também nas que ocorrem no espaço urbano das cidades-sede. O Estado teve um papel fundamental no que foi definido como prioridade a ser executado para a Copa, ele teve autonomia para definir suas ações, no entanto, quando são priorizados os aspectos econômicos, a urbanidade que a sociedade construiu ao longo de sua história, é encoberta e abre espaço para a compreensão da cidade como espaço de exceção. De acordo com Lefebvre (2001), existem mudanças nos espaços urbanos, as quais permitem a visualização do território disputado entre a manutenção do espaço tradicional e das mudanças que podem promover a reestruturação urbana a partir de propostas à cidade por seus agentes modificadores. Para Lefebvre (2001, p.106),

[...] esta cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. Esse texto se afasta. Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco.

Assim, de acordo com os interesses políticos e econômicos, as cidades historicamente construídas são inseridas no planejamento estratégico cultural para serem comercializadas. Pode-se identificar a existência de cidades brasileiras que receberam investimentos e revitalizaram áreas que ressaltam as características culturais ali existentes, porém essa reestruturação está diretamente relacionada ao consumo cultural do espaço.

Esses espaços podem ser visualizadas nas ações culturais das cidades que receberam os jogos da Copa do Mundo. Elas são reestruturadas nos moldes planejados pelos arquitetos e engenheiros em seus laboratórios, distantes de sua dimensão física e humana e o simbolismo da cidade socialmente construída, feito obra e dotada de urbanidade, são, na maioria das vezes, deixados de lado abrindo espaço à cidade apenas vista como produto, seguindo a mesma lógica da mercantilização dos espaços sem que a sua história possa ser considerada.

Segundo Lefebvre (2001), o Estado tem usado o espaço urbano como forma de assegurar seu controle sobre os lugares, mantendo a sua hierarquia e homogeneidade do todo,

segregando as partes. Em seu papel de gerir o espaço urbano, vem adotando práticas de uma política neoliberal que passa a orientar e estruturar espaços na cidade.

Há intervenção ativa do Estado em todos os níveis da sociedade – de um lado, ao nível federal projetos em grande escala e fontes maciças de despesas são estruturados pelo governo, especialmente em associação com o que Mandel (1975) chama de economia de guerra permanente; de outro, ao nível mais local é muitas vezes difícil separar as ações do setor público e do privado, tão inextricavelmente interligas (GOTTDIENER, 2010, p. 200).

Essa interligação do Estado entre público e privado vem sendo um dos principais motores que impulsionam as mudanças estruturais na cidade. Tem-se assistido diariamente ações públicas que vêm ao encontro dos interesses de empresas privadas, beneficiadas pelo modelo adotado pelo governo, presentes nas concessões e execução de obras públicas nas cidades. Afirma Santos (2006) que

A produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Cabe ao Estado, diretamente ou por concessões, e aos organismos supranacionais prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam: Já as empresas, isoladamente ou associadas, estabelecem redes privadas, cuja geografia e funcionalização correspondem ao seu próprio interesse mercantil (SANTOS, 2006, p.187).

De acordo com Oliveira (2012), está havendo uma ruptura nos “desenhos” que são realizados para a composição do urbano, os moldes sociais que marcam o desenvolvimento de práticas urbanas podem ser alteradas em virtude de projetos com características apropriadas pelo mercado imobiliário e que organizam o espaço urbano de acordo com seus interesses e, ainda, seguindo a lógicas capitalistas ao valorizar determinadas áreas da cidade.

[...] as práticas recentes envolvendo planejamento e grandes projetos – entendidos como aqueles capazes de promover rupturas significativas nas formas de reprodução e apropriação social do espaço urbano – têm características próprias que mobilizam novas justificativas e novos processos de legitimação para a articulação entre governos e interesses privados para a operação de transformações no ambiente construído, além de novas formas de planejamento e práticas específicas de relacionamento entre governos, empresariado e a população em geral (OLIVEIRA, 2012, p.66-67).

Esse planejamento, realizado por parceria público-privada, reforça a articulação entre diferentes agentes econômicos que, atuando junto com o poder público, passam a orientar, de acordo com interesses economicamente definidos, as intervenções que estão sendo realizadas na cidade. Ele entra em cena e a cidade pode ser entendida como um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado pelos grupos que se apoderam dela.

A forma como o Estado rege esse controle se modifica de acordo com seus próprios interesses. Percebe-se, em alguns casos, que o planejamento tem passado pelo poder basicamente privado, quando as empresas assumem o papel do Estado e passam a reger a reestruturação das cidades. Dessa forma,

O Estado e a Empresa, se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la, como tal. O Estado age sobretudo por cima e a Empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma ‘sociedade’, assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a ‘promoção social’). O estado e a empresa, apesar de suas diferenças as vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

O Estado, por ser um dos agentes que atua na produção do espaço urbano, vem enriquecendo ações de empresas economicamente articuladas com grupos ascendentes e descendentes de informações, utilizando-as de acordo com os seus interesses, fazendo da informação um meio para obter controle dos cidadãos e de sua opinião tendo em vista interesses comuns e que trazem um forte apelo cultural tal como o encontrado no esporte. A Copa do Mundo, por ser um evento reconhecido mundialmente, tem o poder de sensibilizar a sociedade, assim, com a campanha realizada em prol do evento, a população é levada a acreditar que significativas mudanças urbanas, ocorridas nas cidades, devem apenas beneficiá-la, sendo-lhes apresentada a cidade planejada e tida como um modelo a ser seguido.

De acordo com Harvey (HARVEY, 2005, p. 80), “O estado pode ser representado como sendo a idealização abstrata do interesse comum, o próprio Estado pode se tornar encarnação abstrata do princípio ‘moral’”, e assim pode facilmente controlar o que deve ser a “necessidade” do cidadão, a ser priorizado na definição de ações concretas no espaço urbano, assumindo assim a sua verdadeira função a de que “o executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia”.

Essa composição do espaço urbano, facilmente aceita, está presente na imagem comercializada da cidade. O cidadão que, no campo ideário, a vê da janela dos transportes coletivos que levam os moradores de áreas distantes do centro principal aos seus locais de trabalho, é o mesmo que apresenta marcas de aceitação dos projetos de intervenções urbanas a serem realizados em virtude do mundial. Observam, no percurso, *outdoor* com as propagandas de cidades das quais eles esperam fazer parte, identificando obras de infraestrutura que passam pela mobilidade urbana, esporte, segurança e lazer, enquanto isso,

no campo real, nos comerciais, verifica-se a especulação imobiliária com a venda de imóveis próximos aos locais que passam a receber essas infraestruturas.

No espaço urbano, com todas as demandas de infraestruturas, o Estado tem o importante papel de fazer a mediação entre os interesses públicos, mas também tem ampliado sua parceria com o setor privado e utiliza dessa parceria como um meio de “corrupção” e de dominação. De acordo com Harvey (2005, p.82), “O estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho”.

Nesses moldes, o Estado financia grupos econômicos contratados para executarem os planos que atendem aos interesses da FIFA e também de investidores que esperam lucrar com as aplicações de excedentes de capital oriundos de diferentes setores, entre eles o agronegócio, e também com os investimentos que ocorrem nos ambientes urbanos que envolvem a valorização e especulação imobiliária. Para Harvey (2005, p. 83), “O estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca”.

Dessa forma, seria fácil perceber a atuação de grupos econômicos nas obras da Copa do Mundo, os quais se beneficiariam com as parcerias público-privadas, desde que a tal estrutura assegurasse que o Estado poderia atuar como árbitro efetivo entre os diversos interesses fracionários dentro da classe capitalista, e, para garantir sua hegemonia política, o Estado por vezes necessitaria fazer concessões que não fazem parte de seus interesses imediatos (HARVEY, 2005, p. 85).

Assim, o Estado torna-se um facilitador da proposta que define e reorganiza o espaço urbano, visando atender prioritariamente aos investidores presentes no local ou articulados com grupos econômicos de outras esferas que desenvolvem matrizes locais de empreendimentos nacionais ou internacionais.

A segregação criada nas cidades pelo poder público e privado faz com que novas áreas sejam supervalorizadas modificando a vida das pessoas, removidas de áreas em processo de valorização, retirando, dessa forma, delas o direito de garantir sua história, pois, ao edificarem irregularmente suas casas, ruas, o espaço de lazer, organizam também sua mística religiosa, sua feira, seu comércio em áreas descartadas economicamente nas áreas

periféricas; muitas vezes o valor pago pelo imóvel não possibilita a compra de outro imóvel na mesma região, o que faz crescer a periferia das cidades.

Pode-se pensar em como as legislações urbanas são modificadas em benefício de grupos econômicos que mercantilizam o espaço público tornando lícito o ilícito, a urgência da reestruturação urbana, em virtude da Copa do Mundo, age como justificativa para uma transgressão em um caso específico por meio de uma exceção (AGAMBEM, 2004, p. 40 e 41). Para Gottdiener (2010),

Dessa forma, líderes políticos podem ser também importantes donos de propriedade e trabalhar em conselhos consultivos públicos, como comissões de zoneamento ou de variância, que incluem donos de grande propriedade. Portanto, são igualmente partes interessadas enquanto particulares os funcionários públicos que trabalham com cidadãos que ocupam posições públicas passíveis de favorecer seus interesses particulares (GOTTDIENER, 2010, p. 219-220).

As partes interessadas nas reestruturações da infraestrutura urbana estão ligadas a grupos políticos e econômicos que fazem parte da gestão das cidades e possuem interesses pelo foco intraurbano e também pelas modificações que ocorrem no raio de investimentos que podem beneficiá-los. Esse é um dos fatos possíveis de serem observados nas cidades sede ao oferecerem vantagens locais para atrair investimentos nacionais e internacionais, como subsídios (renúncias fiscais, aquisição de terrenos e crédito barato), flexibilização legislativa e oferta de mão de obra e infraestrutura urbana (HARVEY, 2005).

Um dos locais existentes no espaço urbano e que vem recebendo investimentos privados que valorizam o seu entorno pode ser percebido a partir da instalação de um *shopping center*. O local passa a ser valorizado e a população de seu entorno por muitas vezes acaba sendo desconsiderada no planejamento de sua construção. De acordo com Jacobs (2011),

Os shoppings centers monopolistas e os monumentais centros culturais, com o espalhamento das relações públicas, encobrem a exclusão do comércio – e também da cultura – da vida íntima e cotidiana das cidades.[...] Para que tais maravilhas sejam executadas, as pessoas estigmatizadas pelos planejadores são intimidadas, expropriadas e desenraizadas, como se eles fossem o poder dominante. Milhares e milhares de pequenos negócios são destruídos, e seus proprietários, arruinados, e dificilmente recebem qualquer compensação. Comunidades inteiras são arrasadas e lançadas ao vento, colhendo um cinismo, um ressentimento e um desespero difíceis de acreditar (JACOBS, 2011, p. 2 - 3).

Ao caminhar pela cidade, ou mesmo ao fazer a leitura sobre essa expropriação do espaço vivenciada pelos moradores, que não são assistidos por programas públicos que atendam sua necessidade de moradia, ficam muito distantes dessas análises; por vezes, não é

possível perceber ou mesmo conhecer essa realidade. É indignante pensar que os modelos adotados pela sociedade urbana têm deixado de lado a história produzida pelos moradores cedendo espaço a locais que, na maioria das vezes não contam com a infraestrutura mínima para suas vidas.

De acordo com Ribeiro (2005), é necessário estimular a liberdade de atuação de grupos autônomos de defesa social para que não sejam manipulados e passem a fazer a leitura correta do espaço que vem sendo apropriado pelo capital, despertando neles o desejo de pensar sobre sua realidade e possam promover movimentos sociais seja via comunicação virtual ou nas ruas que possam levar a mudanças significativas. Assim, Ribeiro (2005) afirma que,

Deixada só, sem o acompanhamento da vontade coletiva, a ação estratégica desgasta-se com rapidez, permitindo que sejam reconhecidas as suas características circunstanciais, amorfas e fragmentadoras. Limitada ao exercício da administração de recursos, a ação estratégica é incapaz de estimular o ato socializador radical e de orientar a conquista da legitimidade, na medida em que esse ato e essa conquista dependem do envolvimento gratuito de numerosos outros. Por não suportar esse envolvimento, a ação estratégica veiculada pelo pensamento dominante, que é, sobretudo, gestora, deixa transparecer que a reprodução sistêmica da vida urbana restringe-se a círculos sociais cada vez mais estreitos, que tendem a ser mutuamente destrutivos. Com essa proposta, como é possível preservar a sociabilidade e amadurecer a urbanidade? E, também, como é possível favorecer a criação e a criatividade que apoiem a ação libertária e a efervescência urbana não manipulada?

De acordo com Lefebvre (2001), a condição de mero observador ou de receptáculo de obras nem sempre atende às necessidades de quem realmente precisa. Essa condição pode ser alterada, na medida em que esses moradores das cidades se entendam como uma força social, definida por Corrêa (1993) como agentes sociais excluídos que criam o seu modo de organização do espaço e suas próprias estratégias de agir sobre ele. Assim, eles são incluídos em uma dinâmica de ocupação do espaço onde nem sempre a moradia é o objetivo principal, porém o solo é loteado, dividido entre os ocupantes irregulares, e constitui um forte aliado da produção do espaço, criando áreas de periferias geográficas e sociais dentro das cidades.

Quando se trata da ação dos grupos sociais excluídos, a produção da cidade e dos “espaços periféricos” podem ser realizada em terrenos públicos ou privados invadidos, locais onde eles se tornam, efetivamente, agentes modeladores do espaço; na maioria dos casos, a despeito dos outros agentes, quando ocorrem essas ações das forças sociais, há possibilidade de que essa cidade passe a ser obra dos moradores da cidade. Assim,

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra (LEFEBVRE, 2001, p.113).

O direito à cidade pode ser manifestado como forma superior de todos os direitos: à liberdade de escolha, de vida, de reivindicação, de manifestação, da individualização cidadã, que, ao sair da visão imposta pelo Estado de que os moradores da cidade, integrados a ela, possam ter a compreensão de que é um morador urbano, que vive e que possui direito ao habitat e ao habitar. O direito à obra e o direito à apropriação estão implicados no direito à cidade. Conforme Melo (2010, p. 68),

Os espaços urbanos devem ser utilizados de maneira justa, com a democratização do uso e ocupação razoável e ordenada impedindo sua apropriação por determinados núcleos de poder, possibilitando, inevitavelmente, o acesso à terra urbana para todos que dela necessitem, observados o planejamento e os planos de urbanização e reurbanização para a cidade.

Assim, a reflexão sobre a composição do espaço geográfico e as disputas existentes para garantir a posse de uma determinada área reestruturada, passa pelas mesmas relações econômicas que, baseadas em circuitos de informações privilegiadas e na atuação do Estado em parceria com o mercado imobiliário, fazem com que a correlação de forças existentes entre pequenos grupos de defesa social com o capital imobiliário seja uma relação desigual, em que as estratégias traçadas podem garantir a imposição de uma parte que lida com o capital. No entanto, a manifestação popular, pode, por outros meios tais como o da resistência, legitimar sua forma de apropriação espacial e de defesa de seu espaço de moradia, promovendo, de fato, mudanças socioculturais.

Conforme Gohn (2014) a compreensão sobre os movimentos sociais de resistência passaram por diferentes correntes de pensamentos, que envolveram fundamentações baseadas em estudos estruturalistas e também interacionistas. Nos **estudos estruturalistas** deixavam claro a necessidade de mapear as condições estruturais, identificando as causas, consequências e influências dos movimentos com a realidade objetiva, dessa forma, o movimento social se relacionaria com estudos sobre “a desigualdade social, discriminação, a repressão e a exploração, as ações estratégicas, e ainda as possibilidades de consciência de organização dos grupos e movimentos sociais”. Já nos **estudos interacionistas**, enfatiza o conflitos políticos e as estratégias de mobilizações. De acordo com a autora,

As relações de poder, o papel das lideranças, as alianças, e os aspectos subjetivos presentes nas frustrações, queixas, reclamações, demandas, etc.

Destaca-se a capacidade dos movimentos de construir identidades políticas por meio de processos discursivos. A ênfase mais interacionista postula que é impossível entender as ações políticas como dedução direta das estruturas econômicas (GOHN, 2014, p. 23).

Conforme Gohn (2014) há vários dilemas envolvendo o paradigma latino-americano sobre a relação território e movimentos sociais, sendo que há movimentos sociais que relacionam suas análises a fatores sociopolíticos e outros no político econômicos.

Os primeiros se filiam à corrente dos novos movimentos sociais e destacam o processo de construção da identidade política dos movimentos e o potencial de resistência (cultural) dos mesmos. Os segundos enfatizam a questão do poder econômico e as estruturas de dominação política (GOHN, 2014, p. 23).

De acordo com Guimarães (2009) esses movimentos de resistência marcam o atual momento vivido, considerando que não estamos mais na ideia de formação das condições sociais e sim em outra ideia a da autoformação que marcam os ciclos de participação social. De acordo com esse mesmo autor,

[...]Não se trata de uma ideia alheia aos sujeitos que estão se constituindo, que ao se autoformarem enquanto cidadãos democráticos repensam as suas origens, as suas identidades e seus destinos. É uma nova condição o que sustenta essa afirmação, uma tentativa de constituir um diálogo com estudiosos da democracia participativa no Brasil, para pensar os ciclos da participação em uma escala histórica mais longa. Em vez de pensar em ciclos de conjunturas de participação, pensar em ciclos históricos mais longos do processo de mobilização social do povo brasileiro (GUIMARÃES, 2009, p. 14)

Conforme o autor, no Brasil essa participação social que marca a resistência política frente às transformações que aconteciam no país estavam marcadas inicialmente por um ciclo que passou por quatro grandes momentos de mobilização: a campanha das diretas já, a campanha pelos direitos na Assembleia Constituinte, a campanha pelo *impeachment* do presidente Collor e a Eleição do presidente Lula em 2002(GUIMARÃES, 2009, p. 16).

Esses momentos de grande mobilização social mais intenso reunia a sociedade em interesses comuns, na luta por mais democracia no país. De acordo com Avritzer (2009), essas lutas tornaram mais intensas a partir de 1970 com o surgimento da chamada sociedade civil autônoma e democrática. De acordo com esse autor, esse fato esteve relacionado a diferentes fenômenos entre eles o crescimento das associações civis, particularmente das associações

comunitárias bem como o surgimento dos conselhos comunitários que proporcionam maior participação da sociedade. Conforme Avritzer (2009, p. 28),

[...] Especialmente nas grandes cidades, essas novas práticas redefinem a forma de fazer política, levando a um aumento significativo do número de associações comunitárias e da sua forma de relação com o Estado. No final dos anos 1980, durante o processo constituinte, uma série de formas *híbridas* de participação foram criadas. Conselhos de políticas com participação tanto da sociedade civil quanto do Estado foram criados nas áreas de saúde, assistência social, meio ambiente e criança e adolescente[...].

Assim, para Gohn (2014) os movimentos sociais podem ser analisados a partir de 5 (cinco) eixos que levam em consideração: as teorias construídas a partir de eixos culturais, a teoria crítica aos novos mestres da Escola de Frankfurt, a teoria pós-colonial, a teoria que canalizam todas as atenções para o processos de institucionalização das ações coletivas e a teoria que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais. Considerando a capacidade de resistência Gohn (2014) afirma que:

Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, as elaborações sobre o tema da autonomia, das novas formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas relações sociais não focadas/orientadas pelo mercado, mas na luta contra o neoliberalismo. Nessa abordagem critica-se veementemente a ressignificação das lutas pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos, conclamando as pessoas para processos participativos, mas deixando-os inconclusos; os resultados sendo apropriados por um só lado, que detêm o controle sobre as ações desenvolvidas. São as cidadanias tuteladas, geradas nos processos de modernização conservadora. trocam-se identidades políticas - construídas e tecidas em longas jornadas de lutas - por políticas de identidades, tecidas em gabinetes burocratizados.

Considerando então a interligação entre as diferentes formas de resistência, a composição do espaço urbano, bem como as forças nele atuantes, tais como a indústria da informação, o Estado e também a atuação de grupos sociais, é possível estabelecer a leitura sobre como a reestruturação promovida pelas obras da Copa do Mundo interfere no papel social e historicamente construído das cidades. Essa investigação envolve os principais conjuntos que moldam o espaço urbano, eles deixam de ser vistos como apenas uma escolha casual de um país cuja imagem está atrelada ao futebol como principal vínculo esportivo ao sediar uma Copa do Mundo, e passam a promover mudanças nos espaços urbanos das cidades envolvidas.

Dessa forma, além de valorizar um esporte, passa também a fazer dele seu agente motriz para a realização de investimentos urbanos, que muito embora possam atender a

algumas cidades, são realizados “a toque de caixa”. Assim, o que poderia representar avanços no que diz respeito a necessidade de obras públicas passa a ser retrocesso num longo caminho envolvendo até mesmo a corrupção.

CAPÍTULO II A REESTRUTURAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO URBANA NO BRASIL EM VIRTUDE DA COPA DO MUNDO



Arte: Adelmo Carlos C. Silva, 2014

Desfrutando de bilhões de espectadores, tais cidades se transformam, momentaneamente, no admirado centro das atenções em escala planetária. As competições olímpicas são megaeventos, e como tal, têm inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizadas. Resultam em clara oportunidade para o novo modelo de planejamento e gestão das cidades calcado na lógica do mercado.

(MASCARENHAS, 2011, p. 27)

Neste capítulo, buscou-se identificar as transformações vivenciadas pelos jogos da Copa do Mundo e o processo de como esse evento tem-se transformado em uma forma de mercantilizar as cidades envolvidas que estão envolvidas com legislações fragilizadas, tais como ocorrem no Brasil.

Procurou-se entender como foi o processo que levou a definição do Brasil como país sede da Copa do Mundo dentro do contexto da realização de megaeventos e do seu poder transformador na escolha da obra que seria implementada tendo em vista as diretrizes definidas pela FIFA. Buscou-se ainda fazer um levantamento dos investimentos realizado no Brasil, para compreender o que estava sendo priorizado e se ocorreu um padrão de investimentos nas diferentes cidades sede.

De maneira geral, procurou-se, neste capítulo, estabelecer um paralelo entre a legislação urbana antes da Copa do Mundo e a identificação de algumas ações que puderam provocar padrões de exceções nas cidades brasileiras. Por último, ao investigar, a partir dos levantamentos de exceções, o papel da flexibilização da legislação no cenário de reestruturação urbana das cidades brasileiras, partindo da legislação ambiental e das demais leis que atingem diretamente as mudanças no cenário urbano e as características que ferem os direitos sociais tais como o processo de remoção de famílias de áreas de Áreas de Preservação Permanente (APP), refere-se a outros trabalhos de ocupações nessas mesmas condições em outras cidades sedes da copa, verificando todas as ações aplicadas na reestruturação desses lugares.

2.1 A COPA DO MUNDO E O SEU PAPEL REESTRUTURADOR NA CIDADE

O jogo de interesses econômicos, envolvendo a reestruturação das cidades em escala global, abre outros caminhos para a exploração do espaço urbano, para além dos investimentos das indústrias, surgindo assim um outro ciclo de mercantilização do espaço cujas atividades culturais e esportivas vem sendo um dos caminhos utilizados para implementação de projetos econômicos nas cidades. Essas cidades recebem esses jogos e proporcionam modificações no cenário econômico passando por outros regimes de contratações diferenciadas que não as legislações internamente definidas por cada país, entre esses jogos esportivos estão a realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo.

Conforme Sánchez (2010, p. 46)

Os espaços capturados pelas relações de produção capitalistas, que são incorporados aos processos de reestruturação urbana em curso, podem se destinar à produção ou propriamente ao consumo do espaço. No primeiro caso, por intermédio de obras de infraestrutura, operações logísticas de otimização de fluxos produtivos e aos lugares para atração de empresas multinacionais; no segundo, por meio de operações vinculadas ao turismo e ao lazer, operações imobiliárias e, finalmente, operações voltadas ao consumo da cidade, estimuladas pela publicidade.

De acordo com Mascarenhas (2011a, p. 30-31), desde 1896, os países que receberam os jogos olímpicos deixavam alguns vestígios de modificação na paisagem urbana, um deles ocorreu após a crise de 1929, quando os jogos olímpicos foram utilizados para reerguer a economia local em Los Angeles, fornecendo a ideia de “urbanismo olímpico” em 1932. Assim, ao fazer um resgate histórico, envolvendo os contextos de jogos mundiais, pode-se citar também a dos eventos da Guerra Fria e a necessidade de reconstrução de Londres, em 1948, que cederam instalações militares e escolas para a realização dos Jogos Olímpicos, e o fato de que Moscou, em 1980, mostrou seu poderio ao transformar a Vila Olímpica em espaços para habitação popular.

Esses investimentos que o esporte deixava como legado à cidade são considerados por Mascarenhas (2011a, p. 34-35) como um “legado social e urbanístico às cidades”, porém, marcam o processo de acumulação pós-fordista demarcado por interesses capitalistas altamente lucrativos e com baixa interferência do poder público provocando um novo olhar sobre tais ações “um novo paradigma de planejamento urbano” envolvendo basicamente interesses empresariais e altos gastos públicos em zonas privilegiadas das cidades.

De acordo com Vainer; Oliveira & Lima Junior (2012, p. 13),

Manuais de gestão municipal, roteiros de planejamento estratégico de cidades e orientações para projetos urbanos propõem a promoção do crescimento econômico e da competitividade, assim como, o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do estado: ações normativas, eventualmente distributivas e participativas.

Na realização dos últimos eventos esportivos mundiais, é possível identificar esse mesmo padrão de interferência nos países sede, sua escolha passa a ser definida pelas fragilidades de gestão públicas evidenciadas e que poderiam ampliar o poder de ação das federações à frente da realização dos grandes eventos esportivos, que, no caso da Copa do Mundo, é negociada pela FIFA, que atua frente às mudanças nos espaços urbanos, por meio das alterações nas legislações urbanas das diferentes cidades onde ocorreriam os jogos. Assim, o jogo, vira negócio para os países que os sediam.

De acordo com Mascarenhas (2011b), no Brasil, o esporte passou a ser valorizado a partir da transformação da visão que se tinha sobre as práticas esportivas e, também, sobre a praia, representada pela extensa costa atlântica. Atrélado ao desenvolvimento da visão sobre o esporte estava a valorização imobiliária da área portuária que fazia com que o espaço pudesse ser comercializado vendendo a imagem da beleza bem como a do lazer oferecido nesses lugares.

Nesse contexto, a realização de jogos mundiais, que vem sendo denominados de Megaeventos esportivos, tornava-se assim, mais que apenas um espetáculo do esporte, ele vem a ser o meio com que o espaço urbano passa a ser moldado, levando-se em conta o apelo às características de cidades consideradas globais. Assim, infraestruturas, que atendem diretamente aos interesses de federações ligadas ao mundo esportivo, relacionam-se com agentes planejadores de cidades. Conforme Santos Junior e Lima (2015, p.62),

A análise dos gastos, e a importância dos investimentos em infraestrutura urbana de mobilidade, em aeroportos e portos, no entanto, evidencia que, muito além de competições esportivas, os megaeventos estão associados a processos de reestruturação e renovação das cidades-sede.

O interesse desses grupos, que assim agem no espaço, margeiam a delimitação de caminhos alternativos para a execução de projetos de cidade que deixam de atender aos interesses da maioria, e passam a atuar na execução de ações que envolvem decisões de grupos empresariais, atuantes na construção de um modelo de cidade que não estava previsto nas legislações específicas de cada país, abrindo espaço para infrações das legislações nacionais.

No apoio à execução dos planos de mercado definidos a partir do “*Market oriented e Market friendly*” (VAINER, 2011) a atuação das indústrias da informação estratégica surge como um dos principais aliados frente à compreensão da parceria público-privada no estado capitalista. A informação, vista como instrumento de poder de ação no espaço, torna-se o elo principal da garantia do projeto de cidade que vem sendo adotado a partir da realização dos megaeventos esportivos.

2.2 A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL E O SEU CUNHO MERCADOLÓGICO

A Copa do Mundo de Futebol sendo um evento esportivo que acontece a cada 4(quatro) anos, desde 1930, reúne países de diferentes lugares do mundo. Tem-se atribuído a esse tipo de evento um cunho mercadológico, tendo em vista que os investimentos, realizados no país sede, extrapolam os recursos que atenderiam apenas aos jogos. Ao contrário, oferecem às cidades-sedes matrizes que devem ser executadas localmente para atender às exigências da realização do mundial, em contrapartida, as cidades/países sede ficam com o legado caracterizado pela: criação de emprego, ampliação do turismo e rede hoteleira, treinamento e aperfeiçoamento de trabalhadores (BRANSKI, 2013).

Dessa forma, diferentes nações disputam características territoriais presentes no espaço geográfico que serviriam de objeto de dominação à realização de megaeventos. Porém, nem todos esses objetos estão apenas no território nacional, eles podem se constituir na territorialidade formada em determinados espaços com a realização, por exemplo, dos jogos da Copa do Mundo, tal como na cultura do mundo esportivo.

Assim, o espaço urbano é apropriado e disputado por diferentes agentes interessados na instalação de infraestruturas ligadas à mobilidade urbana. Essa instalação de infraestrutura tem relação direta com organizações internacionais que encontram nesses investimentos muito mais do que apenas um meio para chegar mais rápido aos lugares de consumo e lazer durante os dias dos jogos. Para além da dimensão do mundo esportivo, esses investimentos realizam mudanças permanentes no espaço urbano, as quais podem provocar a criação de novas centralidades nas cidades.

Esse espaço pode corresponder a pequenas ou grandes extensões territoriais e, por serem frágeis política e economicamente, estão à mercê da exploração pela exploração, dos bens que ultrapassam os limites espaciais, sobressaem e apelam para a exploração do

cotidiano, da vida, do passado e do futuro das pessoas presentes nesse espaço. A análise territorial dessa composição espacial retoma o limite da discussão entre o estudo sobre espaço que é apropriado economicamente. Esse espaço que se estabelece no presente é formado por territorialidades discutidas por Souza (2006), como o local que atualmente é ocupado por formas que podem ser reutilizadas economicamente, independente da modificação na cultura, ou mesmo da sociedade que o apropria neste dado momento.

Na Geografia, Mascarenhas (2011a) procurou fazer um relato sobre os principais eventos que envolveram a realização dos primeiros jogos esportivos que tiveram esse viés de fazer mudanças nos ambientes urbano para atender ao público dos megaeventos. Após sua realização, essas mudanças ficam como legado aos locais que os sediam. Entretanto, muitas vezes os elementos criados não atendem à sociedade, restando apenas ônus aos cofres públicos. A Copa do Mundo em sua 20ª realização comemorada no Brasil em 2014 percorreu, ao longo de seu surgimento, 21 países sede e provocou mudanças na estrutura urbana dos mais diferentes lugares onde foi realizada. Percebe-se, a partir da Tabela 1, que os valores investidos na realização dos jogos vêm crescendo e nas projeções há uma tendência a investimentos muito elevados em relação à média das outras Copas do Mundo.

TABELA 1:
Valores gastos pelos países que realizaram as Copas do Mundo entre 2002 e 2014 e as previstas para até 2022

Países sede	Valores gastos com a Copa do Mundo*
2002 – Coreia do Sul/ Japão	U\$ 16 ¹
2006 – Alemanha	U\$ 6 ¹
2010 – África do Sul	U\$ 8 ¹
2014 – Brasil	U\$ 9,64 ²
2018 – Rússia	U\$ 40 ³
2022 – Qatar	U\$ 410 ³

Fonte: ¹www.esporte.uol.com.br; acessado em 20/04/2015

² portal da transparência. Valores de 2014. 27 bilhões de reais. Câmbio de fevereiro 2015.

³ www.bbc.co.uk acessado em 20/04/2015

*Valores em bilhões de dólares

Esse aumento dos valores destinados à realização da Copa do Mundo em diferentes países sede, está diretamente relacionado ao aumento de obras que vem sendo realizadas em prol do recebimento do mundial. De acordo com Santos Junior e Lima (2015, p.57),

Os gastos empenhados para a realização da Copa do Mundo são realmente significativos, girando em torno de R\$ 25 bilhões⁷. Para justificar tal adjetivo, pode-se usar como comparação os gastos das duas últimas edições. Na Alemanha, estes foram de US\$ 8 bilhões e na África do Sul, US\$ 6 bilhões, ou seja, o evento no Brasil custou mais que as últimas edições. A magnitude do volume de recursos envolvidos na preparação da Copa do Mundo é indiscutível.

A lógica do desenvolvimento de práticas esportivas que provocam mudanças nos ambientes urbanos vem se estruturando, e o grande volume de recursos financeiros presentes nessas obras provocam ainda mais interesses de países, em se tornar sede da Copa. Essas alterações não ficam apenas nos investimentos relacionados ao esporte. Pelo contrário, esse alto investimento nos jogos da Copa do Mundo possui vinculações diretas com as alterações em infraestrutura urbana das cidades, onde, movido pela lógica estabelecida pela FIFA, passa a construir uma matriz de cidade única a ser implementada, executando seu planejamento principalmente em países com economia fragilizada excetuando Alemanha, Japão e Qatar.

O Brasil, por um lado, apresenta-se como sendo um país membro dos BRICS⁸, com a sua economia considerada a de um país emergente, porém, torna-se um espaço fragilizado economicamente considerando a concentração industrial e também a extensão de áreas agrícolas onde a economia é baseada nas atividades do Agronegócio. Conforme Rochefort (1998), o Brasil

[...] se caracteriza em primeiro lugar por um sistema de grandes cidades interdependentes que estrutura o espaço nacional sob o domínio de uma grande metrópole econômica de São Paulo. Mas bem depressa a análise revela disparidades regionais muito fortes que podem ser descritas em diversas escalas, assim como os sistemas de centros que lhes correspondem.

O sudeste, por exemplo, constitui sem dúvida uma vasta região central que concentra mais de 80% da produção industrial e a quase totalidade das atividades de comando privadas. A organização do espaço se apoia não só no triângulo das três metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte como também numa densa rede de cidades de 100 mil a 500 mil habitantes.

Uma análise mais acurada revela porém que esse conjunto aparentemente coeso se divide em subespaços muito diferentes uns dos outros: o eixo Rio-São Paulo, em rápida industrialização. Dispõe de um sistema de centros urbanos constituído amiúde por velhas cidades da época do café. Mais ou menos transformadas pela implantação de fabricas pertencentes às grandes empresas localizadas numa ou

⁷ Conforme divulgado pelo site de notícias Uol esportes, até a realização da Copa do Mundo no Brasil, em todas as Copas (22 campeonatos mundiais) juntos haveria um gasto de 75 bilhões de dólares. Porém, a partir da realização da Copa no Brasil, os gastos ganharam outras dimensões econômicas, passando em cerca de 27 bilhões⁷ gastos no Brasil para o que se pretende investir na Rússia (90 Bilhões) e existem expectativas de investimentos que ultrapassam 410 bilhões de dólares no Qatar.

⁸ Bloco econômico formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

noutras das duas metrópoles. Ao redor de São Paulo, num raio de 150 a 200 quilômetros, o impacto urbano e um rápido desenvolvimento particular das cidades médias. Noutros lugares, ao contrário, a atividade agrícola continua sendo a base produtiva mais importante para diversos subespaços. Ora ela se funda numa cultura de exportação, ora responde mais ao mercado das grandes cidades, ora permanece tradicional e atrasada” [...] (ROCHEFORT, 1998, p.130 e 131).

Essa condição de país presente na conjuntura brasileira o situou entre as condições de fragilidades necessárias para que houvesse execução da matriz de desenvolvimento da FIFA. A reestruturação urbana realizada nos mais diferentes lugares, escolhidos para sediarem os jogos da Copa do Mundo, é delineada por flexibilizações desde as legislações urbanas ficam “amarradas” aos anseios locais, cujos interesses estão diretamente relacionados à lógica do mercado imobiliário. Para Vainer, Oliveira e Lima Júnior (2012),

Assim como os grandes projetos tendem a promover rupturas na dinâmica imobiliária e na formação dos preços fundiários, as formas de envolvimento estatal na sua formulação, operação ou gestão também sofrem descontinuidade. A intervenção do Estado vai muito além de uma participação financeira e é decisiva ao produzir exceções ou renúncias fiscais ou urbanísticas que oferecem ao grande projeto um espaço legal formatado segundo suas necessidades. É aqui, talvez, em que mais se explicita a flexibilidade, elemento central dos novos modelos de planejamento (VAINER; OLIVEIRA & LIMA JUNIOR, 2012, p. 15).

De acordo com esses autores, a realização de grandes projetos urbanos desencadeiam mudanças nos espaços físicos e sociais e promove nas cidades algumas rupturas que passariam pelas **institucionais** quando são desenhadas as parcerias público-privadas, **urbanísticas** na geração de espaços monumentais nas cidades; **legais** na criação de regras que geram descontinuidade no espaço legal da cidade; **dinâmica imobiliária** com a possibilidade de interferir no preço da terra e nos modos de uso do solo; **políticas** na instalação de coalizões políticas que disputam e legitimam a hegemonia do espaço urbano; **simbólicas** que produzem novas representações e imagens das cidades e as **escalares** que promovem a articulação entre diferentes esferas: local, nacional e internacional do ponto de vista financeiro-econômico e cultural. De acordo com Soares (2013, p. 211),

As políticas de revitalização da área central e dos espaços públicos também apontam para uma cidade privada e fragmentada. Por um lado, os espaços públicos da área central estão sendo revitalizados via parcerias público-privadas, através do patrocínio de empresas (preferencialmente patrocinadoras da Copa de 2014).

Essas rupturas marcam fundamentalmente o modelo que está sendo colocado em prática no que tange às mudanças urbanas provocadas pela adesão ao projeto da FIFA. Dessa forma, muito além da realização dos jogos da Copa do Mundo, o cenário em que ela ocorre

evidencia que o que está em jogo não é o esporte como lazer e sim a adesão aos novos projetos urbanos e aos caminhos que o esporte percorre para consolidar áreas na cidade que ainda não foram inseridas no plano de desenvolvimento local, ou que possuem grande possibilidade de novas valorizações devido ao mercado imobiliário.

2.3 AS CIDADES-SEDES BRASILEIRAS E OS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM PROL DA COPA DO MUNDO

No Brasil, as cidades-sede da copa tiveram sua escolha definida por interesses diferenciados. Pelos dados apresentados no portal da transparência da Copa, foi possível identificar que as cidades que sediaram os jogos receberam estrategicamente grandes investimentos em diversas áreas (Tabela 2), possibilitando reestruturar e fortalecer principalmente o setor industrial do país, fato que pode ser exemplificado pelos investimentos realizados em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Estados que compõem a Região Sudeste brasileira, onde o total do custo das obras realizados somam duas vezes mais que os investimentos feitos em outras regiões do país.

TABELA 2:
Valores gastos nas obras da Copa do Mundo

Regiões	Mobilidade Urbana	Obras no entorno do estádio	Estádio	Aeroporto	Portos	Turismo	Instalações complementares	Copa confederações	Custo por região
SUDESTE	3.383,00	897,60	2.825,00	3.981,40	-	52,40	210,90	76,00	11.580,30
NORDESTE	2.090,70	52,00	2.140,60	856,60	372,60	72,50	128,70	97,10	5.810,80
CENTRO OESTE	1.684,70	76,00	1.999,70	752,60	-	8,40	63,90	27,00	4.612,30
NORTE	-	-	660,50	445,10	71,10	8,00	123,60	-	2.616,60
SUL	526,50	16,70	757,80	245,10	-	30,90	51,00	757,80	1.628,00
Total	7.684,90	1.042,30	8.383,60	6.280,80	597,70	172,20	578,10	200,10	Total: 26.248,00

*valores em bilhões de reais.

Fonte: Portal da Copa 2014 do Governo Federal.

http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz_consolidada_d ez_2014.pdf, acessado em 26 de dezembro de 2014.

Org. Adriana Pinhorati, 2014

Outra análise que pode ser realizada a partir dos investimentos feitos na Copa do Mundo no Brasil, esteve relacionada aos investimentos realizados na construção de arenas esportivas, que não deveriam receber investimentos públicos, no entanto, foi também outro setor que mais recebeu investimentos. De acordo com Mascarenhas,

No que se refere à Copa do Mundo, percebe-se que o governo federal vem afirmando que não haverá investimentos públicos para a construção e/ou as reformas de instalações esportivas (estádios de futebol), priorizando tais recursos para a melhoria e/ ou ampliação da infraestrutura urbana. Todavia, após o anúncio oficial das sedes dos Jogos, os governos estaduais começaram a declarar que irão financiar estádios, tendo em vista a ausência de interesse da iniciativa privada (2011a, p. 288)

Entre os investimentos presentes na matriz definida para a Copa em 2014 no Brasil, o setor que recebeu maiores recursos esteve ligado à construção e reforma dos estádios. Pode-se perceber, ao fazer um resgate histórico sobre os primeiros investimentos realizados em estádios brasileiros, que eles foram realizados no início na década de 1930, geralmente utilizando recursos privados. O governo investia na construção de áreas de lazer, considerando que o futebol passava a ganhar mais espaço no mundo esportivo. Porém, em 2014, com vários estádios construídos no Brasil, o poder público optou pela demolição de alguns deles edificando uma nova territorialidade no lugar, com a construção de novas “arenas”, ou mesmo por reformar estádios que recentemente haviam passado por reformas como é o caso do Maracanã no Rio de Janeiro.

De acordo com Fonseca *et al* (2015), esses investimentos em estádios estavam diretamente ligados aos recursos públicos oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) fato que fortalecia os dados referentes à ligação entre os interesses privados na execução de tais obras, pois, dos mais de 8 bilhões investidos na construção das Arenas, 4,8 (bi) teriam sido de investimento público, desses, cerca de 2,58 bilhões seriam de empréstimos do BNDES que beneficiavam diretamente o setor da construção civil.

As arenas de Cuiabá e Manaus não foram atrativas à Parceria Público Privada (PPP), devido à falta de equipes locais que atuassem de maneira representativa e que participassem dos campeonatos brasileiros ou que pudessem atrair grande público aos jogos, esse foi um dos principais fatores que desmotivou a participação de empresas privadas em sua construção. Assim, sem a possibilidade de fazer PPP, os governos tiveram de recorrer a empréstimos para garantir o cumprimento da matriz estabelecida pela FIFA na construção da obra. Nesse cenário, apenas o governo do Estado de Mato Grosso teria firmado um empréstimo com o BNDES no valor de 337,9 milhões de reais.

Os espaços que deveriam atender ao lazer recebiam investimentos que o transformavam em arenas, e a disputa que os marcava não estava relacionada aos jogos da Copa do Mundo, e sim ao fato de que, independente de sua história de uso, sua reconstrução moldava o espaço de lazer em negócio e por vezes distanciava o público e comerciantes ambulantes do local terminando por (re)configurá-lo, podendo esvaziá-lo até mesmo de torcedores, tendo em vista o valor dos ingressos. Assim, os investimentos realizados pelo setor público nas arenas passava a ser a instalação de infraestrutura que não contava com a participação dos setores relacionados ao futebol, ou mesmo ao dos esportes, estava apenas vinculada ao megaevento com duração de apenas um mês no país, e pouco importava desenvolver uma política pública esportiva que fornecesse maior autonomia para a vivacidade da Arena enquanto espaço de lazer.

Os investimentos públicos que foram dispensados à Copa nas mais diferentes regiões brasileiras podem ser também avaliados do ponto de vista econômico e social. A priorização do destino desse recurso pode evidenciar que os caminhos percorridos provocaram mudanças no cenário econômico brasileiro. De acordo com Oliveira (2012, p. 71),

Assim – como os investimentos e os riscos nos grandes projetos urbanos brasileiros são, em sua grande maioria, públicos -, o fracasso, e não apenas o sucesso, deveria se constituir em referências fundamentais no processo de avaliação. Em caso de prejuízos financeiros e de tentativas frustradas de transformação da dinâmica urbana e social a partir dos equipamentos, espaços e outros elementos materiais remanescentes relacionados aos projetos que permite minimizar – ou justificar minimamente – a inadequação do gasto público.

A opção por reconfigurar as cidades-sedes brasileiras, levando-se em consideração o plano da FIFA, ressaltou a diferença econômica existente entre as regiões brasileiras, sendo possível perceber que os investimentos realizados também trouxeram um reforço às centralidades existentes no país, e que, mesmo sabendo que suas maiores carências urbanas estavam focalizadas em áreas distantes das “centrais”, a região sudeste brasileira recebia os maiores investimentos. Considerando essa análise, conforme Santos Junior e Ribeiro (2015,) tais mudanças estariam ligadas às diferentes coalizões de força promotoras da reestruturação de áreas centrais frente à realização de megaeventos.

Em síntese, estar-se-ia diante da emergência de uma nova coalização de forças sociais nas metrópoles, expressando um bloco de interesses em torno de uma governança empreendedorista empresarial, em aliança com antigas coalizões dominantes (caracterizadas pelo localismo, paroquialismo e clientelismo), envolvendo também, de forma minoritária, setores dos segmentos populares e progressistas. Essa nova coalizão de forças seria sustentada por frações do capital imobiliário em aliança com frações do

capital financeiro, líderes partidários e parte da tecno-burocracia do estado, e estaria fortemente vinculada a algumas formas de intervenção urbana, em especial vinculadas à reestruturação das áreas centrais, à promoção dos megaeventos, às grandes obras infraestruturais (como as obras viárias e de saneamento básico), à urbanização e ordenação das favelas, e à infraestrutura vinculada ao turismo imobiliário (SANTOS JÚNIOR & RIBEIRO, 2015, p. 53).

Esses investimentos também estiveram ligados a interesses econômicos que se vinculariam à ampliação dos polos industriais brasileiros para as regiões consideradas periféricas do país, ou mesmo que atendessem ao plano de investimentos que procuraram beneficiar os projetos de mobilidade urbana e aeroportuárias das cidades-sede e da região metropolitana que a envolve.

Quando os recortes espaciais são mais detalhados identificando os gastos de cada cidade-sede, pode-se observar que os valores dispensados às obras da Copa do Mundo (Tabela 3) revelam que houve disparidade dos valores investidos nos estados e que estes puderam caracterizar que independente da realização dos jogos da Copa do Mundo, a tendência à centralização de valores e também criação de alguns polos tais como o Centro Oeste Brasileiro, que também recebeu investimentos da Copa, surgiam a partir de envolvimento político, que defendiam a distribuição de recursos de acordo com seus interesses internos.

TABELA 3:
Taxa de investimento público nas obras da Copa do Mundo 2014

Ordem de investimentos por cidades sede	Cidades	Mobilidade Urbana	Obras no entorno do estádio	Estádio	Aeroporto	Portos	Turismo	Instalações complementares	Copa confederações	Total por cidade	segurança e telecomunicações	Custo Copa do Mundo
1	São Paulo	-	610,5	1.080	3.107,6	154	25,2	107,9		5.085,20		
2	Rio de Janeiro	1.969,6	287,1	1.050	443,7		18,9	66	37,7	3.873,00		
3	Belo Horizonte	1.413,40		695	430,1		8,3	37	38,3	2.622,10		
4	Cuiabá	1.630,5	76	596,4	101,2		4,1	35,5		2.443,70		
5	Brasília	54,2		1.403,3	651,4	-	4,3	28,4	27	2.168,60	383,3	
6	Recife	994,7	32,4	532,6	-	28,1	15,7	33,9	35,7	1.673,10		
7	Fortaleza	651,9		518,6	171,1	224	22,1	27,1	27,4	1.642,20		
8	Natal	444,1		400	572,6	79,8	19,2	30,7		1.546,40		
9	Manaus			660,5	445,1	71,1	8	123,6		1.308,30		
10	Curitiba	526,5	-	391,5	157,3		18,1	26	-	1.119,40	1797,7	
11	Salvador		19,6	689,4	112,9	40,7	15,5	37	34	949,10		
12	Porto Alegre	-	16,7	366,3	87,8		12,8	25		508,60		
	Total	7.684,90	1042,3	8383,6	6280,8	597,7	172,2	578,1	200,1		2181	27.120,70

Fonte: Portal da Copa 2014, do Governo Federal.

http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz_consolidada_dez_2014.pdf, acessado em 26 de dezembro de 2014.

Org. Adriana Pinhorati, 2014

De acordo com esse relatório (Tabela 3), divulgado em dezembro/2014, sobre as obras da Copa do Mundo, foram gastos 27 bilhões de reais com investimentos relacionados à mobilidade urbana, estádios e aeroportos. Na Tabela 3, evidenciam-se os valores empregados em cada cidade-sede, e em outra análise, é possível identificar que, em alguns lugares, tais como Cuiabá e Manaus, a destinação de recursos promoveu a construção de projetos de cidade muito diferente das que estavam presente no Plano Diretor, criando infraestrutura em locais que no intraurbano favorecia o aumento do perímetro urbano e a valorização de áreas do entorno aos estádios e da região metropolitana.

Outro exemplo desse modelo de reestruturação urbana está baseado no *new planning* que pode ser identificado nos Estados do Rio de Janeiro e também de Pernambuco, onde foi desenvolvida a ideia de cidade planejada, a primeira cidade inteligente da América Latina e que devia envolver, no caso de Recife (PE), uma nova área de investimentos comerciais denominadas de *Smart City* no município de São Lourenço da Mata (PE), que poderia modificar completamente seu espaço urbano em menos de 10 anos (RAMALHO, 2013).

No caso do Rio de Janeiro, a realização dos megaeventos: Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 serviram como justificativas para a construção do Parque Olímpico. Nessa cidade, apenas para a Copa do Mundo, mais de três bilhões de reais foram gastos, e as estimativas de investimentos nos Jogos Olímpicos de 2016 estiveram em torno de 12 bilhões de reais. De acordo com o Dossiê: Megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio⁹, realizado pelo Comitê Popular da Copa, os investimentos realizados pelo governo federal estadual e municipal desrespeitavam a legislação urbana, os direitos sociais e ambientais em benefício da implantação de projetos que envolveram principalmente a iniciativa privada.

Esses investimentos foram possíveis no Brasil, considerando as características de governança empreendedorista empresarial nas análises proposta por Harvey (2005, p. 167), que envolveram algumas características centrais tais como: a noção de parceria público-privado, que juntamente com o poder político local, buscaram atrair investimentos externos que os beneficiariam; essas parceria estariam subordinadas ao mercado e sujeitas a riscos, e por último, as obras realizadas estavam focadas em partes específicas da cidade, que motivariam novos investimentos locais.

⁹ Ver em <http://www.observatoriodasmetrololes.net>

Na mesma Tabela 3, é possível identificar Cuiabá, um dos espaços periféricos do país, que compõe a região Centro-Oeste e que recebeu investimentos para a realização da Copa do Mundo. Esse território, marcado pela arquitetura colonial, viu-se em meio a mudanças de territorialidades devido aos interesses mercadológicos de grupos econômicos e políticos que vem se apropriando de uma das principais culturas mundiais e difundida no Brasil: a do futebol. Essa cidade recebeu aproximadamente 2.400 bilhões de reais em investimentos que priorizaram, além do estádio, obras de mobilidade urbana.

CAPÍTULO III OS PROJETOS REESTRUTURANTES PARA CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE EM VIRTUDE DA COPA DO MUNDO



Arte: Adelmo Carlos C. Silva, 2014

No capítulo 3, serão mostrados os investimentos em infraestrutura realizados na capital do Estado de Mato Grosso para a realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014, revelando que esses investimentos atendem aos planos traçados por um modelo de ação do Estado, que articulava a reestruturação da cidade considerando demandas que atendem aos interesses de capitais privados e também das classes médias e altas da cidade. Essa mesma política de estado deixa de satisfazer às reais demandas de serviços públicos necessários à população para a realização do megaevento, em virtude disso, atropela a legislação urbana, desrespeitando primordialmente o cidadão que, manipulado pelo jogo das informações estratégicas e marqueteadas pela política do estado, assiste a perda de seus direitos sobre a cidade.

Neste capítulo, é realizado um resgate sobre a política traçada com o Governo Federal, Estadual e Municipal para atender às exigências e ao plano de trabalho apresentado à FIFA para que Cuiabá pudesse ser uma das cidades-sede da Copa. A apresentação dos dados é feita a partir de mapas e zonas que evidenciam a reestruturação urbana de Cuiabá e Várzea Grande nas áreas que margeiam a Arena Pantanal, pontuando a maior concentração de ações urbanas ao lado do estádio e todo o setor de logística de transporte que viabilizaria o deslocamento aos jogos. Aqui, abre-se o espaço para iniciar a discussão sobre: as parcerias que evidenciam a cidade como mercadoria vinculada às necessidades de desenvolvimento que potencializam o *marketing* do agronegócio.

É possível também dialogar sobre as mudanças que estavam previstas para ocorrer e que iriam modificar a vida das pessoas em diferentes bairros da cidade e mesmo nas regiões metropolitanas, provocando remoções dos moradores e comerciantes em diferentes pontos da cidade.

3.1 A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE CUIABÁ EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO EM 2014

O contexto histórico de Cuiabá tem início em 1719 juntamente com o processo de mineração após a descoberta de ouro às margens do Córrego da Prainha, nas imediações da Igreja do Rosário e São Benedito, chegando nesse período a ser a maior cidade em número de população no Brasil, no entanto, o planejamento de suas principais vias, já não foi priorizado desde esse primeiro momento da cidade. Segundo Vilarinho Neto (2008),

A formação do espaço urbano da cidade de Cuiabá, em sua primeira fase de produção configurou-se em casas que foram construídas junto aos veios auríferos e suas primeiras ruas se cruzaram aleatoriamente e sem qualquer planejamento prévio, arqueadas ou retilíneas, ajustando-se à topografia do terreno, como ainda hoje se observa na área central mais antiga da cidade (VILARINHO NETO, 2008, p. 16).

De acordo com Romancini (2000/2001), Cuiabá passou por alguns ciclos de expansão e modernização da cidade que foram marcadas por programas de integração nacional que visavam o desenvolvimento da região centro-oeste e norte do país.

Entre elas esteve a construção de Brasília, conforme Romancini (op. cit.) “O terceiro ciclo de expansão do sítio urbano, o ciclo da modernização, começa a se delinear com a construção de Brasília, responsável pelo crescimento das cidades nos estados de Goiás e Mato Grosso” fato que marca a década de 1960.

De acordo com Aquino (2009, p. 208),

Somente a partir dos anos 20 do século XX, com os melhoramentos do sistema de transporte rodoviário, Cuiabá passou a viver uma fase desenvolvimentista, fase incrementada após os anos 50, com a implementação da política federal de ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia. A essa política, emanada do Poder Executivo Federal, somaram-se ações estaduais que também visavam atrair grupos de colonos para a região. A partir de 1960, a ocupação de Cuiabá se processou de forma cada vez mais acelerada.

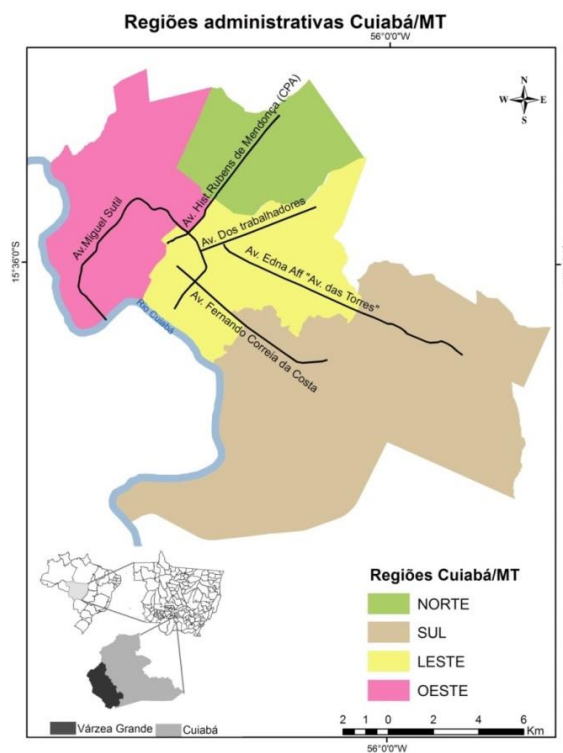
Em 1970, a extensão de Cuiabá entre o centro e o espaço de moradia mais distante não ultrapassava seis quilômetros, dessa forma o espaço urbano se apresentava como uma cidade onde a riqueza e pobreza demarcavam o mesmo espaço, dividindo as principais infraestruturas que estavam disponíveis na cidade, tal como espaço de lazer, comércio e serviços.

A demolição da Igreja Matriz Colonial em 1968 pode ser considerada um marco histórico no sentido da mercantilização do espaço urbano de Cuiabá. A arquitetura colonial não atenderia às demandas futuras e em nome da modernidade da cidade, sua demolição possibilitou a criação de uma nova territorialidade a partir de sua arquitetura.

Por volta de 1968 as frentes pioneiras do Norte mato-grossense já haviam transformado Cuiabá na base urbana regional de apoio ao processo de expansão. Em função desse crescimento foram tomadas as seguintes medidas urbanísticas na cidade de Cuiabá: a abertura de um amplo corredor, a partir da Igreja do Rosário até o Porto, com a canalização do córrego da Prainha, a construção de ponte de concreto e a implantação de pistas laterais; o asfaltamento e a arborização da Avenida 15 de Novembro até a ponte Júlio Muller; a iluminação a vapor de mercúrio, e a construção da primeira rodoviária de Cuiabá, na avenida Miranda Reis. Marca essa época a demolição da antiga Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, obra que por ter custado a demolição da velha matriz alguns ainda hoje lastimam, compenetrados do maior valor do que se perdeu diante do que se ganhou na (des)construção (CUIABÁ, 2007).

Essas ações, que marcaram essa década, abriram espaços para um outro tipo de planejamento, pois dinamizava a área central, principal região comercial da cidade e, nesse mesmo período, marcava o início da ampliação do perímetro urbano de Cuiabá em relação ao eixo Norte, na criação da Avenida Historiador Rubens de Mendonça (CPA), que dividia o espaço entre Moradia – instalada nessa nova área recém-criada e o espaço de trabalho que permanece no centro principal da cidade (Figura 1). Essa reestruturação do espaço urbano marca a regional leste (área central) redefinida como área comercial e a norte (espaço de moradia recém-criado) da Cidade.

Figura 1: Divisão por Regiões de Cuiabá e suas principais vias urbanas



Com essa mudança, na década de 1970, houve outras que compuseram o espaço urbano de Cuiabá, tais como, o asfaltamento da Av. Fernando Correa da Costa (Figura 2) e a instalação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que possibilitou também a instalação de investimento público, promovendo a ampliação do espaço urbano na direção da região Sul da cidade.

Figura 2: Imagem da Av. Fenando Correa da Costa em Cuiabá



Fonte: Lia Silva, 2014

Entre 1980 e 1990, núcleos habitacionais distantes a quase 30 km do centro principal são criados na região sul, demandando infraestrutura urbana aos locais. As moradias foram instaladas nessa região para atender à demanda do mercado que também se desenvolvia no distrito industrial instalado nessa área e que demandava trabalhadores. Outro espaço urbano que também se expandiu nesse período foi o denominado CPA¹⁰ (Figura 3) na área norte da cidade, a 10km da área central, ele atenderia, principalmente, à população de classe média, que deixava de ter o centro de Cuiabá como espaço de moradia. No entanto, áreas que não serviram aos interesses econômicos da época abriram espaço para a edificação de áreas periféricas. Conforme Aquino (2009, p. 147),

Parte da área do CPA foi destinada para a habitação popular, surgindo, a partir daí, os conjuntos habitacionais, as chamadas áreas de “sobras” dos conjuntos construídos, foram objetos de invasões por parte de pessoas advindas das mais diversas regiões do próprio Estado e de outros Estados de Federação.

¹⁰ A Região do Centro Político Administrativo atualmente é a região mais densamente povoada de Cuiabá, abrigoando vários bairros onde a macro região ficou conhecida como Grande Morada da Serra.

Logo foi possível perceber o adensamento da cidade, ora planejada com o processo de verticalização visualizado ao longo da Av. Historiador Rubens de Mendonça (Figura 2) também conhecida como Av. do CPA, ora pelos conjuntos habitacionais na região Sul e também da região norte da cidade, ou mesmo pelas ocupações irregulares presentes em mais de 70% da cidade¹¹.

Figura 3: Vista panorâmica da Av. Miguel Sutil e Av. do CPA



Fonte: Copa.MT, 2014.

Após esse período, Cuiabá que, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui atualmente mais de 551 mil pessoas, permaneceu praticamente por quase 40 anos sem grandes investimentos em infraestruturas urbanas, havia necessidade de obras de infraestrutura urbana nas quatro regionais que compõem a cidade, principalmente em relação ao setor de logística de transporte e moradias, que garantissem instalações que levassem aos locais de trabalho no aglomerado urbano ou na região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Lei complementar nº 359)¹².

A Av. Profa. Edna Affi, também conhecida como Av. das Torres (Figura 4), foi uma das primeiras obras estruturantes da cidade que, mesmo antecedendo a Copa do Mundo, pode

¹¹ Dados presente na dissertação de mestrado de Adriana Queiroz do Nascimento: *Jardim Ubirajara: a cidade ilegal em Cuiabá*, defendida em 2009.

¹² A Lei complementar nº 359 de 2009 cria a região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá reunindo os seguintes municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Nossa senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger.

ser integrada no plano de desenvolvimento urbano de Cuiabá, depois de estar a 10 anos prevista no Plano Diretor “saiu do papel” em 2006.

Essa via fazia a ligação da região leste com a sul da cidade, e sua construção estava relacionada à ampliação de áreas urbanas em seu prolongamento, com a criação de diferentes empreendimentos imobiliários entre eles: Condomínios fechados, residenciais verticais, instalação de conjuntos habitacionais da Caixa Econômica e também a incorporadores e construtores particulares.

A avenida criada minimizava os problemas de trânsito no local, pois, devido ao aumento do grande número de condomínios residenciais fechados em seu entorno, houve o aumento significativo de automóveis na área, deixando-a congestionada em horários de maiores fluxos. Assim, tornou-se um importante eixo de ligação entre centro e periferia da região Sul da cidade e também estimulou ainda mais a especulação imobiliária no tocante à Copa do Mundo.

Figura 4: Avenida Edna Affi em Cuiabá-MT.

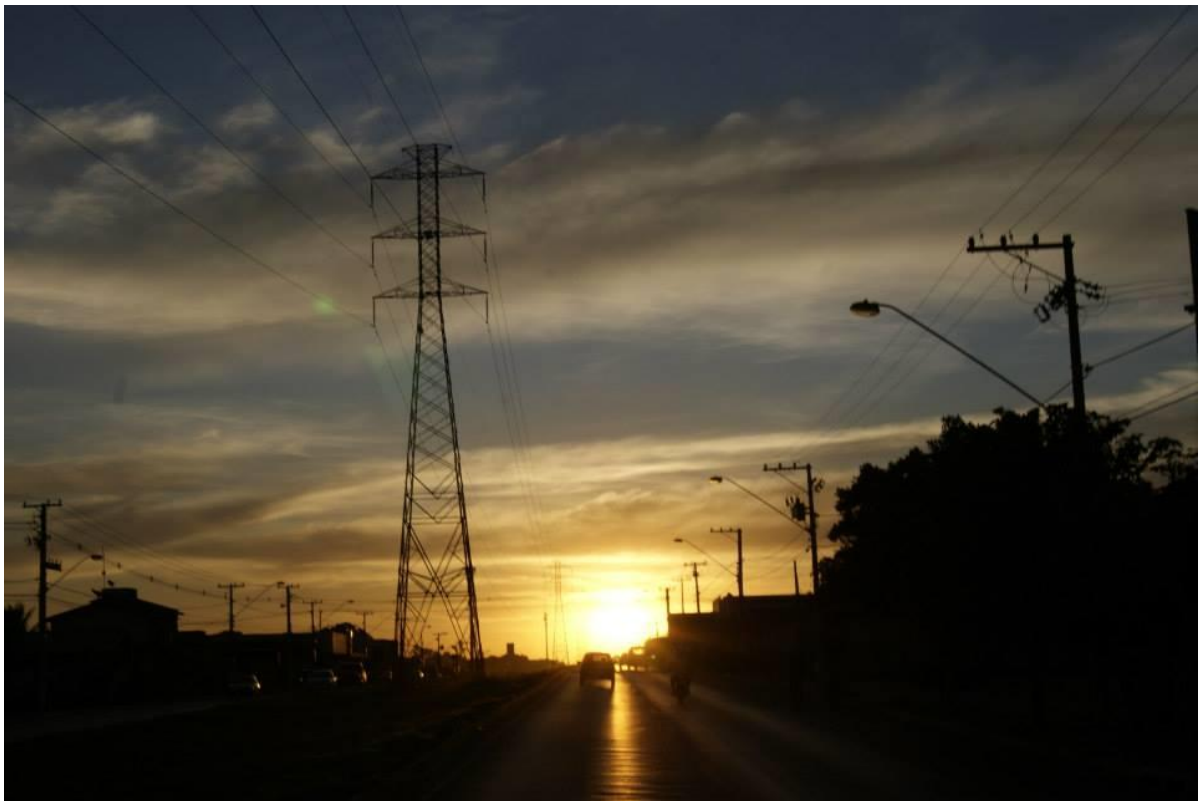


Foto: Adriana Pinhorati, 2014.

Esse novo espaço urbano, reconfigurava áreas da região sul, e também possibilitava a oferta de terrenos antes abandonados em investimentos lançados por grandes empresas ligadas ao setor de construção civil tais como a Gincó e a MRV. Além disso, tornava-se também uma

importante área para a consolidação do novo anel viário em construção em Cuiabá que ampliava a distância entre o centro e a periferia.

3.2 CUIABÁ COMO CIDADE-SEDE DA COPA DO MUNDO E O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA

Diante dos desafios urbanos em executar infraestruturas que potencializassem a reestruturação da cidade, o governo do Estado de Mato Grosso levantou a possibilidade de Cuiabá ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo, no entanto, embora a reestruturação da cidade pudesse ampliar o espaço urbano e fortalecer a centralidade já existente na cidade, outros interesses relacionados à valorização de áreas urbanas e também à criação de infraestrutura que atendesse a demanda agrícola da região estavam em jogo. Imbuído desses interesses, em 2006, antes do Brasil ser oficialmente o país-sede, Cuiabá foi especulada como uma das candidatas a receber o mundial. É o que afirma Santos (2013):

Cuiabá começou a Copa em 2006, com uma visita do presidente da CBF, quando o governador Blairo Maggi decidiu que a capital mato-grossense podia disputar nacionalmente uma das subsedes, então apenas 10, do mais importante evento futebolístico mundial, quando nem o Brasil havia sido escolhido como sede da Copa e muito menos que uma das subsedes seria no Pantanal. [...] com a decisão do governador, a cidade mudou sua postura, ou na língua do futebol, o time mudou seu posicionamento em campo, deixou de jogar só na defesa, só esperando, liderou os alas, dispensou os volantes e partiu para o ataque. [...] Ganhando a subsede aprende que, como capital de um estado campeão nacional de produção, pode e deve ir em busca de tudo aquilo que interessa ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento do estado (SANTOS, 2013, p. 25-26).

Oficialmente a cidade foi anunciada como uma das sedes em maio de 2009, e o levantamento de ações que deveriam ser realizadas no Estado de Mato Grosso passou a ser feito. O processo de candidatura de Cuiabá como cidade-sede da Copa do Mundo pode ser compreendida a partir da rede de informação pró-copa que moldava a partir de propagandas espalhadas pela cidade o discurso positivo de recebimento do evento na cidade, pois sendo a Copa do Mundo um evento esportivo mundial estaria destacando as principais características turísticas de Cuiabá e do pantanal para o mundo. Porém Cuiabá necessitava de demandas em diferentes infraestruturas urbanas, devendo ser, pois, prioridades na gestão urbana, antes da opção por sediar esse evento.

Diante desse cenário que representava de maneira geral a possibilidade de receber recursos públicos para reestruturar a cidade, optou-se por fazer de Cuiabá uma das sedes da Copa do Mundo, no entanto, a execução de obras que atenderiam ao mundial teriam de seguir um plano de responsabilidade estabelecido pela FIFA, e que não atendia às principais mudanças urbanas previstas no Plano Diretor da cidade. Nesse sentido, receber o mundial simbolizaria também acatar o *new planning* estabelecido por empreendedores que viam na territorialidade criada para o evento, uma oportunidade de investimento.

Para colocar em prática o planejamento estabelecido na matriz de responsabilidade da FIFA, em setembro de 2009, foi criada a Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Pantanal AGE COPA – a partir da Lei 365/2009. Essa agência ficou responsável pelo planejamento, execução, controle, fiscalização e coordenação dos projetos que seriam realizados para a Copa do Mundo em Mato Grosso. Entretanto havia vários interesses envolvidos desde a reestruturação de áreas centrais até a possibilidade de investimentos que promovessem a expansão urbana de Cuiabá e região metropolitana e procurou-se com o desenvolvimento das obras da Copa promover essas mudanças.

A cidade novamente vivenciava o processo de reestruturação intraurbana, que surgia no cenário das informações como uma transformação na história dos investimentos públicos existentes em Cuiabá. Tais investimentos possibilitariam fazer a leitura do panorama do governo estadual politicamente construído a partir do Documento MT + 20, com a realização das obras poderiam integrar a região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. De fato, optar por esses investimentos também significaria priorizar infraestruturas que poderiam não valorizar os elementos culturais importantes existentes na cidade tendo em vista que a definição de Cuiabá como sede estava marcada por conflito de interesses políticos e econômicos que promoviam o setor imobiliário.

A AGE COPA, teve o seu comando marcado por trocas constantes de diretores. Entre o período de 01/10 até 10/10 teve como diretor-presidente o Deputado Federal Adilton Sachetti¹³ (PSB) que, após problemas relacionados às obras que seriam realizadas em Cuiabá, deixou a diretoria. Entre esses problemas estiveram a escolha do sistema de transporte urbano, o “Bus Rápido Transit (BRT)” ou o Veículo Leve sobre trilhos (VLT), em que o diretor era favorável ao BRT e havia grande pressão política pela escolha do VLT; também encontrou dificuldades na gestão considerando que várias obras, que deveriam ser de responsabilidade

¹³ Acessar mais informações: <<http://www.rdnews.com.br/legislativo/sachetti-diz-que-agecopa-era-estado-paralelo-e-critica-deputados-na-al/65882>>.

da prefeitura, teriam ficado sobre a responsabilidade da Agência, devido a interesses políticos existentes na AGE COPA teriam-na transformado em um estado paralelo.

Após a saída de Adilton Sachetti, assumiu o então secretário Yênes Jesus de Magalhães, indicado pelo governador do Estado Silval Barbosa para assumir a Agência interinamente entre o período de 10/10 até 04/2011. No entanto, também não permaneceu no cargo, após sua saída, assumiu como diretor-presidente Eder Moraes (PMDB) que permaneceu na Agência entre o período de 04/2011 até 04/2012, sendo investigado por várias denúncias de irregularidades na contratação de projetos e as suspeitas de superfaturamento que envolveram seu nome e de políticos locais.

Entre os problemas identificados na execução e contratação de empresas estiveram o aluguel de um relógio eletrônico que marcava a contagem regressiva ao dia da abertura dos jogos da copa onde foram gastos 74 mil reais¹⁴, também foram questionados o investimento de 24 mil por mês gastos com o aluguel de automóvel C4 Pallas para os diretores da Agecopa¹⁵ além disso, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) constatou problemas na licitação, sobrepreço e deficiência dos projetos da empresa Encomid e do consórcio Engeponte. Depois desses problemas, e, após atrasos nas obras contratadas, foi extinta a AGE COPA e em seu lugar foi criado em outubro de 2010 a Secretaria da Copa Pantanal (SECOPA)¹⁶ pela Lei Complementar 434/2011 dando sequência nos trabalhos iniciados.

A adoção do VLT muito mais que proporcionar essas mudanças para a população local, envolve-se como um eixo que serviu para dismantelar a corrupção presente na política do Estado. Em 2014, a operação do Ministério Público, iniciou uma investigação sobre obras superfaturadas da Copa, que envolveram Eder Moraes que foi presidente da Agência Estadual de Fomento (MT Fomento) e, depois, secretário de Estado de Fazenda, Casa Civil, Secopa e Escritório de Mato Grosso em Brasília, entre 2004 e 2013, o presidente da câmara dos deputados José Riva e também o então governador do Estado Silval Barbosa, pois após os levantamentos realizados pelo Ministério Público Federal e Estadual sobre a adoção do RDC, alguns indícios levantam suspeitas sobre a postura política desse novo sistema de transporte adotado para Cuiabá. O VLT foi o projeto mais caro para o governo, e mesmo que na operacionalização da obra, o vencedor do consórcio da obra do VLT não estivesse cumprindo com o calendário de execução da obra, o governo regularmente executava os pagamentos.

¹⁴ Fonte: <http://globoesporte.globo.com/mt/noticia/2012/02/mais-barato-relogio-com-regressiva-para-copa-e-relancado-em-cuiaba.html>

¹⁵ Fonte: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=14&cid=17104>

¹⁶ A SECOPA passou por dois governos: o de Silval Barbosa PMDB entre 2010 e 2015; e Pedro Taques (eleito pelo PDT e atualmente filiado pelo PSDB) 2015 até os dias atuais.

Após várias denúncias Eder Moraes deixa a diretoria da Secopa segue assumida a princípio interinamente posterior de forma permanente pelo Advogado Maurício Souza Guimarães, sendo nomeado como Secretário Extraordinário da Copa do Mundo Fifa (2014) no dia 21 de junho de 2012. A SECOPA funcionou até dezembro de 2014, em sua extinção ainda existiam mais de 22 obras inacabadas na cidade, o término delas ficou a cargo da secretaria de cidades na responsabilidade do secretário Eduardo Quilieto.

3.3 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO PROPOSTO PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO EM CUIABÁ

Para ter início o plano de reestruturação da cidade, em virtude da realização da Copa do mundo em 2014 foram assinados um termo de responsabilidade¹⁷ entre o Governo do estado e a FIFA que deixava a cargo do Estado a responsabilidade de executar e custear intervenções que estivessem associadas à: Mobilidade Urbana, estádio, aeroportos e terminais turísticos portuários e seus entornos cabendo à União executar e custear obras nos aeroportos e nos portos com as infraestruturas nos terminais turísticos (tabela 4). As obras de Cuiabá que constavam nessa matriz de responsabilidades foram:

TABELA 4:
Obras da Matriz de Responsabilidade em Cuiabá-MT

AÇÕES NA CIDADE	VALORES DAS OBRAS*
Mobilidade urbana: /VLT- Cuiabá - /Várzea Grande ¹⁸	1.261,62
Corredor Mario Andreazza (termo aditivo de setembro 2011)	32,63
Estádio Arena	454,2
Adequação /viária e obras de acesso à arena multiuso Pantanal	145,9
Construção da arena multiuso Pantanal	518,9
Infraestrutura aeroportuária	2,9
Infraestrutura aeroportuária no aeroporto Marechal Rondon	87,5
Modernização de infraestrutura e serviço e suporte as competições	371,22

*(valores R\$ em milhões)

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades/home.seam?cidadeSede=3>

Org. Adriana Pinhorati, 2014

¹⁷ O termo de responsabilidade assinado em 2010 entre o Ministro dos Esportes Orlando Silva de Jesus Junior, o Governador do Estado de Mato Grosso e o então prefeito de Cuiabá Wilson Pereira dos Santos (Gestão 2005-2010 pelo - PSDB) teve mais dois aditivos um em setembro de 2011 e outro em maio de 2012. Ver <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014>>.

¹⁸ Inicialmente foram previstas na primeira matriz de responsabilidade a construção do BRT que custaria aos cofres públicos BRT – Aeroporto/CPA (Leste e Oeste) 317,6 milhões sendo que 5 milhões seriam gastos com desapropriações e BRT - Coxipó – Centro sendo gastos 132,3 e 15 milhões em desapropriações, porém, por uma decisão política foi adotado o VLT presente do termo de responsabilidade de setembro/2011.

Assim, basicamente as obras de infraestruturas, que estariam sendo instaladas na cidade, foram diretamente relacionadas ao plano de mobilidade da Copa, o qual deveria atender ao deslocamento rápido e fácil à Arena Pantanal e também aos locais de consumo tais como *shoppings centers* e bares.

Apesar desse plano ser elaborado especificamente para a Copa do Mundo, outros projetos, que atendiam aos interesses econômicos de grupos empresariais que investiriam em empreendimentos imobiliários na cidade, foram postos em prática. Nesse sentido, percebeu-se que o discurso vendido nos principais meios de comunicação durante a Copa do Mundo estava relacionado a fazer com que a população assistisse à reestruturação da cidade sem que houvesse participação ou mesmo questionamento em relação aos valores de obras contratadas ou mesmo às opções de como esses projetos estavam sendo planejados e realizadas em Cuiabá e na Região Metropolitana. E, ao contrário do que havia sido assinado, várias obras distantes da Arena Pantanal foram iniciadas, mas elas não tinham referência à copa priorizando a construção de vias que ampliavam acesso à Região Sul (Figura 05).

Esse cenário positivo às obras de infraestruturas urbanas estabeleceu conflitos que podem ser explicados a partir de análises feitas inicialmente sobre o papel da informação e o papel do Estado na articulação política e econômica. Há, na cidade, várias necessidades que passam pela instalação de infraestrutura viária ligando diferentes áreas periféricas e centrais, diversos espaços de lazer, moradia, transporte coletivo. No entanto, ações desarticuladas das necessidades de infraestruturas voltavam-se ao planejamento urbano, que maximizava os recursos existentes, capitalizados por grupos de iniciativa privada privilegiando o investimento em seus interesses centralizadores.

Em meio ao “caos” das obras da Copa do Mundo, outras surgiram se vinculando a parcerias com a prefeitura, levando asfalto a diferentes áreas da cidade a partir do programa poeira zero¹⁹, no entanto, tais obras serviram como fachadas para que as demais obras reestruturantes não fossem questionadas, nessas obras realizadas nos bairros, o saneamento básico, uma das maiores carências da cidade não era realizada. A descontinuidade de planejamento na cidade, também podia ser justificado pela troca de governante municipal por

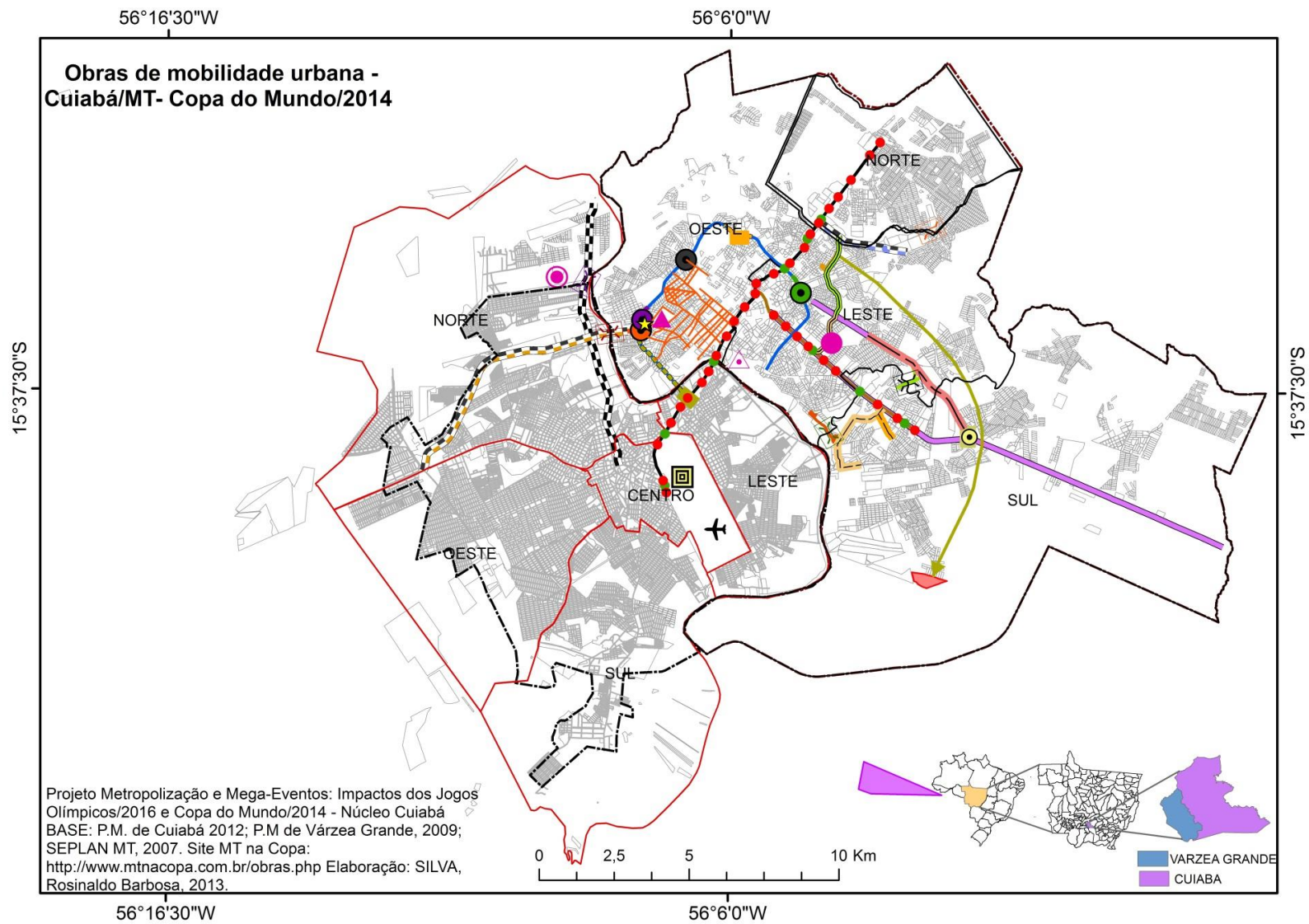
¹⁹ Foi um programa de ação complementar realizado pela Prefeitura Municipal de Cuiabá que buscou implementar o Projeto Poeira Zero, lançado em 2012, que se propôs pavimentar e fazer a drenagem urbana nas ruas de 49 bairros da cidade, com as obras ocorrendo paralelamente às da Copa do Mundo, a prefeitura investiria nesse projeto mais de 54 milhões de reais.












duas vezes no período da Copa foi mudada: a primeira em 2010 e a segunda em 2013²⁰, fato que influenciou a demora para executar os projetos da Copa e a mudança de política para essa reorganização da cidade.

Esses Projetos (Figura 5), que não estavam no Plano de Responsabilidade, criavam um desvio para as obras principais, mas, em alguns casos, contribuíram também para potencializar processos de remoções em regiões centrais que não tinham infraestrutura e que passavam a ser valorizadas comercialmente; em outros casos, obras que foram lançadas em regiões distantes do centro serviram para proporcionar a expansão urbana, não apenas na capital do Estado como também na Região Metropolitana, tal como a construção do Centro Oficial de Treinamento (COT) do PARI, criado em Várzea Grande/MT.

²⁰ Em 2010, Chico Galindo (PTB) que era vice-prefeito assume a prefeitura; Em 2013, houve mudança na gestão da prefeitura de Cuiabá assumindo o Cargo o prefeito Mauro Mendes (PSD).

Figura 5: Mapa das obras realizadas em Cuiabá em virtude da realização da Copa do Mundo em 2014.



Legenda			
	Estações e Terminais VLT		Trincheira Santa Rosa
	Obras Especiais - trajeto VLT		Trincheira Verdão - Santa Isabel
	Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT - Linha 1 - Aeroporto_CPA		Trincheira Jurumirim - Trabalhadores
	Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT - linha 2 - Centro_Coxipó		Trincheira Ciriaco Cândia_Mario Andreazza
	Área de realocação dos moradores do entorno do Córrego Barbado_ Parque Cuiabá		Viaduto Dom Orlando Chaves na Av da Feb
	Área do Novo Hospital Universitário		Viaduto do Despraiado
	Área de Desapropriação no entorno do Córrego Barbado		Trincheira do Complexo Viário do Tijucal
	Perímetro Urbano Várzea Grande		Viaduto do Complexo Viário do Tijucal
	Perímetro Urbano Cuiabá		Complexo Viário do Tijucal
	Regiões administrativas de Cuiabá		Avenida Miguel Sutil
	Regiões administrativas de Várzea Grande		Ponte sobre o Rio Coxipó Jardim das Palmeiras
	Construção da Av Parque do Barbado_LOTE 1		Ponte sobre Córrego Gumitá
	Construção da AvParque do Barbado LOTE 2		Ponte sobre o Rio Coxipó Beira Rio Antonio Dorileo
	Realocação dos moradores do Córrego Barbado 11 Km de distância do local de Origem		Duplicação da Ponte Mário Andreazza
	Duplicação da Av Juliano da Costa Marques - Bela Vista		Duplicação e reforço da ponte sobre o Rio Pari
	Duplicação da Estrada da Guarita		COT Centro Oficial de Treinamentos da Barra do Pari
	Duplicação da Rodovia Mario Andreazza		COT Centro Oficial de Treinamentos da UFMT
	Restauração e Duplicação da Av Archimedes Pereira Lima		Construção da Arena do Pantanal
	Pavimentação da Avenida Itaparica		Fan Fest Cuiabá Acrimat
	Pavimentação da av Camburiú_Parque Geórgia		Estacionamento Av Agrícola Paes Barros Terminal Atacadista
	Pavimentação e Restauração de ruas no entorno da Arena Pantanal		Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional Marechal Rondon
	Prolongamento da Avenida dos Eucaliptos		Aeroporto Internacional de Cuiabá Marechal Rondon
	Ligação da av Beira Rio à av Antonio Dorileo		Eixo de logradouro
			Caixa de quadras

Diante dessa lógica de Cuiabá como uma das cidades-sede da Copa do Mundo, a imagem que se vendia da cidade era a de que, aos poucos, intensificava os investimentos em infraestrutura e transformava a tradicional cidade verde em uma “metrópole”, adensada socialmente, que trazia em seu bojo o signo de estar em processo de “desenvolvimento” ao priorizar a construção de viadutos e trincheiras (Figuras 6 a 10) que reconfiguraram o espaço urbano da cidade.

Figura 6: Trincheira na Av. Miguel Sutil em Cuiabá.



Foto: Adriana Pinhorati, 2012.

Figura 7: Obras do VLT na av. FEB em Várzea Grande.



Foto: Adriana Pinhorati, 2013

Figura 9: Av. Mario Andreazza – Várzea Grande



Foto: Rosinaldo Silva, 2012

Figura 8: Obras da Av. Miguel Sutil em Cuiabá.



Foto: Site olhar direto, acessado em agosto de 2012

Figura 10: Av. da FEB – Várzea Grande



Foto: Vinícios Segalla, 2013.

Para o mundial, pontes, novas vias, viadutos, trincheiras, ampliação do aeroporto em Várzea Grande e a construção de nova territorialidade, não apenas no entorno da Arena Pantanal, mudavam o espaço urbano de Cuiabá e abriam caminhos para se pensar em que contexto político e econômico tais situações ocorreriam e o que de fato essas mudanças representariam para os cidadãos que vivem e assistem a tais mudanças nos ambientes urbanos.

As ações traçadas pela FIFA passavam a modificar algumas das principais decisões urbanas no que tange aos investimentos públicos definindo e modificando legislações existentes para atender aos seus interesses. Assim, foi criada a Lei 12.663 de 5 de junho de 2012, Lei Geral da Copa, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa do Mundo no Brasil. Em Cuiabá é criada a Lei municipal n. 5.761 de 20 de dezembro de 2013, que marca a parceria público-privada estabelecida entre os entes federados, ampliando o processo de mercantilização do espaço urbano, regulamentando o uso do espaço urbano durante o período de realização dos jogos em 2014.

Orientados pela matriz de responsabilidade definida pela FIFA, que apontava quais seriam os investimentos urbanos para que Cuiabá pudesse ser uma das cidades-sede, competia ao Estado apenas viabilizar a entrega dessas ações, deixando de atender a infraestruturas necessárias tais como os investimentos em saneamento básico, saúde e lazer não apenas em Cuiabá ou mesmo na região metropolitana, como também no Estado de Mato Grosso.

Dessa forma, a Copa do Mundo sendo um evento com duração de um mês passava a orientar a instalação de infraestrutura permanente na cidade. Os investimentos realizados mudavam o cenário urbano da área conurbada – Cuiabá e Várzea Grande – e trazia outras perspectivas de ação na dinâmica da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e, o que não se fez em 40 anos, a “toque de caixa”, passava a ser realizado em apenas três anos, a um alto custo e ainda terminava por não atender à principal demanda de infraestrutura da maior parcela da população residente em Cuiabá.

O “jogo” de investimentos urbanos, ocorridos de maneira lenta, apresentava nos principais canais de mídias os discursos sobre investimentos públicos que estariam atendendo às necessidade de moradia e trabalho da população da cidade, por outro lado, o que esteve posto nessa disputa de poder sobre o espaço urbano foi a instalação dessa novas estruturas evidenciadas pelo plano de ação da FIFA e intermediada pelo plano de ação do Estado de Mato Grosso e parcerias público/privadas, fortaleceria grupos econômicos já atuantes na cidade e também os que passariam a agir nesses espaços públicos, integrando os projetos de construção que empregariam o capital público em empresas privadas, responsáveis por obras lucrativas, que remodelariam a dinâmica imobiliária de Cuiabá.

Entre as obras que foram realizadas em parceria público-privada em Cuiabá estiveram a construção da Arena Pantanal²¹, no entanto acabaram buscando investimento junto ao BNDES e destinando investimento público para 100% da obra, isso por que a cidade não possui tradição em esporte e dessa forma, não atraiu investimento privado, no entanto, o alto custo de sua manutenção tem cogitado a possibilidade de sua concessão pública. Uma obra que deve ser finalizada com recursos privados serão as obras do VLT, que mesmo tendo iniciado antes da copa, ainda não tem previsões para sua conclusão, conforme consultoria realizada pela KPMG, a Parceira Público Privada – PPP, deverá ser a solução para a retomada e conclusão dos dois ramais que somam 23 km.

Outros problemas relativos as obras surgiram ao longo de sua execução (Tabela 5), e os atrasos das obras também compunham tais problemas, surgiam devido a urgência em executá-las, entre eles constavam a falta de transparência sobre o que iria ocorrer com as famílias direta e indiretamente impactadas e os problemas ambientais provocados pela obra de mobilidade urbana.

TABELA 5:
Síntese de realização das obras da Copa do Mundo em Cuiabá durante o período de construção das obras em 2012

Obra	Modal	Local	Valor	Concessionária Responsável
Trincheira Jurumirim Cuiabá	Rodoviário	Miguel Sutil Cuiabá	39.345.540,47	Consórcio Sobelltar-Secopa
Trincheira Santa Rosa Cuiabá	Rodoviário	Miguel Sutil Cuiabá	23.374.107,80	Ster Engenharia Ltda
Viaduto Despraiado - Cuiabá	Rodoviário	Miguel Sutil Cuiabá	18.974.928,43	Consórcio Atracon
Trincheira Verdão Cuiabá	Rodoviário	Miguel Sutil Cuiabá	19.968.950,54	Ster Engenharia Ltda
Complexo Viário Do Tijucal Cuiabá	Rodoviário	Fernando Correa Da Costa Cuiabá	30.141.135,72	E.E.F. – Engeponte / Enpa / Funsolos
Implantação Dos Corredores De Transporte Coletivo Na Região Metropolitana No Vale Do Rio Cuiabá	Veículo leve sobre trilho - (VLT)	Fernando Correa Da Costa Cuiabá	1.477.617.277,15	Consórcio VLT Cuiabá – Várzea Grande
Ponte Sobre O Rio Coxipo	Rodoviário	Entre Av. Beira Rio E Rua Antônio Dorileo Cuiabá	5.156.718,23	Atrativa Engenharia Ltda

²¹ De acordo com apublica.org a Arena Pantanal contou com a participação do grupo Grupo Stadia (SD Plan) que na Arena Amazônia teria realizado um suposto jogo de planilhas por aumentar o valor gasto na obra.

Obra	Modal	Local	Valor	Concessionária Responsável
Ligação Da Av. Beira Rio Rua Antônio Dorileo	Rodoviário	Av. Beira Rio Ate A Rua Antônio Dorileo Cuiabá	7.884.001,60	Três Irmão Engenharia LTDA.
Trincheira Mario Andrezza	Rodoviário	Mario Andrezza Com Miguel Sutil Cuiabá	5.879.619,75	Ster Engenharia Ltda
Duplicação Da Ponte Mario Andrezza	Rodoviário	Ponte Mario Andrezza-Varzea Grande	11.499.764,75	Atrativa Engenharia Ltda
Duplicação Da Rodovia Mario Andrezza	Rodoviário	Rodovia Mario Andrezza Várzea Grande	22.003.978,55	Agrimat Engenharia Indústria E Comércio Ltda
Duplicação Av. Juliano Costa Marques	Rodoviário	Av. Juliano Costa Marques Bairro Bela Vista Cuiabá	2.436.589,99	Engglobal Construções Ltda
Duplicação Da Estrada Da Guarita	Rodoviário	Estrada Da Guarita Várzea Grande	29.220.521,04	Agrimat Eng. Ind. E Com. Ltda
Jd Das Palmeiras	Rodoviário	Ligação AV. Fernando Correa A AV. Arquimedes Pereira De Lima Cuiabá	1.727.813,99	Base Dupla Serviços E Construção Civil LTDA
Duplicação Da Ponte Sobre O Rio Pari	Rodoviário	Estrada Da Guarita Várzea Grande	2.914.157,93	Atrativa Engenharia LTDA
Construção Do Viaduto Av. Da FEB Com Av. Dom Orlando Chaves	Rodoviário	Av. FEB Várzea Grande	16.723.705,93	Construtora Sanches Tripoloni
Pavimentação Ruas Diversas No Entorno Da Arena Pantanal	Rodoviário	Jd. Cuiabá, Verdão e Santa Isabel Cuiabá	2.924.008,33	Três Irmãos Engenharia Ltda
Pavimentação da Avenida Itaparica	Rodoviário	Bairro Vista Alegre Cuiabá	1.674.419,63	Dínamo Construtora Ltda

Fonte: mtnacopa.com.br/copatransparente.gov.br, 2012
Org. Thomas Nascimento, 2012

Dessa forma, pouca informação relativa ao planejamento urbano de Cuiabá estava sendo divulgada, mas a maioria da população, que passava diariamente pelo canteiro de obras urbanas, percebia a transformação do espaço urbano, no entanto com baixos movimentos de reivindicações, esperava se locomover de maneira mais rápida utilizando o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) até o início da Copa do Mundo.

O planejamento urbano realizado para a Copa iria ajudar a “desenvolver” a cidade, mas a lentidão na execução das obras em diferentes pontos aos poucos revelava a falta de

projeto, ou mesmo de estudos técnicos, para as obras que estavam sendo realizadas, bem distantes das necessidades urbanas, foram traçadas em lugares estratégicos próximos às Avenidas Miguel Sutil, do CPA e Fernando Correia da Costa.

A exemplo dessa situação, percebe-se que três vias de acesso à região sul da cidade receberam investimentos, além disso, um elevador foi construído na rotatória de acesso ao Tijucal, um dos bairros mais populosos da cidade. No entanto pode-se entender a execução dessa obra a partir do contexto da região em que está inserida, pois se localiza na saída para o distrito industrial, e as três ligações viárias para a região sul pode estimular a ocupação de áreas predominantemente rurais, no entanto, problemas estruturais e financeiros fizeram com que a obra não tenha prazo para ser finalizada.

As ações ligadas ao poder do governo do Estado,²² em seu plano de desenvolvimento denominado MT + 20, foram estabelecidas no sentido de definir obras que estivessem voltadas para viabilizar a instalação de infraestrutura em diferentes lugares do Estado, priorizando o asfalto nas áreas que fizesse a ligação entre regiões produtoras e os centros de distribuição, como é o caso da via MT 100 que liga Barra do Garças a Rondonópolis, e também a duplicação da BR 364 ligando Cuiabá a Rondonópolis e a construção do novo anel viário (Figura 11) da cidade de Cuiabá também beneficiaria as atividades vinculadas ao agronegócio.

²² Esse plano foi desenvolvido no governo de Blairo Maggi (na época pertencia ao PPS – Partido Popular Socialista atualmente, para apoiar a reeleição do então presidente da república – Lula, passou para o partido da Republica - PR) governou o Estado de Mato Grosso durante o período de 2003 a 2010.

Figura 11: Anel viário de Cuiabá em fase de construção entre a região Oeste e Norte da cidade.



Foto: Adriana Pinhorati, 2015.

O MT+20 é um documento construído como projeto de governo, mas diretamente ligado a grupos de empresariais que têm agido frente a alguns investimentos ocorridos no Estado de Mato Grosso. À população caberia apenas a “aceitação” de um projeto em curso, o de mercantilização da cidade, o qual empregaria os recursos originários do agronegócio em infraestruturas urbanas e também em atividade imobiliária, fortalecendo assim seu capital.

As relações existentes entre o governo e as empresas financiadoras de campanhas eleitorais, ou mesmo as que participam do processo de licitação simples na concessão de obras vinculadas à Copa, foram alvos de Comissão Parlamentar de Inqueritos (CPI), algumas evidenciam denúncias de corrupção, propina paga a dirigentes da AGE COPA/SECOPA, também na origem das empresas contratadas e sua relação direta com as pessoas envolvidas nessa contratação. Em Cuiabá e Várzea Grande, as concessionárias responsáveis pelas obras da Copa do Mundo possuíam origens diversas conforme revela a Tabela 6 e que, devido à CPI, passavam a ser analisadas a fim de verificar se sua concessão teria sido lícita ou não.

TABELA 6:
Origens das empresas contratadas

Nome da Concessionária	Descrição
Atrativa	Localizada na cidade de Cuiabá especializada em pontes de concreto armado pré-moldado.
Ster Engenharia LTDA	Empresa com 66 anos fundada no Rio de Janeiro com o nome de sociedade técnica de engenharia e representações Ster S.A a 28 anos sua sede foi transferida para a cidade de São Paulo 2 anos depois teve sua razão social simplificada para Ster engenharia LTDA.
Constral	Fundada na Cidade do Paraná a mais de 20 anos.
Três irmãos engenharia LTDA	Origem e site não identificados
AGRIMAT ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Fundada em 1973 na cidade de Várzea Grande Tem como atividade principal a Construção, Manutenção e Conservação de Rodovias.
ENEGLOBAL CONSTRUÇÕES LTDA	Origem e site não identificados
BASE DUPLA serviços e Construção Civil LTDA	Tem sede estabelecida no bairro Boa Esperança em Cuiabá-MT
Construtora Sanches Tripoloni	Fundada em 1984 na cidade de São Paulo atuação voltada para construção de estradas e pontes.
DÍNAMO CONSTRUTORA LTDA	Fundada em Cuiabá no ano de 2004 especializada em construção pesada e locação de equipamentos.
CR Almeida, Santa Bárbara, CAF, Magna e Astep Vencedoras do Consorcio VLT Cuiabá – Várzea Grande - as empresas integrantes desse Consórcio	CR Almeida: Fundada em 1958 no estado do Paraná especializada em construção civil pesada abrangendo todos tipos de obras em construção civil.
	Santa Bárbara construtora Criada em 1967 com escritórios nos estados de Rio de Janeiro Belo Horizonte e São Paulo especializada em construção civil pesada abrangendo todos tipos de obras em construção civil.
	CAF: Fundada em 1969 na cidade de Porto Alegre RS, atua em serviços de consultoria de engenharia nas áreas de elaboração de estudos, projetos e gerenciamento de obras e empreendimentos.
	Magna engenharia: Fundada em 1969 empresa de Porto Alegre tem experiência em projetos de gerenciamento de obras e empreendimentos.
	Astep Fundada em 1961 e tem experiência em estudos, projetos e gerenciamento, abrangendo diversos campos de atividades de engenharia.

Org.: Thomas Nascimento, 2012

Fonte: <http://www.mtnacopa.Com.Br/Obras.Php#>;

Http://www.copatransparente.gov.br/busca_de_acoes, 2012

As empresas responsáveis pelas obras estiveram, de acordo com o levantamento do Ministério Público na Operação Imperador, ligadas à corrupção nas obras públicas. Essa operação procurou identificar o pagamento de propina tendo em vista que, mesmo que a obra

não estivesse cumprindo o calendário de execução concluída ou que apresentasse um projeto de execução, o recurso era liberado, cumprindo o calendário de pagamento previsto pelo Estado.

A maioria das obras que deveriam estar prontas para a Copa do Mundo, em 2016, ainda não haviam sido concluídas. Entre elas estiveram: a Estrada da Guarita, complexo viário do Tijucal, trincheira verdão/Santa Isabel, aeroporto internacional Marechal Rondon, Avenida Parque Barbado, Centro Oficial de Treinamento UFMT, Trincheira Santa Rosa e Viaduto Dom Orlando Chaves. Além dessas, houve problemas referentes à falta de qualidade de algumas obras já finalizadas e entregues, tais como a da Arena Pantanal e do elevador da UFMT.

Esses eixos reestruturadores da cidade, mesmo não estando finalizados, fizeram o seu papel durante a realização dos jogos da Copa do Mundo, vendendo a imagem do Pantanal e de Chapada dos Guimarães, principais pontos turísticos de Mato Grosso e, após sua conclusão, forneceriam abertura para a reestruturação da capital do Estado, ao receber investimentos na escala estadual, para a “melhoria” do sistema de transporte rodoviário e viabilização de um novo e moderno sistema de transporte intraurbano com a instalação de VLT e também com a criação de viadutos e trincheiras que ordenariam o aumento do fluxo de automóveis na área urbana.

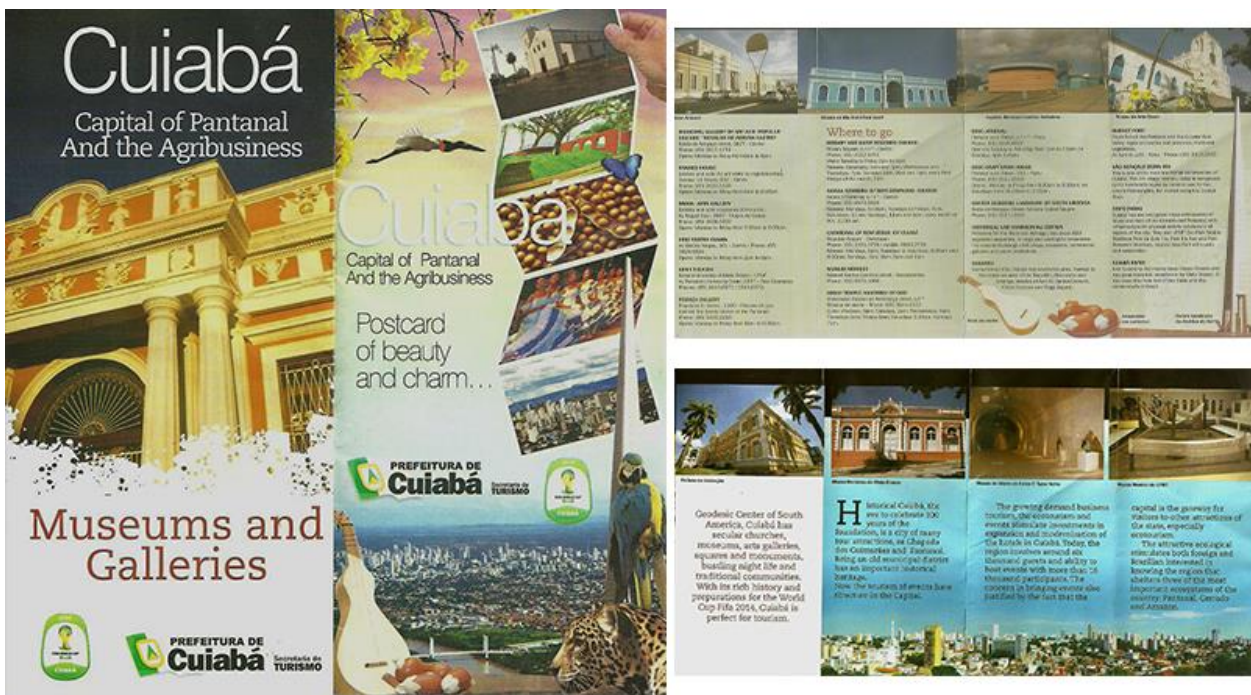
Esses investimentos ampliariam as possibilidades de negócios que envolveriam a comercialização da produção do campo e da reprodução do capital no espaço urbano do Estado de Mato Grosso, pois, com a destinação de recursos públicos para dinamizar a área urbana da cidade, outros investimentos poderiam ser priorizados pelo governo estadual que aplicaria o recurso em seu plano de governo, incluindo sua matriz econômica: o agronegócio, na instalação de hidrovias e também no deslocamento da Ferronorte – (Ferrovia que leva os produtos agrícolas a importante área portuária do país, mas que se encontra parada em Alto Taquari-MT próximo à divisa com o Estado de Goiás) para áreas polos, tais como Rondonópolis e Cuiabá²³.

Assim, o plano de inserir Cuiabá como cidade-sede do mundial em 2014 não estava relacionado apenas em fazer com que o Estado de Mato Grosso fosse visto no cenário turístico com a Copa no Pantanal para transformar a cidade em um polo de atração turística no

²³ Refere-se ao plano de Governo MT +20, no projeto de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, algumas ações que foram realizadas com e durante a Copa do Mundo estavam previstas nesse documento tais como: a duplicação de rodovias que fazem a ligação com Rondonópolis e com Sorriso (BR 364).

período pós-copa, mesmo porque do total de investimentos previstos para o desenvolvimento do turismo na região do Pantanal, praticamente nada foi de fato construído ou investido, ao contrário disso, a Copa que seria evidenciada em Mato Grosso se vincularia ao comércio da imagem do agronegócio (Figura 12 e 13)

Figura 12: Folder de divulgação a turistas durante a Copa do Mundo em Cuiabá.



Fonte: MT na Copa, 2014.

Figura 13: Arquibancada criada no FIFA FAN FEST espaço onde ocorreram os shows pós realização de cada jogo da Copa do Mundo.



Fonte: Adriana Pinhorati, 2014

Dessa forma, a execução do plano de reestruturação urbana podia ser visto a partir das mudanças provocadas em diferentes áreas entre elas o da mobilidade com o canteiro de obras existente em Cuiabá, nos investimentos realizados no aglomerado urbano, na nova territorialidade criada pela construção da arena Pantanal e nas consequências da opção em fazer com que a cidade atendesse à população de classe média e alta nas áreas centrais em detrimento do que ocorria nas áreas mais distantes do centro principal de Cuiabá.

3.4 A REESTRUTURAÇÃO, VALORIZAÇÃO E A MOBILIDADE URBANA DE CUIABÁ

A reestruturação urbana de Cuiabá foi marcada pelo lançamento de obras que estariam ocorrendo em toda a cidade, entre elas, as que envolveram as mudanças nas condições de trânsito nas principais vias urbanas e também os investimentos no setor de transporte público que dinamizariam áreas antes residenciais de baixa renda, para áreas com grande fluidez econômica, criando eixos de ligação entre centros comerciais e que também atendessem a um novo público, o de alta renda que passariam a investir no local. Um dos mais impactantes projetos frente aos investimentos realizados em Cuiabá esteve focado na

instalação de outro modal de transporte coletivo: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Esse sistema modernizaria o transporte urbano proporcionando o rápido deslocamento entre o centro e a periferia, porém iria intervir na paisagem e na sociedade, em duas das principais áreas comerciais da cidade e na estabilidade das empresas rodoviárias que não tiveram êxito na disputa entre BRT e VLT.

O Estado agindo politicamente definiu como sendo o VLT o melhor modelo de transporte urbano, mas também representou maior endividamento público, pois foi o mais caro projeto (ver Tabela 3) adotado como modelo de transporte público, mas que apresentava vários problemas, entre eles, o de não atingir os comerciantes presentes em seu percurso e também não atender à maior parcela da população que se desloca diariamente com o transporte público.

O traçado do VLT passaria por duas importantes avenidas da cidade: a Fernando Correa da Costa (Região Sul) e a Historiador Rubens de Mendonça (Região Norte) onde seriam construídas 33 estações, porém, apenas uma ficou pronta até o final de 2014. Outros problemas identificados na execução do Projeto do VLT estiveram no traçado, que removeu do canteiro central mais de 2.500 árvores, dessas, apenas 122 foram encaminhadas para o Horto Florestal ou replantadas em outra via da cidade. Além disso, nas duas regiões que seriam percorridas pelo novo modal em Cuiabá, o VLT têm o seu último terminal de embarque a distância 6 km (Regional Norte) e 13 km (Regional Sul) respectivamente das áreas consideradas mais populosas da cidade.

Nesse sentido, o traçado proposto para o modal BRT traria maiores benefícios aos cofres públicos bem como à população, pois, previa maior proximidade com esses núcleos habitacionais. Da forma como foi aprovado, a funcionalidade do Projeto do VLT poderia estar comprometida não apenas com o tempo de deslocamento entre as moradias dos cidadãos e os locais de trabalho, como também, pelo alto custo do deslocamento, pois a população deverá utilizar dois meios de transporte para percorrer a mesma distância que atualmente percorre com um único transporte coletivo.

A adoção desse Projeto representou ao longo dos locais em que estaria sendo instalado, a possibilidade de valorização dos lotes nas suas imediações, utilizados por incorporadoras que lucram com a venda de terrenos edificados ou não, mas que foram valorizados pela infraestrutura criada. A informação privilegiada também destacava o jogo econômico que envolvia a compra e a venda de imóveis ao longo das principais avenidas que qualificavam o VLT como atributo de valor, mesmo antes de ter sido definida como modal para a cidade (Figura 14).

Figura 14: Anuncio de venda de imóvel nas proximidades do VLT



Fonte: Uol notícias, acessado em julho de 2012

O VLT não foi finalizado até 2016 e, entre vários problemas presentes na falta de infraestrutura e planejamento dessa obra, foram levantadas a necessidade de estacionamentos próximos aos terminais a fim de estimular a população de maior poder aquisitivo residente às margens do VLT a utilizarem tal transporte. Além disso, até julho de 2016, não havia sido apresentado um plano de integração Transporte Coletivo – Ônibus com o VLT plano necessário, tendo em vista que a maioria da população que deve utilizar o transporte vive longe desse traçado, além disso, muitos trabalhadores empregados enquanto motoristas de ônibus coletivos temiam a perda de seus empregos, da mesma forma como ocorreu com a retirada dos cobradores de ônibus que no final de 2015 quando foram todos demitidos.

No que tange aos investimentos em mobilidade urbana, menos de 7% das obras de reestruturação foram investidos em ciclovias, mesmo com a duplicação de avenidas não foram previstas ou instaladas ciclovias que incentivem o deslocamento de ciclistas na maioria das obras. Os ciclistas de Cuiabá, organizados a partir do Movimento Ciclovía Já, estiveram em vários momentos que envolveram passeios ciclísticos reivindicando por essa infraestrutura, mas a prioridade das vias públicas que vem sendo planejadas na cidade deixam de atender ao ciclista e ao pedestre.

Apenas uma das obras de mobilidade realizadas em Cuiabá possui investimentos relacionados à ciclovía e também calçadas que proporcionam áreas para caminhada: a duplicação da Av. Eng. Arquimedes Pereira Lima (figura 15), também conhecida como Estrada do Moinho, foi incluída na matriz da Copa do Mundo em novembro de 2012. Nela é possível identificar 4 km de ciclovía e o consórcio responsável fez a proposta de R\$

23.696.504,41 para finalizar a obra de 4,4 km, e deveria ter sido entregue em 12/2014, porém, mesmo antes da entrega da obra, já apresentava problemas relacionados à sua qualidade, apresentando buracos na pista e falta de drenagem urbana.

Figura 15: Obras da Avenida Arquimedes Pereira Lima (Estrada do moinho), 2014.

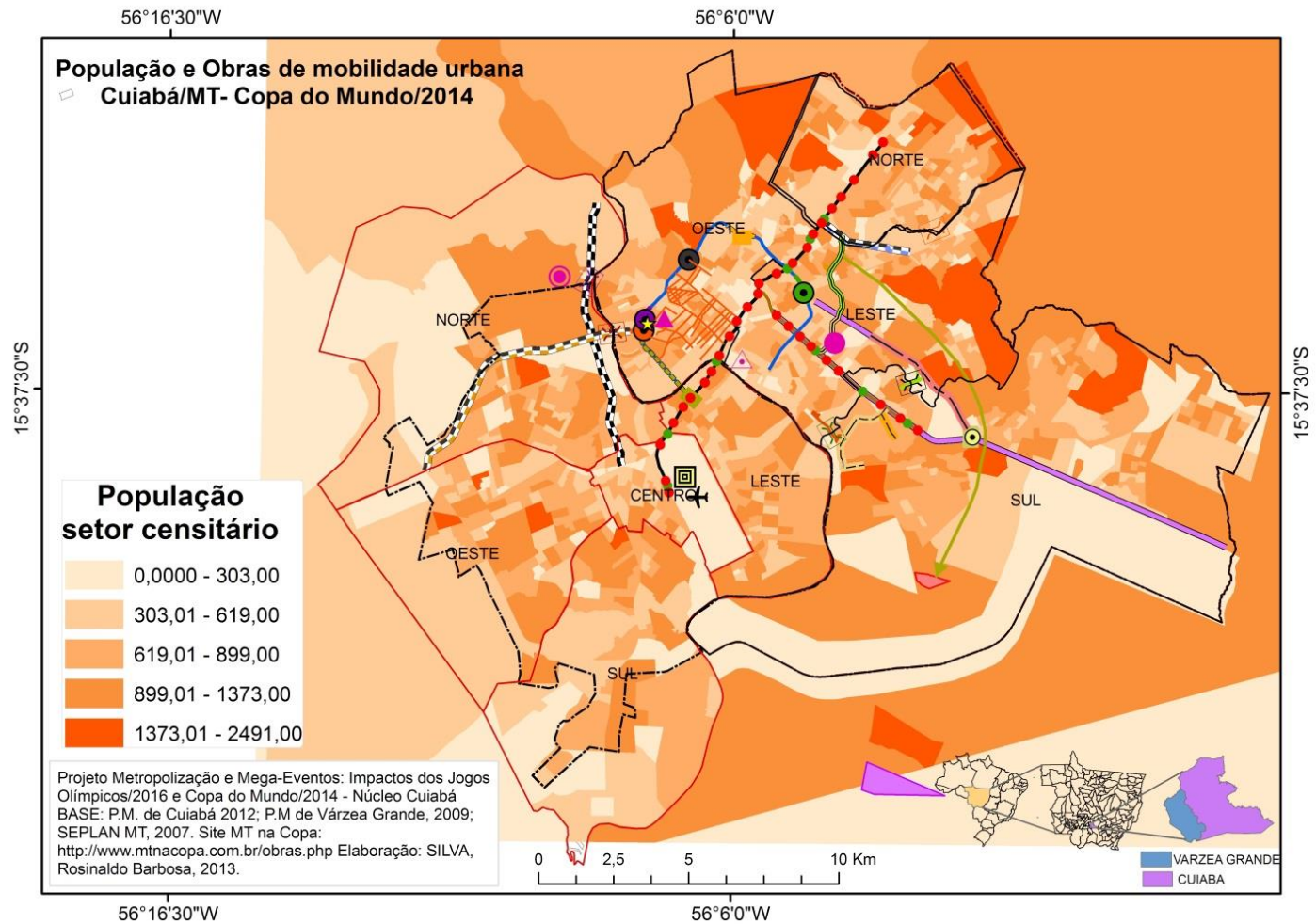


Fonte: Site Repórter MT, 2014. Acessado em 15 de abril de 2015.

Essa obra realizada na região Sul da cidade possibilitava, além de outra via de acesso ao centro da cidade e também à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), promover a valorização de terrenos em suas imediações, tendo em vista a grande quantidade de áreas ainda preservadas em seus arredores e sucessíveis ao mercado imobiliário.

Percebe-se dessa forma que, no plano de mobilidade criado para atender às obras da Copa do Mundo, o planejamento realizado na cidade, voltava-se primordialmente a garantir o deslocamento a partir de transporte individual e que da mesma forma que o planejamento é realizado em nível brasileiro, na micro escala, também, acaba favorecendo a centralidade. Obras de mobilidade urbana são instaladas em áreas centrais, distantes e sem a devida ligação viária com os bairros em que residem a maior parcela da população urbana e a mais periférica de Cuiabá (Figura 16).

Figura 16: Mapa identificando a maior parcela da população distante das áreas que receberam investimentos da Copa do Mundo 2014



Org. Rosinaldo Silva, 2013.

Essas áreas de investimentos centrais necessitavam de interligações que pudessem ser funcionais caso fossem realizadas. No que tange à mobilidade urbana em Cuiabá, os efeitos dessa falta de planejamento para a cidade pôde ser vista, em avenidas estreitas criadas no interior de bairros distantes das áreas centrais, no entanto, pela maior concentração da população que dependiam dessas infraestruturas para se deslocar e, também, para praticar esportes, tais como caminhada, deveria ser ampliada. Nesses bairros, inexistem equipamentos públicos que garantam práticas esportivas e em muitos lugares, que fazem a ligação com vias que poderiam ser utilizadas para caminhadas, mas faltavam até mesmo calçadas e as pessoas acabam disputando espaço na rua com os automóveis.

Outro problema identificado no eixo de mobilidade urbana, com a definição de projetos que não estavam previstos no Plano Diretor e que foram realizados, está na qualidade da obra, após várias denúncias, entre elas o relatório técnico realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) 2013/2014, que mostravam que as obras de mobilidade urbana apresentavam problemas estruturais, algumas dessas obras foram interditadas.

Mesmo antes de serem inauguradas apresentavam problemas em sua estrutura e careciam de reparos, ou devido à falta de planejamento, obras foram condenadas pelos relatórios da Prefeitura Municipal de Cuiabá, CREA e UFMT que apontavam a necessidade de demolição em parte da obra realizada. Essa situação foi registrada em pelo menos três obras da Copa do Mundo em execução na cidade: no elevador da Fernando Correa da Costa, na Avenida do CPA e na Ponte construída no Bairro CoopHEMA (Figuras 17 e 18).

Figura 17: Viaduto da Sefaz e asfalto danificado.



Foto: Site Olhar direto, 2014. Acessado em 20 de abril de 2015.

Figura 18: Ponte destruída no Bairro Cophema pela ação da chuva



Foto: Site Olhar direto, 2014. Acessado em junho de 2014

O viaduto da UFMT inaugurado em dezembro de 2013 deveria possibilitar fluidez no trânsito da cidade, porém também apresentava erros estruturais, entre eles o apontado pela prefeitura municipal de Cuiabá, que, ao invés de dinamizar o trânsito, a obra tornou-se um transtorno para a cidade e, em dezembro de 2014, cogitou-se a possibilidade de implodir a obra²⁴. Planejada sem levar em consideração o volume de chuva que a área recebia todos os anos, ela apresenta graves problemas de drenagem pluvial e ainda seu traçado deixou as vias lentas em diferentes horários ao longo do dia.

A obra, que deveria atender à população beneficiando-a com maior agilidade no deslocamento, representou alto investimento público, porém não resolveu o problema de tráfego local, a área é cercada pela universidade pública - UFMT e um *Shopping Center*, porém, faz ligação direta com as principais universidades particulares de Cuiabá e Várzea Grande. Mas a obra realizada não considerou essa dinâmica visto que o retorno existente embaixo do elevado dificultava a passagem para a marginal do Córrego do Barbado para as vias principais de acesso a essas universidades (Figura 19 e 20).

²⁴ Apêndices: Ofício 1317/2014/GS/SMOP

Figura 19 e 20: Elevado da UFMT na Av. Fernando Correa da Costa, 2014



Fonte: Site MT na Copa e Mídia News, 2014. Acessado em 20 de abril de 2015.

A construção de vias públicas em regime de urgência para atender às exigências da Copa do Mundo acabou colocando a vida da população em risco, pois o seu traçado impunha ao trânsito situações perigosas que poderiam provocar acidentes. Uma dessas situações que podem ser relatadas está no elevado no Parque Cuiabá (figura 21 e 22), na avenida Fernando

Correia da Costa, inaugurado em fevereiro de 2014: as saídas laterais de acesso à cidade de Santo Antônio do Leverger, uma das cidades da Região Metropolitana de Cuiabá, colocava a vida das pessoas em risco, com uma curva muito fechada favorecendo acidentes no local.

Figura 21 e 22: Estreitamento de via urbana em área de rotatória no elevado do Parque Cuiabá;



Foto: Olhar direto, 2014 e Pinhorati, 2015.

De acordo com os comerciantes da região, a área não deveria ter sido liberada antes do término das obras, a faixa lateral de acesso à cidade de Santo Antônio não foi concluída pela concessionária, e o desvio deveria estar sendo utilizado até a completa inauguração da obra, no entanto não é o que ocorreu, tendo em vista que vários acidentes foram registrados no local. Esses problemas existentes nas obras de mobilidade urbana são facilmente identificados por pessoas que trafegam diariamente por essas vias, percebe-se a falta de

clareza sobre as condições em que essas obras foram entregues e questiona-se a fiscalização e o pouco preparo técnico na execução dessas obras entregues à sociedade.

Não bastasse a mercantilização da cidade e os investimentos de recursos públicos em áreas apenas centrais e marcadas por interesses, também havia a possibilidade de descarte das obras considerando sua baixa qualidade. O superfaturamento e a “vista grossa” de quem as operava, parecia tentar “enganar” a população que assistia tais denúncias em obras licitadas para a Copa do Mundo e, após a mudança de governo no Estado, a maioria teve sua execução paralisada devido a auditorias que procuravam apontar suas irregularidades.

Algumas obras de mobilidade urbana, que inicialmente estavam previstas para áreas distantes do eixo central, foram retiradas no início da implantação dos planos de ações para a copa. O que deveria atender à população de baixa renda foi substituído com medidas também emergenciais que supririam em parte as necessidades de infraestrutura nos bairros mais distantes, tais como o Programa Poeira Zero.

Nessa vertente de reordenamento do espaço urbano, a cidade de Cuiabá se encontrava em meio a um canteiro de obras, diferentes vias, nunca cogitadas foram sendo reveladas, ao mesmo tempo em que eram percebidos que esses investimentos urbanos pareciam atender ao plano de desenvolvimento econômico, que fazia de obras que deveriam atender à necessidade pública, um *marketing* para o parcelamento do solo e para o aumento de áreas a serem comercializadas.

3.4.1 O projeto reestruturador do aglomerado urbano Cuiabá - Várzea Grande

Quando são associados políticas de intervenções urbanas às estruturas organizadoras internacionais, pode-se perceber que, nas cidades, as novas políticas acabam levando em consideração o apelo da significativa disponibilidade de recursos para que as ações diretamente relacionadas às obras de infraestrutura possam ser executadas e, ao mesmo tempo em que atende-se à necessidade criada para a Copa do Mundo, outros interesses de cunho econômico são criados ou postos em prática na cidade.

O aglomerado urbano de Cuiabá e Várzea Grande foi constituído por Legislação LC 28 de 30 de Novembro de 1993, alterada de LC 65/99 e revogada pela LC 83/01 e, no que tange às suas ações, estaria em realizar um planejamento integrado tendo em vista a autonomia das cidades, porém levando-se em consideração a necessidade de integração do aglomerado que as aproxima. Assim, na tentativa de integrar projetos urbanos que atenderiam

à população das duas cidades, foi formado o Conselho da Cidade Deliberativo com a participação de vários seguimentos que analisariam as obras que atendessem e beneficiassem a ambas. Esse aglomerado urbano, formado entre Cuiabá e Várzea Grande, principal aglomerado de Mato Grosso, encontrava-se diretamente ligado à instalação de infraestrutura para receber os jogos em 2014.

Na dinâmica intraurbana das duas cidades houve o planejamento de infraestrutura urbana que previa a maior integração das cidades, para isso, em Várzea Grande, foram previstas as seguintes obras a serem realizadas para a Copa do Mundo:

1. Ampliações do Aeroporto Internacional Marechal Rondon
2. Criação do Centro de Treinamento do Pari
3. Infraestrutura da Av. da FEB que faz a ligação do aeroporto com o estádio
4. VLT – eixo de Várzea Grande Saindo do Aeroporto

Essas obras possibilitariam a integração entre Cuiabá e Várzea Grande, no entanto, as infraestruturas instaladas em Várzea Grande ficaram muito aquém do atendimento à população residente na cidade, pois não envolveu nem 1/3 da área do município, concentrando investimentos muito próximos à conurbação Cuiabá-Várzea Grande.

3.4.2 Ampliações do Aeroporto Internacional Marechal Rondon

Uma das justificativas para o desenvolvimento desse traçado de infraestrutura estava na necessidade de receber os turistas. Cuiabá é uma das capitais do país que não possui aeroporto, e o principal aeroporto do Estado, encontra-se em Várzea Grande²⁵, e seria por ele que a maioria dos torcedores dos oito países que estariam presentes nos dias dos jogos chegariam para acompanhar suas equipes na cidade e necessitariam se deslocar. Porém a ampliação prevista para funcionar nos dias dos jogos da copa não ficou pronta em tempo, o canteiro de obras a frente do aeroporto, as esteiras e também os banheiros, mesmo com medidas emergenciais não atenderam ao cronograma previsto pela SECOPA.

O ordenamento de ações realizadas para a Copa do Mundo em Cuiabá levou em consideração o número de turistas que seriam atendidos nos dias dos jogos, porém não

²⁵ O Estado de Mato Grosso possui 3 aeroportos principais: o internacional Marechal Rondon localizado em Várzea Grande que movimenta 3 milhões de pessoas/ano e outros dois um em Rondonópolis (Maestro Marinho Franco) e outro em Sinop (Presidente João Figueiredo)– distante a 200 e 500 km da capital do Estado, respectivamente, e que movimentam 600 (dados de 2011) e 170 (dados de 2013) mil pessoas por ano.

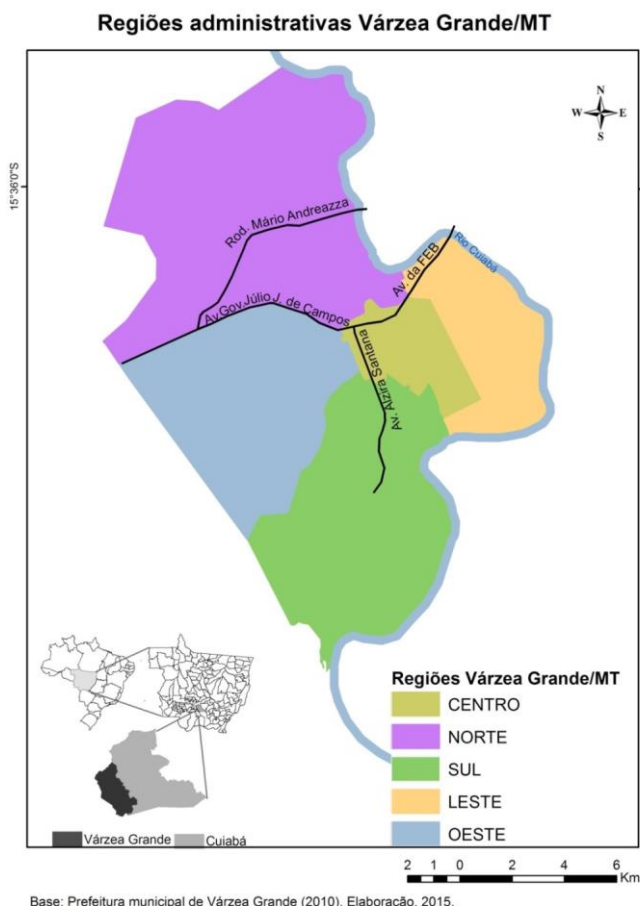
considerava as dificuldades encontradas no deslocamento anual das pessoas que residem no interior do Estado. Existem apenas dois outros aeroportos no Estado, localizados a 200 e 500 km de distância de Cuiabá (Rondonópolis e Sinop). Dessa forma, o aeroporto de Várzea Grande, sendo o principal aeroporto do Estado recebeu investimentos da SECOPA, enquanto isso, as pessoas que residem no interior e utilizam o aeroporto precisam viajar longas distâncias para chegarem em suas casas, áreas tais como a região do Vale do Araguaia distantes a 500 km da capital, e que não possui aeroporto, e, devido a essa falta de planejamento, precisam deslocar aproximadamente 9 horas de ônibus até Várzea Grande para poderem embarcar em um voo pois inexitem voos que interligam todas as regiões do estado que possui dimensões de país.

Outra necessidade encontrada e que não foi articulada, esteve relacionada ao transporte coletivo, não há no aeroporto um transporte coletivo que faça a ligação com a rodoviária de Cuiabá ou mesmo com a de Várzea Grande, o que poderia minimizar os impactos gerados a quem precisa se deslocar para áreas mais distantes no Estado, e a população acaba tendo que arcar com esse deslocamento de taxi o que deixa a viagem mais cara.

3.4.3 Criação do Centro Oficial de Treinamento do Pari

Várzea Grande é subdividida em 5 regiões administrativas: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, dessas regiões as únicas que receberam investimentos relacionados às obras da Copa do Mundo foi a Norte e Central (Figura 23), devido à proximidade com Cuiabá e à necessidade de atendimento ao planejamento da FIFA, principalmente em relação à infraestrutura aeroportuária e também, nas entrelinhas, aos interesses imobiliários na área de expansão urbana. Para colocar em ação esses projetos que poderiam garantir à Várzea Grande a atração de investidores no setor imobiliário, em dezembro de 2013, foi aprovado em Várzea Grande o Plano de Expansão Urbana do Município.

Figura 23: Mapa com a divisão regional do município de Várzea Grande/MT



Org. Rosinaldo Silva, 2015.

De acordo com Silva (2015, p. 35),

O ‘Plano de expansão urbana de Várzea Grande’, realizado pela empresa Prisma Engenharia Arquitetura e Saneamento LTDA, apresenta a necessidade de ampliação do perímetro urbano do município. Utilizou-se de quatro elementos para sustentar essa ideia. O **primeiro** é de que a área de expansão urbana, compreendida na região norte/noroeste da cidade, outrora eram áreas urbanas, pelo limite de 1994, porém, com a Lei do Plano Diretor (2007), a área urbana teve sua redução. O **segundo** é de que o Plano Diretor Participativo – PDP (2007) direciona o vetor de expansão urbana para a região norte/noroeste do município. O **terceiro** é de que existem vários loteamentos já *consolidados*, que ficaram fora da área urbana após a alteração do perímetro em 2007. O **quarto** elemento é de viabilizar a construção de grandes empreendimentos na cidade, neste caso, as transformações urbanas ocorridas a partir de 2010 são utilizados como sustentação em defesa da ampliação do perímetro urbano. Inserem nesse contexto as obras relacionadas à mobilidade urbana para Copa do mundo 2014, em inclusive na região norte/noroeste e instalação de novos fixos.

Essa ampliação da cidade de Várzea Grande representava também o aumento de áreas a serem especuladas tendo em vista os investimentos que passaram a ser realizados no local, entre eles, ao lado de onde seria construído o COT-PARI, áreas foram doadas para a construção de uma nova unidade do Campus Universitário voltado para o setor de tecnologia da UFMT e também para a instalação de um novo campus do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

A instalação desse COT-PARI criava nova centralidade educacional em Várzea Grande e movimentava o mercado imobiliário local. Mesmo ainda sem o término dessas instalações, o sistema de acesso à universidade, SISU, abriu vagas para esse novo Campus em 2013. Os alunos, que se inscreveram, estão estudando na unidade da UFMT em Cuiabá, mas na expectativa de inauguração da obra em Várzea Grande. Nessa mesma área, consolidando a centralidade educacional, ainda estão previstas a instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

No caso de Cuiabá, a gestão da Universidade Federal de Mato Grosso cedeu área física para a construção do Centro de Treinamentos, no espaço em que foi construído o COT, anteriormente era um campo de treinamento utilizado pela Faculdade de Educação Física e também como espaço para caminhada para a população em geral. Esse novo espaço de Cuiabá deverá atender às atividades esportivas que envolvem a universidade e também poderá receber campeonatos regionais, nacionais e internacionais, deixando de ser um espaço para a livre circulação e uso de pessoas que praticavam esporte em seus arredores.

Considerando o centro de treinamento de Várzea Grande (Figura 24), a área simbolizava a ampliação do perímetro urbano da cidade, tendo em vista que, nesse eixo, também houve investimentos no setor de mobilidade urbana com a duplicação da Av. Mario Andreazza que passava a estruturar o eixo norte da cidade ampliando o espaço de ocupação que, em pouco tempo, transformou o que era de “mata fechada” em terrenos e imóveis a serem comercializados na área de valorização de Várzea Grande.

Figura 24: Sinalização para a área em que estava sendo construído o COT- Pari.



Foto: Rosinaldo Silva, 2013

Essa articulação política e econômica do município de Várzea Grande, apresentando áreas a serem incorporadas ao mercado imobiliário, ressaltava a importância do domínio do espaço. Essa área da cidade, praticamente composta por terrenos a espera de valorização, encontraram na realização da Copa do Mundo alternativas para desenvolverem infraestrutura capaz de fornecer acesso à essas áreas, valorizando imóveis existentes tais como a área denominada Chapéu do Sol (Figura 25), que comercializa a infraestrutura prevista para o local.

Figura 25: Comercialização da área do COT-Pari em Várzea Grande-MT

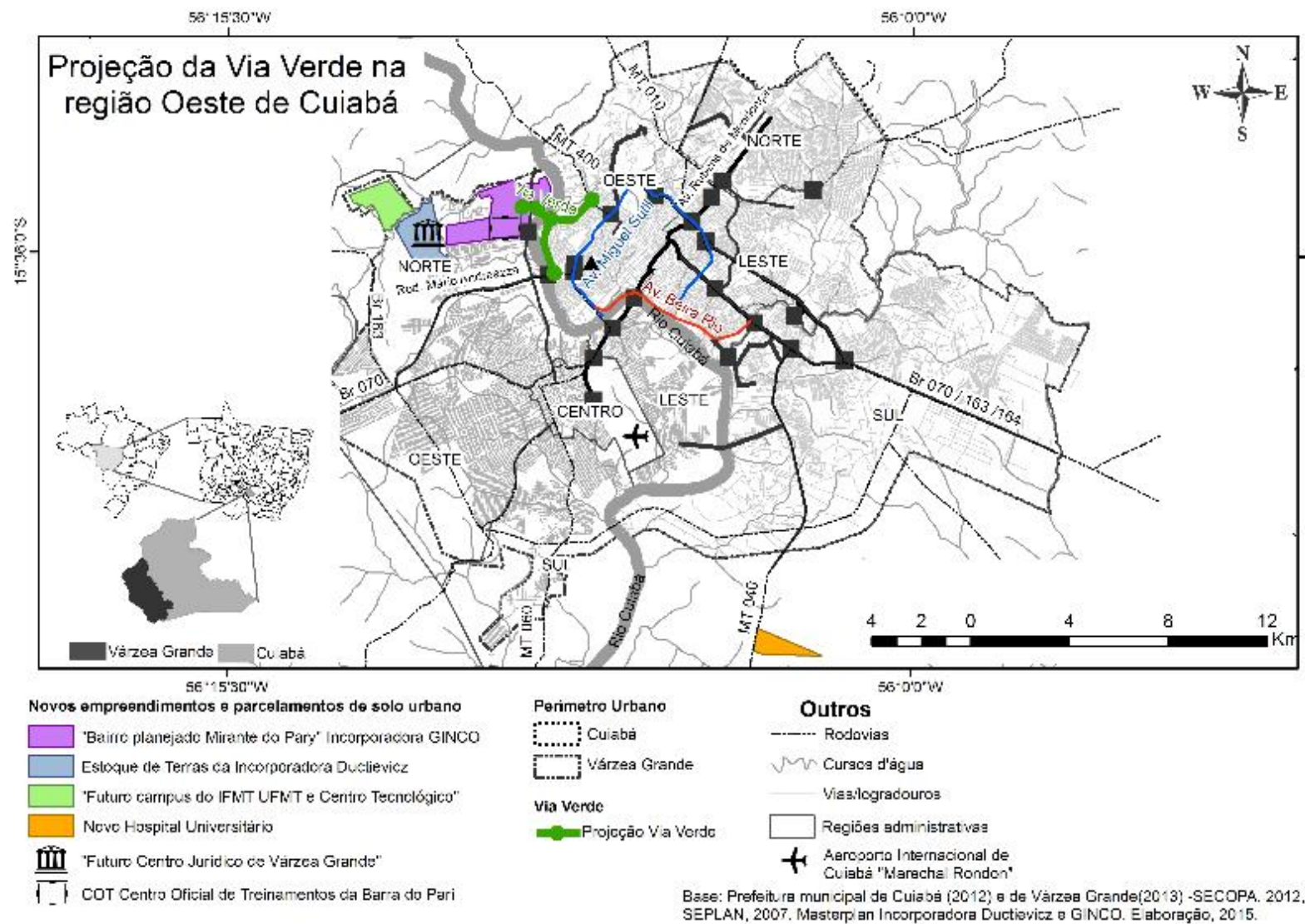


Foto: Rosinaldo Silva , 2013

Essas articulações dentro da dinâmica do aglomerado urbano em Várzea Grande, vem ao encontro de outro projeto na Região Oeste de Cuiabá, a construção da Via Verde, obra que deveria ampliar a Av. Beira Rio potencializando economicamente uma região onde atualmente está ocupada por uma população periférica e por área ainda com mata preservada. Está em curso um projeto de remoção da população de área de Preservação Permanente residente ao longo dessa via para que tal obra seja realizada.

A identificação dessas decisões políticas em levar infraestrutura para esses locais, também denunciam a existência de planejamentos para o pós-copa, intencionalmente, existiram áreas na cidade que receberiam os investimentos e passariam a ser especuladas pelo mercado imobiliário (Figura 26).

Figura 26: Estruturação da Região Norte de Várzea Grande e Oeste de Cuiabá.



3.4.4 O turismo e os investimentos para a copa

Levando-se em consideração os levantamentos realizados pela pesquisa *Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo em Cuiabá*, pode-se destacar as informações sobre outras áreas que deveriam receber investimentos tendo em vista as atividades turísticas, entre elas, a rede hoteleira. De acordo com o Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBSMT), Cuiabá contava antes da Copa com 73 hotéis, possuindo um total de 3.266 quartos acomodando 8.814 pessoas. Entretanto, segundo a FIFA, deveria possuir 13 mil leitos para comportar a estimativa de 43 mil torcedores que a Arena Pantanal receberia nos dias de jogos.

Nos preparativos para a Copa do Mundo, foram inaugurados em Cuiabá, 10 novos hotéis, que variavam de categoria entre alto e médio padrão. Esses hotéis foram construídos nas principais avenidas da cidade e na região central, com acesso rápido e fácil ao estádio. Durante a Copa, para suprir a necessidade de hospedagem, funcionaram modelos de hospedagens solidárias que complementavam a necessidade de atendimento às hospedagens.

Uma das grandes preocupações presente nos investimentos da rede hoteleira, no período que antecedia a realização da Copa do Mundo, era a possibilidade de gerenciar esses empreendimentos e garantir a oferta de trabalho no pós-copa, alguns pequenos hotéis na área central de Cuiabá, tal como o hotel Panorama, realizaram investimentos em infraestrutura porém, no pós-copa, o número de hóspedes caiu consideravelmente. Assim, em vista do aumento da oferta, reduziu-se o número de funcionários. José Luiz, proprietário do Hotel Panorama afirmou que *“com mais hotéis na cidade, há mais opções porém, mesmo procurando manter os preços baixos, na virada do ano de 2014 para 2015 e no fechamento de janeiro a média de hóspedes no hotel foi de três apartamentos ocupados”*²⁶ fato que inviabiliza a manutenção do hotel e também de funcionários. Esse foi apenas um exemplo do que ocorreu no pós-copa, alguns hotéis estão investindo em aluguel de auditórios para palestras, ou mesmo transformando antigos hotéis em moradias fazendo dos quartos, Kitnet voltadas para estudantes.

Outras infraestruturas poderiam ser inseridas no plano da Copa em Cuiabá na projeção de torná-la cidade turística. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma dessas obras poderia ser o rebaixamento da fiação elétrica no centro da cidade, que daria maior visibilidade às construções de origem colonial datadas do

²⁶ Entrevista realizada pelo programa MTTV da Tv Centro América em Mato Grosso.

final do século XVIII, localizadas nas áreas centrais, porém não entrou no projeto da Copa do Mundo da Fifa. Um outro investimento em infraestrutura poderia estar envolvido em ações tais como a conservação de parques urbanos ou áreas que recebem ecoturistas ao longo do ano, como Chapada dos Guimarães, Poconé, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, porém a SECOPA não considerou no Plano de Desenvolvimento traçado para a Copa do Pantanal nenhuma dessas obras em Cuiabá e região metropolitana.

Apenas no caso do Complexo da Salgadeira, área turística de nascentes, localizada na área limítrofe entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães, houve por parte da SECOPA, investimentos para que o local fosse reaberto aos turistas. O espaço se encontrava interditado desde 2010, devido à falta de conservação do local e por causa do destino dos resíduos produzidos que estavam impactando o meio ambiente. Essa área recebeu, em 2012, por meio do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), 210 mil reais para obras de revitalização, mas até agosto de 2016 não foram realizadas (Figura 27).

Figura 27: Complexo turístico da Salgadeira em Cuiabá



Fonte: Adriana Pinhorati, 2015

Para a realização da Copa do Pantanal, o asfalto, que faz a ligação com essas áreas da região metropolitana de Cuiabá (Figura 28), teve algum recapeamento realizado nos dias em que antecediam o evento. Porém, comerciantes e donos de pousadas em Chapada dos Guimarães e Poconé se encontravam, na véspera da realização dos jogos, desanimados pela

baixa procura dos hóspedes, ou seja, nos hotéis sobravam vagas. Em entrevista realizada com comerciantes locais às vésperas do jogo que aconteceria em Cuiabá, eles se mostraram muito preocupados com essa baixa procura. Disse um dos comerciantes de Chapada dos Guimarães julho de 2014: *“a cidade se preparou, eu comprei mais de 40 mil reais em mercadoria, os peixes estão estragando no freezer”*.

Figura 28: Chapada dos Guimarães na véspera do jogo da Copa do Mundo em Cuiabá



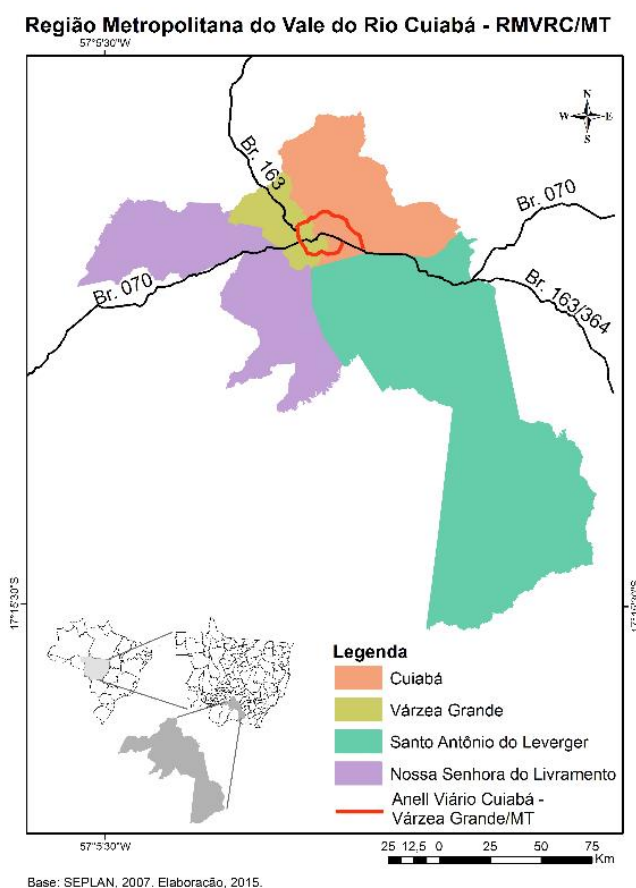
Foto: Adriana Pinhorati, 2014

A carência observada no setor turístico de Cuiabá e região metropolitana era previsível, várias reuniões entre as secretarias dos municípios de Chapada dos Guimarães, Poconé e Barão de Melgaço foram realizadas, sem muito avanços. A informação sobre o que iria ser realizado até a Copa do Mundo no setor turístico ficava a cargo de algumas pessoas da Gestão da SECOPA e pouco era divulgado para os municípios, que aguardavam o investimento no local, porém ele não ocorreu.

3.4.5 Estruturação da Região Sul e região metropolitana de Cuiabá

Após avaliação sobre o que foi realizado no campo do turismo que justificou a vinda da Copa do Mundo para o Pantanal, foi possível identificar que os investimentos em infraestrutura notados na regional Sul de Cuiabá, desde 2009, não tiveram referência à Copa, servindo para reconfigurar a região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Figura 29).

Figura 29: Mapa da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá



Org. Rosinaldo Silva, 2014

Ao fazer a consolidação da Av. Palmiro Paes de Barros - e da área que faz ligação com o Pantanal de Barão de Melgaço e de Santo Antônio do Leverger-MT, foram estruturadas as vias que reforçam uma obra prevista no Plano Diretor de Cuiabá e ordena o espaço para a chegada da Ferronorte, que, em hipótese, viria de Rondonópolis e teria um terminal nessa região da cidade.

Vale ressaltar que a obra de duplicação da via Palmiro Paes de Barros, foi lançada em 2009 com recurso do Fundo Estadual de Transportes e Habitação (FETHAB) recebendo o valor total de 21 milhões, porém a obra ainda não foi concluída, deveria ser também uma obra

da Copa, mesmo tendo sido lançada anteriormente. Para essa obra, 6(seis) milhões de reais foram liberados, no entanto menos de um terço da obra foi finalizada até a realização da Copa, e alguns quilômetros de sua pavimentação estava sendo sucateada pela ação do tempo. A obra foi retomada em 2015 dividida por duas empresas que devem entregá-la finalizada até 2017.

Para essa ampliação do perímetro urbano de Cuiabá na Regional Sul, também está em fase de construção o Hospital Universitário, bem como a nova sede da Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT). Percebe-se que, nessa ampliação do espaço urbano, diferentes conjuntos habitacionais foram construídos nessa área, totalizando investimentos em aproximadamente 15 mil casas oriundas de programas “Minha Casa Minha Vida” do governo federal. No final de 2013, foi aprovada a duplicação da Rodovia Imigrantes, que compõe o trecho Sul dos investimentos no anel viário da cidade (Figura 30).

Por outro lado, na regional Norte de Cuiabá, tem-se ao longo das Rodovias Helder Cândia e Emanuel Pinheiro, que fazem a ligação com um dos principais pontos turísticos de Mato Grosso - Chapada dos Guimarães - uma das importantes áreas de consolidação de empreendimentos residenciais de alto padrão.

Com a duplicação da principal via de acesso, até a saída para a Hidrelétrica de Manso e também início do deslocamento para Chapada dos Guimarães se encontra-finalizada cerca de 10 km, mas a obra até a cidade de Chapada está prevista no plano de investimentos dos próximos anos. Em dezembro/2013 e Janeiro/2014, foram realizadas audiências públicas para discutir a implantação de pedágio na Rodovia Emanuel Pinheiro, mas no percurso de 60 km está sendo previsto o pedágio de 30 reais entre ida e volta envolvendo essa via.

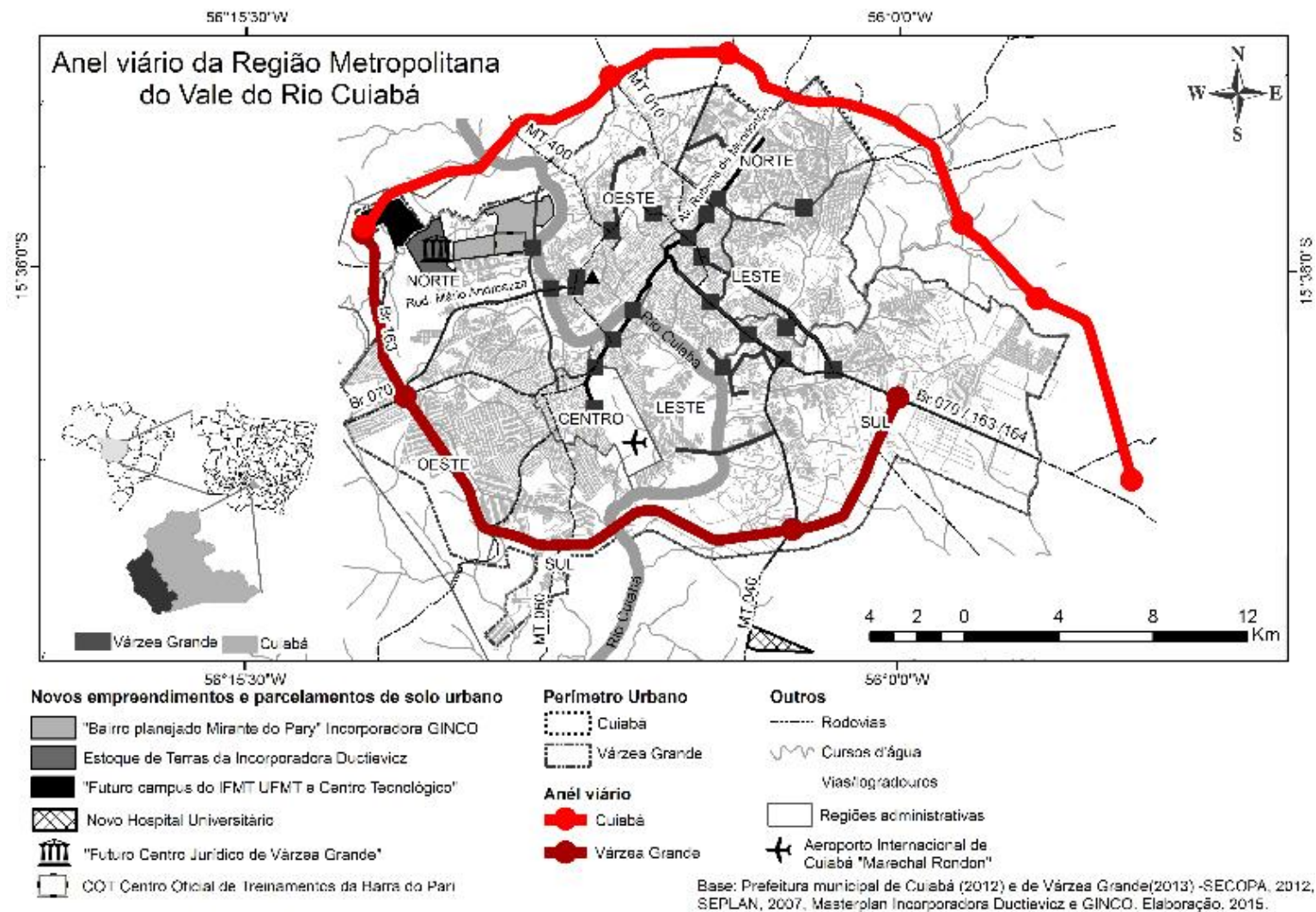
Outra obra lançada, no período das obras da Copa do Mundo em Cuiabá, também esteve na Regional Norte, o trecho do anel viário faria a ligação com áreas do sudoeste e o Sul do Estado, retirando o fluxo de caminhões que diariamente circulam por Cuiabá. Esse anel viário (Figura 30) passaria próximo à Rodovia Emanuel Pinheiro proporcionando a expansão urbana para áreas com características rurais. Interessante destacar que o anel viário da cidade passaria por esses dois eixos de investimentos tanto na regional Sul quanto na regional Norte, fortalecendo a tese sobre a reestruturação que a cidade vem estabelecendo no espaço intraurbano, para viabilizar a passagem da produção agrícola do Estado para áreas portuárias do País.

Ao mesmo tempo que as áreas urbanas de Cuiabá e de Várzea Grande passaram por transformações intraurbanas, as quais, durante a Copa do Mundo, vendiam o Pantanal como área de turismo, nota-se que pouco foi investido para receber os turistas no Pantanal, mas

também se percebe que as obras de duplicação da BR 163 e 364, que escoam a produção agrícola do Estado, passariam a ser operacionalizadas em 2016 por essas vias, no entanto, com a cobrança de pedágios.

Assim, ao observar a proposta de criação do novo anel viário tanto na cidade de Cuiabá quanto na cidade de Várzea Grande, foi possível compreender também que os investimentos realizados nessas áreas da cidade expandem o espaço urbano das duas cidades, em áreas que ainda possuem características de área rural. Todavia, ao proverem a instalação dessas infraestruturas, podem tornar-se áreas que irão ampliar a periferia das duas cidades, aumentando a especulação sobre as terras existentes no local.

Figura 30: Previsão do anel viário em Cuiabá e Várzea Grande



3.4.6 Arena Pantanal e os desafios sociais para a região urbana do Verdão

Nos investimentos que ocorreram na cidade de Cuiabá, também pôde-se notar a nova territorialidade criada no entorno do Estádio do José Fragelli - Verdão que seguiu um padrão criado pela FIFA na construção de estádios para a Copa do Mundo, em 2014, de estádios/espço multiuso denominado em Mato Grosso de Arena Pantanal.

Essa arena se configura em um “elefante branco” frente ao emprego de recurso público e a demanda por jogos esportivos de cunho cultural, em que não há na cidade uma cultura esportiva de ida ao estágio. Tendo em vista a função de espaço de partidas de futebol, houve pouco envolvimento do público local em eventos esportivos de times locais, ao longo dos anos, faltou investimento no esporte por parte do governo marcando o “Verdão” com recordes de públicos apenas em eventos religiosos ou exibição de jogos com times nacionais.

Houve também falta de uma política esportiva no Estado de Mato Grosso que incentivasse a torcida a frequentar a arena em dia de jogo e não apenas em shows. Mas o significado do termo “elefante branco” da Copa do Mundo se refere ao fato de que no Estado de Mato Grosso, a única equipe que entrou para a série B do campeonato brasileiro em 2014 foi o Luverdense, equipe de Lucas do Rio Verde, cidade do interior de Mato Grosso e, mesmo assim, embasado no discurso sobre receber a Copa, fez-se a opção pela demolição do Estádio José Fragelli - Verdão contratando uma obra que inicialmente previa gastos na magnitude de 630 milhões de reais ao invés de aproveitar a estrutura de um estádio já demarcado culturalmente.

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários a sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 2007, p.64).

Em janeiro de 2015, seis meses após a realização da Copa do Mundo, o estádio apresentava problemas estruturais, marcados por infiltrações, abandono da área, gramado invadido por pragas, fato que onerava ainda mais o poder público que arcou com os altos custos de uma obra que em pouco tempo começa a ser sucateada.

Ao lado desses investimentos, a população que assistia, pelos meios de comunicação, a diversas notícias sobre o superfaturamento de obras da copa, poderia também perceber que,

desde o início dos investimentos, o resumo de 4 (quatro) jogos estiveram orientando a aplicação de recursos públicos que, além de serem onerosos, teriam alto custo de manutenção.

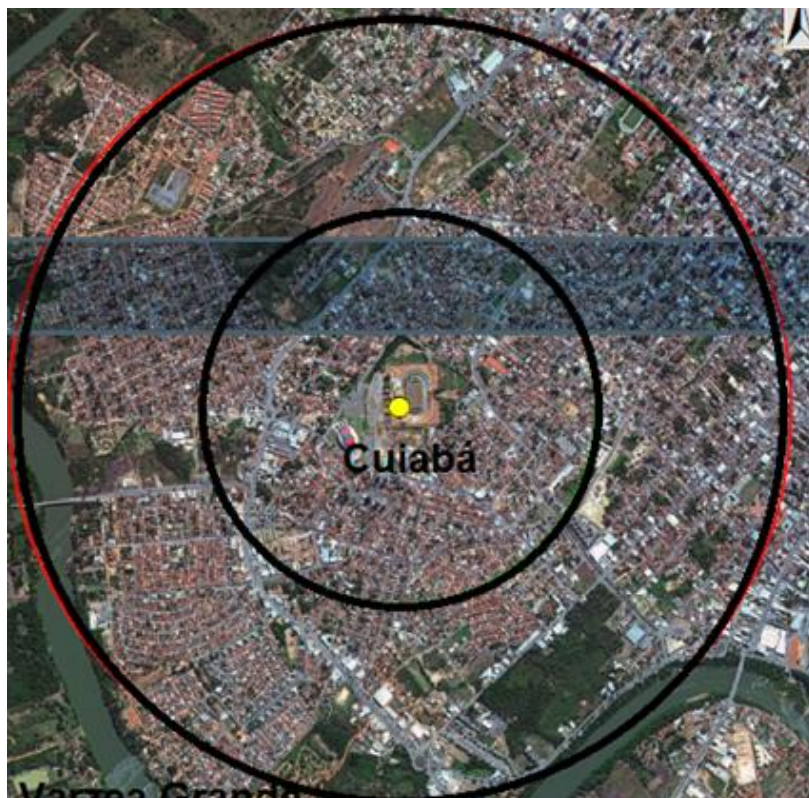
A nova territorialidade criada afetava diretamente a população e sua articulação econômica existente no setor informal da cidade, fato que marcou os jogos da Copa do Mundo em todas as cidades-sedes. Os trabalhadores informais, comuns em dias de jogos ao lado do estádio, não poderiam exercer suas funções nos dias dos jogos da copa, de acordo a lei de exceção criada para os jogos, trabalhadores informais não poderiam circular no perímetro de 3 (três) km do estádio.

Para identificar os tipos de empreendimentos comerciais e os que permaneceriam como residenciais na área do entorno da arena foi realizado pelo grupo de pesquisa Metropolização e Megaevento da UFMT em Maio/2013 o levantamento na área do entorno da Arena Pantanal em especial na Avenida Agrícola Paes de Barros principal avenida de acesso à arena.

Verificou-se, a partir de dados de campo, a faixa que identifica a zona de exclusão (Figura 31) que funcionou durante os jogos da Copa do Mundo, em que o acesso foi limitado aos moradores e comerciantes cadastrados em dezembro de 2013, em função de possíveis ameaças que a sociedade organizada poderia representar para a realização dos jogos na cidade²⁷, pois ela poderia sair às ruas e reivindicar seus direitos ao lazer, moradia digna, saúde, educação de qualidade.

²⁷ No mês de junho de 2014, mobilizações em nível nacional levaram as pessoas às ruas em diferentes cidades brasileiras, reivindicando mais saúde e educação para o povo brasileiro. Em Cuiabá, o movimento levou às ruas cerca de 40 mil pessoas. Fato que chamou atenção tendo em vista que foi uma das maiores mobilizações urbanas ocorridas na cidade.

Figura 31: Mapeamento da área do entorno da Arena Pantanal – Cuiabá



Org. Rosinaldo Silva, Jonatan Silva, 2013

O público que compunha os ambulantes presentes no local trabalhava principalmente com a venda de espetos de diferentes tipos de carne e lanches de maneira geral, mas foram excluídos do local nos dias de realização dos jogos. Nos questionários, eles afirmaram não ser esse o maior problema, pois, após a Copa do Mundo, temiam que o espaço da arena fosse abandonado, fazendo com que eles buscassem outra fonte de renda ou mesmo tendo de mudar de local para trabalhar.

Comentaram também que, no antigo estádio Verdão, ainda havia um público tradicional de frequentadores no espaço histórico e, na visão dos comerciantes e trabalhadores informais da região, perdeu-se o valor cultural ao ter sido transformado em arena. Dessa forma, o principal temor desses comerciantes se vinculava à perda permanentemente desse ponto pela falta de público nessa nova territorialidade criada.

Outra população diretamente impactada pelo plano de reestruturação de Cuiabá em virtude da realização da Copa do Mundo, no entorno da arena, foram os feirantes que compõem a Associação dos Permissionários do Terminal Atacadista de Cuiabá (APETAC) que, até 2014, localizava em galpões instalados em frente à Arena Pantanal.

O direito a esse comércio formal, que também foi atingido, está igualmente ligado à carência de informações sobre o seu destino. Pôde-se perceber a falta de informação sobre os direcionamentos que estavam sendo dados aos feirantes, dias antes da realização do mundial não havia nenhuma informação sobre o destino deles, não foi negociada a remoção ou não da área. Para a SECOPA, no local, estava previsto a construção de áreas para estacionamento da Arena Pantanal, e os feirantes deveriam deixar as instalações. Em 2013, a coordenadora de desapropriação da SECOPA, Geissany Silva, não cedeu informações referente a essa área, nem se iriam ser removidos, apenas informou que o proprietário do Galpão, onde os feirantes estavam localizados, seria indenizado.

Preocupado com o destino dos feirantes, o Presidente da Associação dos Permissionários do Terminal Atacadista de Cuiabá (APETAC) expôs a situação de falta de planejamento integrado entre a SECOPA e a gestão da feira em um seminário realizado em Cuiabá em 2013²⁸. De acordo com o então presidente Luciano Souza, a feira seria a principal responsável pelo abastecimento de hortifrutigranjeiros de toda região metropolitana e sua desapropriação implicaria um grande impacto à cidade.

Conforme o presidente da associação, todos viviam, a mais de cinco anos, a expectativa de um espaço maior que apresente infraestrutura para o comércio dos hortifrutigranjeiros, porém o único local, oferecido pela prefeitura municipal de Cuiabá, não contava com infraestruturas mínimas para comportar os feirantes, assim, em virtude da realização dos jogos da Copa do Mundo, também seriam impactados e se mobilizaram (Figura 32) para garantir a retirada deles de maneira digna e de forma que atendessem aos seus interesses.

²⁸ Seminário Metropolização e megaeventos: impactos da Copa do Mundo em Cuiabá-MT, realizado no auditório da Economia/UFMT/Cuiabá-MT em Novembro/2013 e visava discutir os impactos da Copa do Mundo em Cuiabá.

Figura 32: Faixa em frente a Feira do Verdão em Cuiabá



Foto: Adriana Pinhorati, 2013

Nas atividades de levantamento na área do entorno da arena, a proprietária de uma lanchonete, alugada em frente à Arena Pantanal, afirmou ter trabalhado por mais de 10 anos dentro da feira, conhece todos os feirantes e participou de reuniões com a SECOPA em 2012. Na oportunidade, a SECOPA informou que gostaria que os alimentos, que seriam servidos durante a Copa, viessem da agricultura familiar,

“mas como pensar em agricultura familiar, se nem sabemos para onde iremos, ou melhor, já pensou que para trazer os pés de alface da zona rural de Campo Verde o pequeno agricultor precisa da ponte para atravessar o córrego?, isso ele não tem, pois os investimentos estão ocorrendo apenas na área central de Cuiabá e Várzea Grande, esquecendo-se de investimentos nas áreas rurais que envolvem a região metropolitana, quero ver durante a Copa do Mundo, os caminhões de batata chegarem direto de São Paulo para alimentar todo esse povo que estão esperando”.

(proprietária de restaurante no interior da feira do Verdão, informação verbal, 2013)

Os feirantes, de maneira geral, esperavam que fosse realizado um planejamento sobre sua saída do local, necessitavam de um galpão que pudessem abrigar a todos e aos seus

produtos, no entanto, o galpão(Figura 33 e 34) disponibilizado a eles precisava de reformas, faltavam tomadas e condições de refrigeração para que pudessem operacionalizar a feira.

Figura 33 e 34, : infraestrutura oferecida aos feirantes da APETAC Antes e após a reforma realizada no espaço



Fonte: Repórter MT, 2014. Acessado em Setembro,2014.

O governo do Estado não ofereceu a devida infraestrutura solicitada antes do início dos jogos da Copa do Mundo, então representantes dos feirantes denunciavam a situação em vários meios de comunicação e também eventos buscando chamar atenção para o que estava ocorrendo com os feirantes, também buscaram formas alternativas de chamar atenção da sociedade, distribuindo frutas e verduras na região central (Figura 35 e 36) como um ato de protesto e também de resistência ao projeto da Copa que pretendia removê-los mesmo sem as devidas garantias de condições de trabalho por eles solicitaram.

Figura 35 e 36: Protestos realizados pelos feirantes para sensibilizar a população sobre o problema da falta de espaço.



Fonte: Repórter MT e Mídia News, 2014. Acessado em Setembro, 2014

Enfim, durante a Copa do Mundo resistiram no local, e a área não foi utilizada pela SECOPA como estacionamento para a Arena Pantanal, no entanto, considerando que os

feirantes estavam dispostos a saírem para um local maior, mas onde houvesse melhores condições de trabalho, com o movimento de resistência, realizado pelos feirantes, conseguiram garantir que um outro espaço (Figura 34) no distrito industrial de Cuiabá fosse disponibilizado atendendo às condições de infraestrutura para que pudessem mudar e continuar suas atividades.

3.4.7 Remoções Urbanas em Várzea Grande

Diante dos investimentos urbanos que ocorreram na cidade de Várzea Grande, um dos cenários que se destacaram foi o lugar da moradia na Copa do Mundo. Semelhante a situações vivenciadas pelos moradores de Cuiabá onde algumas famílias foram removidas de seus bairros e passaram a morar em conjuntos habitacionais do Governo, os moradores do Bairro da Manga em Várzea Grande também foram expropriados de suas antigas moradias, porém sem ao menos saber para onde iriam.

Para a instalação de infraestrutura rodoferroviária ligando o aeroporto à cidade de Cuiabá, 12 famílias foram removidas do Bairro da Manga²⁹ em Várzea Grande-MT. Essa infraestrutura constava com as obras do VLT e também com a construção de um viaduto (Figura 37) que passa atualmente por cima das moradias onde ficavam as casas das famílias e também de alguns galpões de concessionária.

²⁹ Na figura, é possível identificar o telhado das casas que permanecem no local.

Figura 37: Viaduto criado na Av. da FEB em Várzea Grande em cima das casas dos moradores do Bairro da Manga-VG



Fonte: Adriana Pinhorati, 2015

Esses moradores, ocupantes irregulares a mais de 20 anos do local, não receberam qualquer informação referente à remoção da área antes da chegada da notificação de despejo do oficial de justiça informando que teriam sete dias para saírem da área. Desesperados, procuraram as empresas de telecomunicação para denunciar o que estava ocorrendo com eles, *“ninguém informou pra onde nós vamos, se seremos indenizados, ninguém discutiu nada. Agora temos que limpar a área pra fazer o viaduto? Quem vai dar informação pra nós?”* (Dona Jane – moradora a cerca de 20 anos no local).

A informação sobre processos de remoção não foi divulgada pela SECOPA, mas, tendo em vista a repercussão negativa dos processos de remoções que estavam ocorrendo no Brasil e que retiravam da população o direito à moradia, deixando-os sem muitas alternativas sobre pra onde ir, esse assunto era tratado em gabinetes pela SECOPA e as últimas pessoas a conhecerem o que ocorreria com as moradias que estavam no rumo das obras da Copa eram os diretamente impactados. As famílias removidas do Bairro da Manga viviam em meio a uma área das mais valorizadas da cidade de Várzea Grande (Figura 38), muitos comércios já estavam fechados em virtude da realização das obras da Copa do Mundo, no entanto, as pessoas residentes no local e que tinham naquele lote o único espaço de moradia esperavam por uma definição sobre o que ocorreria com a área em que viviam e para onde seriam deslocados.

Figura 38: Avenida da FEB em Várzea Grande e as transformações socioespaciais na cidade



Fonte: Adriana Pinhorati, 2015

Os valores de indenização presentes na ordem de despejo entregue aos moradores atribuía ao lote cerca de 200 mil reais, valor que variava entre os diferentes moradores. No entanto, para acessar esse dinheiro, os moradores teriam de possuir o documento do terreno ou ter a moradia em seu nome. Como essa área era uma ocupação irregular antiga, os moradores não possuíam título de propriedade, tal situação configurava-se em uma forma velada para não ocorrer a indenização.

O Comitê Popular da Copa e o grupo de pesquisa Metropolização e Megaeventos ligados ao Observatório das Metrôpoles, manifestaram intenção de ajudá-los a resolver a situação, e chegaram a propor e articular mobilização social, onde os mesmos, levariam suas coisas para frente da SECOPA como um ato de protesto, chamando atenção para a perda de direitos sociais que vinha ocorrendo com a população diretamente atingida no Bairro da Manga.

Caso os moradores quisessem sair da área, a luta seria para que eles pudessem receber o aluguel social até que o recurso do lote ou casa fosse liberado pela SECOPA, tendo em vista que, em outros lugares do Brasil estava ocorrendo dessa forma. No entanto, depois de uma articulação que levou aproximadamente o dia todo, com diálogos que passaram das

21:00h, os moradores, não se mobilizaram e recusaram até mesmo o contato via telefônico ou pessoal, uma das justificativas para que isso possa ter ocorrido pode ser por medo de que essa reivindicação os fizesse perder ainda mais os seus direitos ou, que alguém interessado em sua saída tivessem realizado algum tipo de reunião após a saída do grupo de apoio (Comitê Popular e Grupo de Pesquisa), pois, no momento em que esses grupos estiveram presentes com os moradores, havia também alguém em um carro estranho, acompanhando toda a mobilização que estava acontecendo.

Esses moradores deixaram a área sem o aluguel social, na expectativa de receber o valor da indenização, utilizando apenas o caminhão deixado à disposição pela SECOPA. O valor da indenização foi pago aos moradores posterior à saída deles do local. Para moradores que estavam acostumados a viver sem lote e com pouco recurso, o valor da indenização pago foi algo que nunca esperariam receber, no entanto, os lotes em questão, comercialmente valiam, no mínimo, o dobro do valor pago aos moradores desapropriados, um dos moradores que não queria sair do local, ainda permanece na área, agora, como se estivesse embaixo do viaduto, mas ainda consegue fazer de sua casa também seu comércio.

Em outra área da cidade de Várzea Grande, onde foi construído o centro de Treinamento Oficial do Pari (COT do Pari, descrito no item 3.4.3 desta tese), ocorreu a remoção de 250 famílias que ocupavam irregularmente a área por mais de 4 anos, porém, devido às obras da Copa do Mundo, os lotes sofreram valorização do seu entorno e provocou o processo de reintegração de posse. Em dezembro de 2013, foi aprovado pelo município o Plano de Expansão Urbana, para que essas áreas pudessem ser transformadas em terra urbana, visto que foram identificados 10 outros loteamentos e também residenciais já habitados nas imediações.

Os projetos reestruturantes, que ocorreram em Cuiabá, em virtude da realização da Copa do Mundo, em 2014, proporcionaram à cidade a possibilidade de mercantilizar áreas ainda não edificadas e que foram incluídas no perímetro urbano que se encontra em processo de valorização tanto na região norte de Várzea Grande quanto na região oeste e sul de Cuiabá.

Todas as intervenções realizadas na cidade de Cuiabá e Região Metropolitana mantiveram o vínculo com as características de promoção da cidade em virtude da realização da Copa do Mundo. Obras que privilegiaram determinadas áreas e que promoveram a reestruturação de outras e que foram incorporadas às áreas urbanas em processo de valorização imobiliária ou mesmo que passaram pelos investimentos em mobilidade urbana que também

promoveram a especulação de espaços urbanos. Tais situações demarcaram o cenário de realização dos jogos da Copa do Mundo em Cuiabá e, mesmo após sua realização, continua sendo motivo de estudos sobre a reestruturação urbana baseada no investimento imobiliário e nas consequências da adoção que um projeto de exceção pode gerar a cidades como Cuiabá, que necessitam de investimentos públicos, mas que também precisam pensar em seu próprio planejamento baseado nas necessidades presentes na cidade.

CAPÍTULO IV REMOÇÕES URBANAS: INTERLOCUTORES NO PROCESSO DE GESTÃO DO ESPAÇO URBANO



Arte: Adelmo Carlos C. Silva, 2014

Tipos Populares

Toda cidade tem seu tipos
Cuiabá também os tem,
Uma cidade sem êles
Vive cheia de ninguém...

A cidade vive dos que vivem nela
Já dizia o grande locutor
Sem êles qualquer cidade
Seria um jardim faltando flor...
Tipos populares, boêmios sem fim
Nos bares, becos e esquinas
Vivem felizes, sim!

Música de Pescuma artista regional

Neste último capítulo, foi possível discutir o processo de remoção e a resistência que levou os moradores diretamente impactados pelas obras da Copa do Mundo a buscarem alternativas de garantir a permanência na área ocupada. Buscou-se investigar quais foram os desafios enfrentados pelos moradores de 4 (quatro) bairros de Cuiabá, revelando que esses desafios estiveram na linha de frente de uma ação vinculada a quebra de direitos sociais em virtude de um plano de desenvolvimento urbano voltado para a Copa do Mundo, em 2014, mas que, no entanto, estava mais ligado a interesses de valorização imobiliária.

Dessa forma, partindo do plano de ação desenvolvido para a região do Córrego do Barbado, que esteve na lista de obras da Copa do Mundo da FIFA, servindo de área para a edificação da Avenida Parque Barbado, procurou-se acompanhar as ações que a SECOPA, Defensoria Pública e UFMT estavam desenvolvendo na área, onde inicialmente foi previsto que seriam removidos cerca de 500 famílias, salientando que essa obra foi destacada como a mais impactante a ser realizada em Cuiabá para a Copa do Mundo.

Ciente de que apenas uma das áreas da construção da Avenida foi de fato executada, este capítulo investiga como a organização social, realizada pelos moradores da área envolvida, vem conseguindo se manter em suas residências. Além disso, objetiva-se conhecer como o movimento de resistência frente à defesa de direitos sociais pode mudar o cenário traçado, contrapondo-se ao Projeto de Cidade de Exceção proposto para a Copa do Mundo.

4.1 REMOÇÕES URBANAS: Os projetos de reestruturação urbana e as mudanças na vida da população de baixa renda

O espaço urbano, multifacetado, é composto, de acordo com Correa (1993), por vários agentes, a saber: os incorporadores, construtores e ainda o grupo social excluído que vai-se adaptando à realidade que encontra, utilizando-se dos espaços renegados para a construção de sua moradia, áreas geralmente descartadas pelos grupos econômicos com alto poder de investimento e pouco observadas pelo poder público.

Seguindo essa lógica, Cuiabá-MT está marcada pela fragmentação existente em todos os processos de sua organização territorial. Desde as ações que ocorreram na formação de Cuiabá como cidade ligada à mineração e, com o passar do tempo, até a pujança do comércio sobressaindo como sua principal base econômica, várias mudanças ocorreram em sua estrutura urbana. No entanto, áreas que, na década de 1970, eram consideradas periféricas, geográfica e socialmente, atualmente, devido às mudanças intraurbanas e também à expansão do perímetro urbano, essas áreas [antes renegadas] encontram-se no centro da cidade e tornam-se atrativas ao mercado imobiliário. Considerando a organização espacial da cidade de Cuiabá, em levantamentos prévios realizados na dissertação de mestrado, Nascimento (2009) afirma que mais de 70% das áreas em que havia habitação até 1996 eram classificadas pela prefeitura municipal de Cuiabá como sendo oriundas de ocupação não regular.

No entanto, para além das mudanças consideradas históricas frente à reestruturação de Cuiabá, por diferentes motivações, entre elas os investimentos diretamente relacionados às obras de infraestrutura da Copa do Mundo, realizada em 2014, pode-se perceber que está em percurso a expansão urbana em diferentes regiões da cidade de Cuiabá fato que tem movimentado o mercado imobiliário local.

Dessa forma, novas áreas rurais de Cuiabá vem sendo incorporadas ao espaço urbano, e a ação dos agentes imobiliários, construtores e incorporadores faz com que o espaço urbano passe por um processo de reestruturação, espaço este disputado num campo de atuação do mercado imobiliário que se apropria da terra urbana, segregando famílias que não possuem poder de compra ou mesmo título de propriedade.

Pode-se observar diferenças marcantes na construção da nova territorialidade, formada por alto poder de investimento no espaço urbano, no sentido de transformar o espaço historicamente marcado por ocupações irregulares em novos espaços articulados com o

capital. Devido a sua localização, a periferia social fica “esmagada” entre as construções de prédios comerciais e residências, e as famílias, com baixo poder de investimento, pressionadas por esse mesmo capital imobiliário e às vezes pelo Estado, são coagidas a deixarem seus terrenos e passam a compor novas áreas de expansão urbana, onde o valor dos lotes é menor, e, na maioria dos casos, a infraestrutura urbana não está presente.

Assim, áreas centrais ou interessantes ao capital despertam o interesse do mercado imobiliário e, por vezes, seus moradores são forçados a cederem espaço ao “novo empreendimento imobiliário”, vendendo a baixo valor seus terrenos. Em outros casos, onde não há regularização fundiária da área, os moradores passam a ser expulsos de suas casas, muitas vezes, sem nenhuma indenização. No espaço dessas antigas moradias, é planejado nova infraestrutura, investida de capital que irá atender a um público de alta renda.

Tendo em vista os interesses do capital imobiliário, a cidade fragmentada é parcelada e altamente lucrativa, muito embora esse mercado seja organizado atendendo a maior parte das normas urbanísticas, nem todo o sentido de urbanidade está presente nas ações de grupos imobiliários economicamente fortes que constroem esse novo modelo de cidade. Em alguns dos novos empreendimentos, a organização espacial, destinada às moradias de alto padrão, recebe apoio logístico do Estado considerando a instalação de infraestruturas que dinamizam a circulação urbana na área que recebe tais investimentos.

Assim, capital imobiliário e Estado trabalham juntos e percebe-se que o Estado, ao longo de anos, vem sendo uma ferramenta nas mãos do capital imobiliário, pois garante a criação de normativas, concessões e mesmo aplicação de leis que beneficiam o setor imobiliário que buscam “investir na cidade” e obter altos lucros a partir de processos de reestruturação urbana.

Considerando esse panorama, a promoção da Copa do Mundo em Cuiabá-MT fortaleceu esse circuito de trocas, em que, com os recursos destinados à mobilidade urbana, estabeleceu-se também uma arena de disputa por poder representado pelo espaço territorial central. Várias áreas, que receberam investimento em mobilidade urbana, ficaram ainda mais valorizadas, e as áreas compostas por ocupações irregulares existentes desde a década de 1970 passaram a ser alvos nesse conflito que abre a discussão para se pensar em uma cidade de exceção, pois, por um lado, existe a força do mercado imobiliário juntamente com o Estado, e, por outro, a luta dos moradores ocupantes irregulares pela permanência no lugar.

Dessa forma, quando as primeiras obras de mobilidade urbana, que iriam atender às demandas da Copa do Mundo, foram iniciadas, as principais vias de acesso ao estádio Governador José Fragelli foram listadas como obras prioritárias para a realização da Copa em Cuiabá. Entre essas estiveram as seguintes avenidas: Miguel Sutil, Av. Historiador Rubens de Mendonça – CPA, Av. Fernando Correia da Costa, Av. 15 de Novembro e Av. Tenente Coronel Duarte, principais vias de circulação da cidade.

Para essas áreas, estavam previstas a instalação de viadutos e trincheiras que deveriam dinamizar a organização do trânsito na cidade e promoveriam mudanças nas áreas comerciais que tanto provocam a valorização quanto a depreciação de algumas áreas, e também a remoção de pessoas de suas moradias, pois, com o plano de mobilidade que seria desenvolvido para a Copa do Mundo, essas vias seriam ampliadas e redefinidas, devendo percorrer áreas ocupadas por moradores, as quais, em sua maioria, encontravam-se em situações de irregularidades.

Assim, mesmo distante da Arena Pantanal, foco da Copa do Mundo e que provocava a reestruturação urbana de Cuiabá, algumas outras vias entraram na matriz de responsabilidade para a instalação do VLT no prolongamento da Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA). Dessa forma, também foi cogitado pela SECOPA a construção de uma avenida de acesso rápido que faria a ligação entre duas regiões que simbolizavam importantes áreas comerciais e valorizadas de Cuiabá através da criação da Avenida Parque Barbado.

Nessa área existiam bairros que compunham a periferia social de Cuiabá da década de 1970, entre eles estavam o: Bela Vista, Pedregal, Jardim Leblon, Renascer, ocupação irregular Castelo Branco e também bairros que estão próximos à área de grande valorização imobiliária, tal como o Boa Esperança, Jardim das Américas e os apartamentos do Terra Nova.

A Avenida atingiria cerca de 530 famílias³⁰, estas estariam impactadas direta e indiretamente com sua construção. Esses bairros possuíam diferentes infraestruturas, que poderiam valorizar os seus lotes, entre eles a proximidade com grandes áreas comerciais como Pantanal *Shopping* e o *Shopping* Três Américas e o Centro Político Administrativo

³⁰ De acordo com Rossetto, Zamparoni (2012) no levantamento realizado pelo estudo de impactos socioeconômico realizado pela UFMT em 2011.

(CPA), sede de praticamente todos os órgãos públicos estaduais e federais presentes no Estado de Mato Grosso.

Esses moradores, que seriam removidos, adquiriram seus lotes em diferentes processos de ocupações irregulares ao longo de área desprezada pelos agentes produtores do espaço urbano entre 1970 e 2014. Alguns deles ocuparam áreas de APP às margens do Córrego do Barbado. No entanto, a partir do que foi também exercido no Brasil em relação à realização dos megaeventos, o Estado inseriu essa área no Plano de Mobilidade da Copa do Mundo promovendo a agilidade na efetivação de seus projetos. Para tanto, alegavam que essas moradias se encontravam em áreas de APP, e que estariam sujeitas à problemas ambientais constantes ligadas à enchentes, no entanto esse jogo realizado pela “cidade de exceção” voltava-se, para a instalação de uma obra de grande impacto político, social e econômico, onde a legislação aplicada poderiam ser criadas para atender ao chamado *Market oriented* que definiria a quem atendia essas medidas tomadas pelo Estado. A construção dessa Avenida formaria um novo eixo de ligação entre duas áreas densamente povoadas da cidade, mas também, na adoção desse projeto, verificava-se a articulação dessa Avenida com o mercado imobiliário, isto é, removendo a população de baixa renda e articulando um novo espaço criado para um outro público que possuía melhores condições econômicas.

Comercialmente, a Avenida Parque Barbado potencializaria a ligação entre esses dois *shopping center* e rotas entre a região Norte e Leste podendo reestruturar uma extensa área urbana em que o mercado imobiliário vem investindo na privatização de espaços tais como na construção de apartamentos voltados ao público com alto poder aquisitivo (Figura 39).

Figura 39: Área de valorização urbana no Bairro Bela Vista em Cuiabá-MT



Foto: Adriana Pinhorati, 2013.

Quando realidades como essas são deparadas, pode-se refletir sobre como o processo de reestruturação urbana, antes discutida teoricamente nesta tese a partir de Gottdiener (2010), acontece em diferentes cidades. Percebe-se que grandes incorporadoras vêm “sendo beneficiadas” por ações de cunho político na decisão da construção de avenidas ou mesmo da retirada de população de baixa renda de locais estratégicos a fim de atender aos seus interesses econômicos.

Observou-se ao longo das obras da Copa do Mundo que poucas informações sobre o desenvolvimento desse Plano em Cuiabá foi de fato divulgado. Embora houvesse um site que divulgava o que seria realizado durante a Copa do Mundo, a SECOPA demorou para apresentar o trajeto da Avenida Parque Barbado, talvez por envolver vários interesses e preocupações, principalmente as repercussões sociais, pois, em 2012, o comitê popular da Copa já havia lançado o primeiro dossiê sobre as violações de direitos sociais que vinham ocorrendo no Rio de Janeiro devido às obras da Copa do Mundo. No entanto, em relação à construção dessa Avenida, órgãos públicos tais como a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) tornavam um pouco mais claras as

informações para os moradores que iniciavam as articulações sociais entre os que poderiam ser diretamente impactados. De acordo com o Estudo Socioeconômico do Parque Barbado realizado pela UFMT, a construção da Avenida estaria dividida em duas áreas (Quadro 1):

Quadro: 01 Divisão das áreas do córrego do Barbado impactadas pelas obras da Copa do Mundo

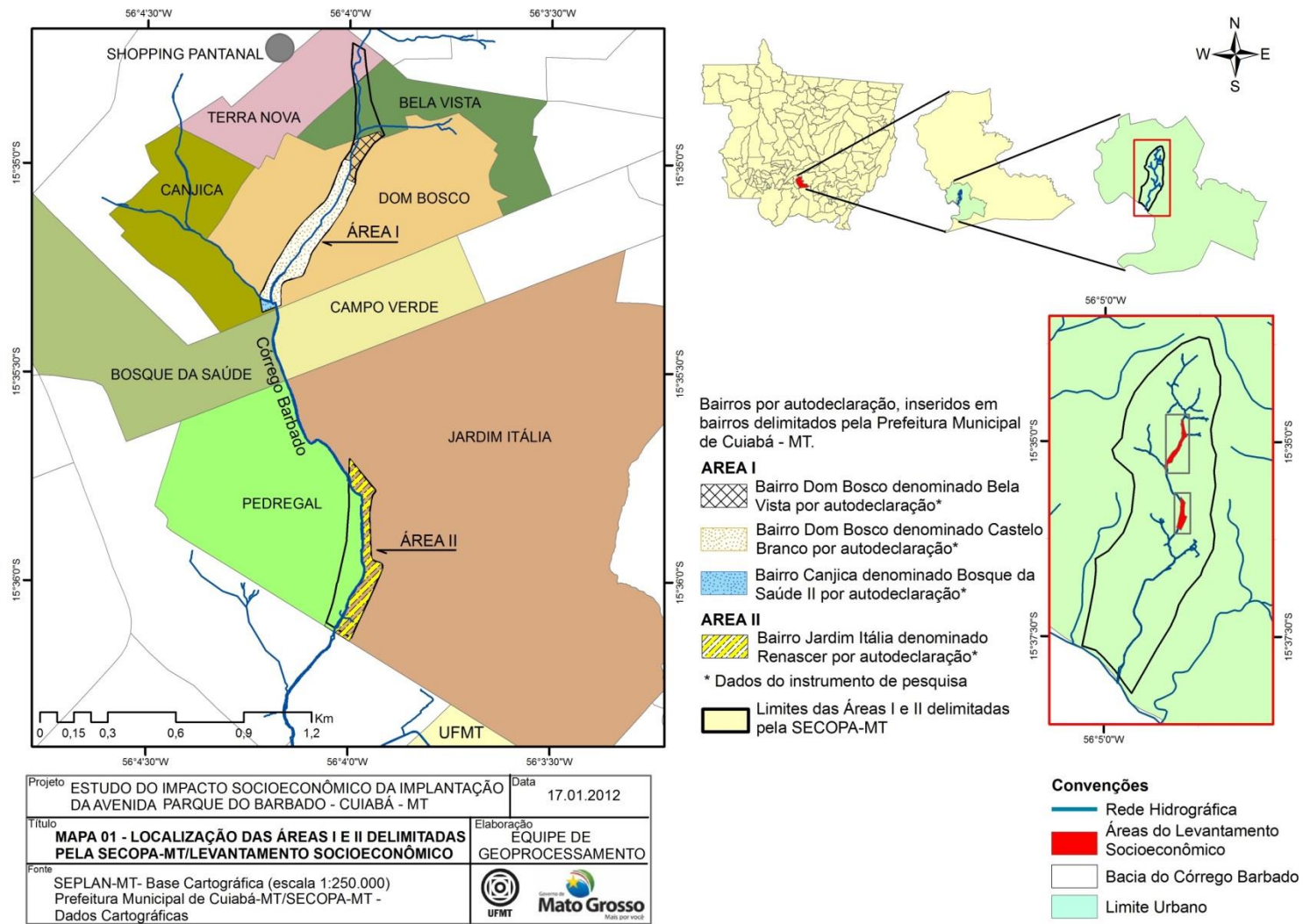
Área I	Primeira etapa: envolvendo os Bairros Bela Vista, a ocupação irregular Castelo Branco, áreas do Bairro Dom Bosco e também da região do Terra Nova
	Segunda etapa: envolviam bairros da periferia de Cuiabá, sendo o Eixo 2 delimitado pelos Bairros: Jardim Lebron, Renacer ³¹ e Pedregal;
Área II	Terceira etapa: envolvendo os Bairros Boa Esperança e Jardim das Américas, área que atende à população de alto poder aquisitivo, localizados entre o Shopping Center 3 (três) Américas e a UFMT.

Fonte: Rossetto, Zamparoni, 2012
Org. Adriana Pinhorati, 2015

Entre os locais que seriam utilizados para a construção da Avenida, a área II não envolveria remoção de famílias, tendo em vista que, nessa área, não haviam ocupações irregulares. Nas demais áreas envolvidas (Figura 40) nas obras de mobilidade da Copa do Mundo, os moradores seriam removidos cedendo lugar a uma nova configuração do espaço local, reestruturando a área, que imprimiria no espaço características de áreas a serviço do mercado imobiliário servidas de infraestrutura.

³¹ Ocupação irregular no Bairro Jardim Itália.

Figura 40: Projeto de construção da Avenida do Parque Barbado.



Fonte: Rossetto, Zamparoni, 2012.

A construção da Avenida Parque Barbado estava entre as obras mais socialmente impactantes da Copa do Mundo em Cuiabá. A população a ser removida seria basicamente a que fazia parte das ocupações irregulares às margens do Córrego do Barbado e se encontrava entre as que possuíam menor poder aquisitivo.

4.2 OCUPAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) E A CONSTRUÇÃO DA AVENIDA PARQUE BARBADO

Compondo uma das primeiras áreas periféricas da cidade na década de 1970, os Bairros Bela Vista, Dom Bosco, Pedregal e Renacer, pertencentes à área I a ser removida pelas obras da Copa do Mundo, localizavam-se na periferia da área urbana de Cuiabá, ao lado de uma importante Avenida, a Miguel Sutil, que, nesse período inicial [1970], demarcava o anel viário da cidade e atualmente se localiza em uma das principais regiões de valorização urbana central de Cuiabá.

Outra área diretamente envolvida e impactada pela obra da Copa do Mundo foi a ocupação irregular Castelo Branco (área pertencente ao Bairro Dom Bosco). Essa ocupação seria uma das mais atingidas no local, tendo em vista que a maioria de seus moradores residiam às margens do Córrego do Barbado e não possuíam título de propriedade, local por onde passaria a Avenida (Figura 41).

Figura 41: Moradias na Ocupação Irregular Castelo Branco em Cuiabá.



Foto: Adriana Pinhorati, 2013

Os moradores desses Bairros, originalmente ocuparam uma Área de Preservação Permanente (APP) nas margens do Córrego do Barbado, que, apesar disso, por pressões eleitorais foi cedida aos ocupantes irregulares pelo governo de Dante de Oliveira³². O processo de ocupação dessa área ocorreu após terem ficado sem moradia devido à construção da rodoviária central da cidade (1970), quando foram removidos para a área no entorno ao Córrego do Barbado, seguido por outros moradores que também necessitavam de local para construção de sua moradia.

No documentário “Avenida para que(m)”, de Inácio Werner, feito para o Fórum dos Direitos Humanos e da Terra, os moradores da ocupação irregular Castelo Branco e os pesquisadores sociais relatam sobre a origem e o sofrimento das famílias que residiam nas imediações da rodoviária e que foram levadas para a região do Córrego do Barbado

O que a gente sabe é que a população que vive lá no córrego do Barbado, é que são pessoas que já entorno de 30 anos foram removidos aqui próximo da rodoviária, quando foi construído a rodoviária de Cuiabá, elas foram removidas simplesmente os caminhões, as caçambas encostavam punham tudo que as pessoas possuíam e derramavam eles ao longo do córrego do Barbado que era uma área que na época não tinha ocupação (Informação verbal, 2013)

Esses moradores, em sua maioria, residiam na ocupação Castelo Branco há cerca de 30 anos, sua organização histórica na área garantiu aprendizagem sobre o ciclo de “cheias e vazantes” do Córrego. Nos períodos chuvosos, o Córrego acumula grande quantidade de água e lixo, e, em alguns casos, os moradores precisam sair de suas moradas devido à possibilidade de a enchente atingir suas casas (Figura 42), pois algumas delas foram construídas muito próximas aos barrancos e, também, devido à ação da prefeitura em realizar a limpeza no Córrego, promoveram o aumento de sua calha, deixando as casas dos moradores à mercê do risco de serem consumidas pela força da água em períodos chuvosos.

³² Foi deputado Estadual em 1978; Prefeito de Cuiabá em 1986 deixando o cargo para assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; 1993 e 1994 foi novamente prefeito de Cuiabá; Governou o Estado de Mato Grosso entre 1995 e 2002.

Figura 42: Moradia construída no Bairro Pedregal às margens do Córrego do Barbado



Foto: Adriana Pinhorati, 2011.

Conforme o Código Florestal Lei n. 4771, de 15 de setembro de 1965, deveria ser resguardada a área de 30 metros para as margens dos cursos d'água que possuem menos de 10 metros de largura, caso do Córrego do Barbado, porém não é raro visualizar ocupações nas margens de córregos em Cuiabá que, na ausência de interesses econômicos e do Estado, que não prioriza tal acompanhamento, permanecem como áreas de moradias por longos anos.

De acordo com essa mesma legislação, entendia-se também que, no espaço urbano, essas áreas poderiam ser redefinidas a partir do plano diretor e de legislações municipais. Desde que garantissem os limites definidos pelo Código Florestal, cuidando para que ocupações no entorno desses córregos não viessem a impactá-lo.

No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

Considerando a legislação federal, também havia possibilidade de que essa Área de Preservação Permanente nas margens de rios e córregos pudesse ser suprimida tendo em vista a autorização do Poder Público Federal caso seja necessária a execução de obras, planos, atividade ou projetos de utilidade pública ou de interesse social.

Pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Cuiabá, a área do Córrego do Barbado estava traçada como via estrutural, já prevista também a Avenida planejada Parque Barbado, não incluindo as áreas residenciais existentes em seu entorno. Conforme essa Lei, a

área, que envolve os bairros periféricos nas suas imediações e também na do Córrego do Barbado, é classificada como:

XXVI – VIA ESTRUTURAL CIRCULAR NORTE (VECI-N):

Avenida Parque Planejada margeando o córrego do Barbado – Em seu trecho compreendido entre a Avenida Vereador Juliano da Costa Marques até a Avenida Orlando Nigro (antiga Avenida Brasília);

XVI – VIA ESTRUTURAL RADIAL LESTE 2 (VERA-L2):

Via Planejada – Em seu trecho compreendido entre a Avenida Parque planejada do córrego Barbado (VECI – N) segue acompanhando a Linha de Transmissão da CEMAT (Sub-estação Coxipó – Barro Duro), até o Loteamento Parque Nova Esperança I;

Não consta na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá, referências sobre a Área de Preservação Permanente do Córrego do Barbado nem mesmo a existência de ocupações irregulares, tais como a ocupação Castelo Branco que o margeia. Existindo assim a previsão da Avenida Parque que estaria em vias Estruturais: Circular Norte e Radial Leste 2, que já descaracterizaria a área como espaço de moradia, cedendo lugar para a canalização do córrego ou mesmo para sua cobertura para que houvesse a construção de avenida.

Distante do que existia na legislação para áreas de APP, a população residente às margens do Córrego aprendeu a conviver com os problemas ambientais que a cercavam, principalmente em relação às enchentes. O tempo de moradia nessa área os levou a construir suas casas e sua história de vida, mesmo sendo ocupantes de APP, alguns já estavam no local há mais de 30 anos, abrigando avós, filhos e netos de uma mesma famílias no local.

A maior parte das casas que compõem esses bairros não fazia o pagamento de impostos, tais como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) na prefeitura, e a sua maioria não possui nenhum tipo de documentação, porém, dentro de várias políticas de governo, algumas infraestruturas públicas foram instaladas, tais como registro da fonte energética e de água. Além disso, a maior parte das ruas se encontrava asfaltada e contavam com a unidade do Posto de Atendimento básico de saúde.

Ainda que o espaço ocupado por eles simbolizasse uma conquista social, a falta de documentação os tornava vulneráveis aos projetos em curso para a Copa do Mundo. A correlação de força com o Estado tornava sua situação histórica, fato descartável e, assim, o mesmo Estado que permitiu que os moradores ficassem ao longo desses anos nessa área de APP, às vésperas da realização da Copa do Mundo de 2014, aprovou um plano de mobilidade

da Copa do Mundo, no qual traçava estratégias para removê-los, alegando a “ilegalidade da ocupação” considerando problemática ambiental que cercava as características dos lotes.

Mesmo com características que os prejudicava como moradores de áreas irregulares em condições precárias de vida, sendo vítimas do descaso do Estado por anos, os moradores da área I, em 2012, acompanhavam as mudanças propostas para o espaço em que viviam e, certificavam nas reuniões realizadas pela SECOPA, que seriam os principais prejudicados, podendo ser removidos de suas moradias. Em meio a essa indecisão, observaram na mobilização, que estava ocorrendo em outras cidades do país, uma possibilidade de enfrentamento quanto à remoção da área ocupada.

Dessa forma, considerando a pressão exercida pelos movimentos sociais vinculados à defesa da moradia no Brasil que estavam sendo realizada em virtude dos projetos que removeriam pessoas devido a Copa do Mundo em 2014, a SECOPA, ao procurar meios para a efetivação do maior plano de remoção de famílias previsto para a cidade-sede de Cuiabá, adotou medidas que buscavam legitimar a remoção das famílias das áreas 1 do Córrego do Barbado.

Assim, foi encomendado em 2011 pela SECOPA um estudo socioeconômico sobre as condições vividas pelos moradores nos bairros direta e indiretamente impactados, caso fosse realizada a construção da Avenida Parque Barbado, identificando e avaliando a possibilidade de remoção dessas famílias, apontando os problemas relacionados à remoção, ou não, das famílias dessa área.

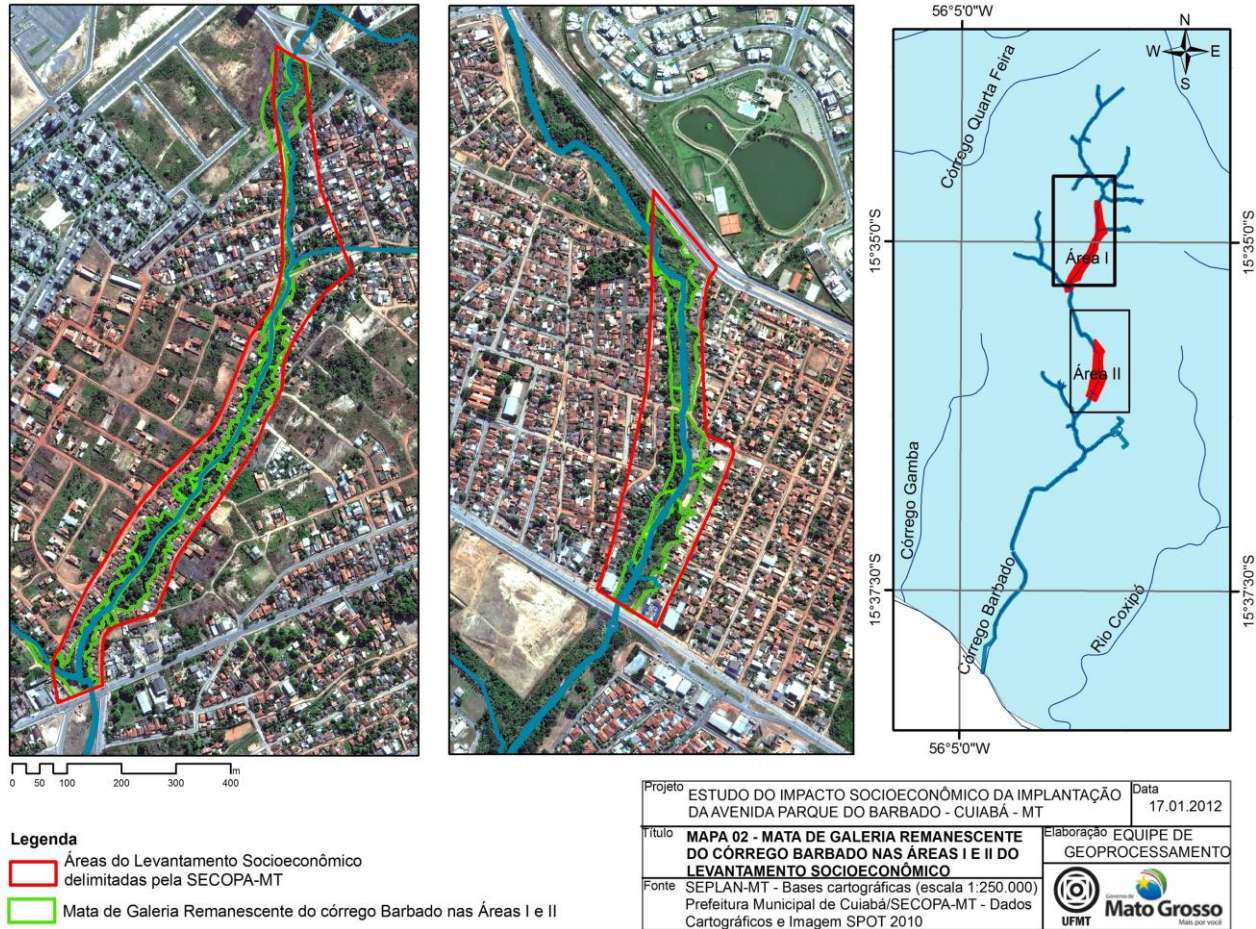
Muito embora houvesse esse levantamento sendo realizado pela Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a defensoria pública do Estado de Mato Grosso em 2012 também realizou um levantamento no Bairro, identificando as famílias diretamente impactadas pela construção dessa avenida, no entanto, o estudo foi desconsiderado. De acordo com o defensor público Air Praeiro “*eu realizei o levantamento com uma equipe de 5 funcionários aqui da defensoria pública, em condições precárias, sem muito apoio logístico, de forma que pudesse fazer a mobilização da população local, bem como garantir acesso à informação aos moradores*” (Informação verbal, 2012).

Enquanto havia muita especulação sobre a construção ou não dessa Avenida, os moradores desses bairros reivindicavam informações da possível remoção deles dessa área. A SECOPA apenas informava em reunião com os presidentes das associações de moradores

sobre a necessidade de construção de obras, porém, não deixava claro nada sobre o destino que teriam, quantos de fato seriam removidos nem qual seria o traçado oficial da Avenida. A reunião prévia com os presidentes dos Bairros, ocorrida na sede da SECOPA, baseava na tentativa de “envolver” os presidentes das associações em um “discurso positivo” do levantamento das famílias e de uma expectativa de moradia no padrão do programa “Minha Casa Minha Vida” para os que fossem removidos.

O traçado da Avenida Parque Barbado foi divulgado no final de 2011, apresentando dimensões e rota que prejudicavam os moradores da área I onde havia o maior número de famílias ocupantes. O desenho traçado moldava a expulsão de aproximadamente 500 famílias residentes nessa região, impactadas direta e indiretamente (Figura 43).

Figura 44: Traçado da Avenida Parque Barbado divulgado pela SECOPA



Fonte: Rossetto, Zamparoni, 2012

Ainda em 2011, enquanto o estudo de impacto socioeconômico estava sendo realizado nos bairros, os moradores iniciaram o movimento de mobilização na tentativa de garantir sua permanência na área I, no entanto, isso ocorreu depois que viram as notícias no jornal (Figura 44) sobre os levantamentos que estava acontecendo e que apontavam que realmente haveria a possibilidade de serem removidos do local.

Figura 45: Notícia sobre os levantamentos realizados pela UFMT no Bairro Bela Vista.



Fonte: Jornal Folha do Estado, 2011.

Dessa forma, o grupo de presidentes de bairros e de moradores buscaram mobilizar os moradores, realizavam reuniões entre eles para definir se haveria ou não o movimento de resistência, várias famílias queriam acessar uma moradia do programa “Minha Casa Minha Vida”, e não era possível um consenso entre todos os ocupantes, pois, havia moradores que investiram muito em suas moradias e não estavam dispostos a trocá-las pelas casas do padrão “Minha Casa, Minha Vida”. A situação mais precária de condições de vida e padrão das construções podia ser visto na ocupação irregular Castelo Branco, onde a maioria das casas foi construída nas margens do Córrego do Barbado e, apesar de ser antiga, muitas moradias do local foram construídas com sobras de construções recolhidas em diferentes áreas da cidade pois a maioria não possuía condições financeiras para realizar o investimento em sua moradia.

Esse grupo de moradores que buscavam a mobilização dos demais, contava principalmente com a participação de três lideranças, que, em meio a repercussão sobre sua possível saída, reuniam-se para discutir estratégias sobre o que seria feito para que sua

permanência fosse garantida. Estavam preocupados pois o levantamento realizado pela UFMT levou em consideração áreas que estavam direta e indiretamente impactadas pela Avenida. A indecisão sobre qual seria seu futuro os motivavam a buscar meios de garantir sua permanência no espaço ocupado há mais de 30 anos.

Em um dos depoimentos com esses líderes do movimento de defesa pela permanência nas áreas as margens do Córrego Barbado, o morador relata sobre a preocupação e insegurança frente à defensoria pública revelando que seria um dos poucos pontos de apoio a permanência dos moradores na área. Acreditava que a defensoria defenderia a remoção das famílias seja pelo fato de elas ocuparem área de APP seja pela desconfiança de haver uma aliança entre a SECOPA e também outros órgãos que os deveriam defender. Assim, quando um dos líderes do movimento foi questionado sobre como foi realizada a mobilização dos moradores para que houvesse a permanência na área, ele relatou que

Na realidade quando nós ficamos aqui, porque, a defensoria pública na realidade não é coisa confiável, todo mundo sabe disso, porque trabalha para o governo, então não é coisa confiável, eles podia... igual diz o outro, ninguém vai contra o patrão, então eles fizeram assim, eles pegaram a comunidade o pessoal, juntaram o pessoal e disseram pode ficar tranquilo que nois tamo defendendo vocês (Informação verbal, 2016).³³

O relato do morador leva em consideração as ações realizadas pelos defensores públicos Air Praeiro e Djalma Sabo Mendes que estiveram a frente da negociação com os moradores; o defensor que esteve ligado diretamente a atividades de gestão junto à SECOPA. Apesar do pouco conhecimento dessas lideranças, eles avaliavam as ações que vinham sendo desenvolvidas para que houvesse a remoção da maioria das famílias residentes às margens do Barbado, mas também desconfiavam dos órgãos de defesa pública.

Air Praeiro e aquele outro Djalma, inclusive até assim, o Air Praeiro ficou até quase o final, mas o Djalma logo pulou, ficou na parte da diretoria da defensoria, ficou mais assim, largou na mão do Air, mas a gente sabia que aquilo lá num ia da em nada (Informação verbal, 2016).

Outro morador, pertencente à comissão que buscava defender os interesses dos moradores impactados pela construção da Avenida, comentou sobre a reunião que foi realizada no Bairro Pedregal (Figura 45) para discutir alternativas para as famílias que ocupavam a área de preservação permanente, às margens do Barbado e as promessas em

³³ Depoimento concedido por SANTOS, Thiago dos. **Entrevista I**. [jan. 2016]. Entrevistadora: Adriana Q. N. Pinhorati. Cuiabá, 2016. 1 arquivo .mp3 (25 min.).

relação ao que seria realizado naquela área por parte do Governo do Estado. Segundo a liderança “*Depois que o Eder saiu lá da SECOPA, deram uma calmada, aí vieram com o SILVAL, Silval veio aqui, veio umas três vezes olhou, e disque num ia mecher com nois mais ia fazer o córrego canalizado, mas isso foi da boca pra fora né, num foi feito obra nenhuma, o que tava ficou, piorou...*” (Relato informal, 2016).

Figura 46: Moradores diretamente impactados pela construção da Avenida Parque Barbado reunidos no Bairro Pedregal



Foto: Cirlene Lopes, 2012.

Nesse momento, o estudo de impacto socioeconômico, realizado pela UFMT, identificava 530 famílias que estariam direta e indiretamente impactadas pelas obras da Avenida. Além disso, observava ainda que, nas diferentes moradias existentes no local, havia mais de uma família habitando a mesma casa ou o mesmo terreno e que nem todas estavam às margens do Córrego. Algumas nunca teriam sido atingidas por enchentes e nem eram moradores da área de APP, com edificações e arruamentos organizados de maneira aleatória, não padrão, mas compunham uma área periférica de interesse do mercado imobiliário.

No momento em que o levantamento foi realizado no Bairro, não havia clareza sobre o destino dos moradores, se iriam ser removidos ou não, se seriam levados para o Bairro Altos do Parque ou para outra área na cidade. Mas os moradores, que poderiam ser removidos, tendo em vista a área ocupada, indicavam nas respostas presentes nos relatório do estudo socioeconômico que não queriam sair da área, se “precisassem” ser retirados, gostariam de

permanecer próximo ao bairro onde viviam, cobrando do Estado a construção de conjuntos habitacionais nos terrenos livres próximos aos bairros de onde seriam removidos.

Motivados pelo medo de serem levados para áreas distantes da região central da cidade, por si próprios buscaram estratégias para identificar os proprietários dos terrenos baldios existentes no bairro, na tentativa de fazer com que o Estado providenciasse o deslocamento dos moradores para esses espaços, garantindo que eles permanecessem no mesmo bairro.

Dessa forma, uma das estratégias utilizadas por um presidente de bairro dos diretamente impactados, procurando auxiliar na defesa da ocupação irregular Castelo Branco foi a de colocar a placa de “vende-se” com o número de seu celular, procurando identificar o proprietário e verificar a possibilidade de que o terreno fosse vendido à prefeitura para possível construção de conjuntos habitacionais que viessem atender à população impactada. De acordo com essa liderança, tal estratégia funcionou inicialmente, pois os proprietários entraram em contato preocupados com novas ocupações na área, porém não houve diálogo sobre a venda dos terrenos.

Apesar de se tratar de uma estratégia “ingênua” dos moradores, era de conhecimento deles que havia outras áreas vazias no Bairro Dom Bosco e que poderiam abrigar os moradores que poderiam ser removidos, ou seja, apesar do transtorno da remoção, a existência do local próximo de onde viviam, garantiria a redução no impacto, tendo em vista que esses terrenos vazios estavam em áreas livres de enchentes. No entanto, formalizava uma das áreas mais privilegiadas do Bairro e que provavelmente aguardavam as obras da Avenida para que pudessem ser utilizadas na instalação de edifícios destinados ao público de médio e alto padrão.

Esses moradores organizados também foram procurar auxílio na defensoria pública do Estado de Mato Grosso e receberam atendimento do defensor público Air Praeiro, que, em entrevista realizada em setembro de 2012, relatou que a defensoria carecia de uma equipe técnica que pudesse fazer o levantamento geral dos moradores e de suas principais dificuldades. Mesmo assim, sua equipe iria trabalhar em defesa desses moradores.

De acordo com o defensor público, das pessoas que estariam diretamente impactadas na construção da Avenida, mais de 60 pessoas estavam dispostas a saírem do local e deixaram

assinado um documento com seus dados pessoais no qual declaravam o desejo de serem atendidos pelas políticas do “Minha Casa Minha Vida”, programa do Governo Federal.

As famílias envolvidas nesses levantamentos, encontravam-se em condições precárias (Figura 46 e 47), algumas delas, tais como essas 60 pessoas, gostariam de acessar uma moradia com infraestrutura que atendesse à sua família, mesmo que isso representasse morar em áreas mais distantes do centro da cidade

Figura 47 e 47: Família residente na Ocupação Irregular Castelo Branco em condições vulneráveis;



Foto: Rodrigo Silva, 2012.

Dessa forma, para algumas poucas famílias, residentes nos bairros diretamente impactados pelas obras da avenida Parque Barbado, havia o desejo de melhoria de vida, resolvendo alguns problemas sociais. No entanto, essa análise faz também parte do molde trabalhado pelo Estado ao retratar a situação da remoção desses moradores.

Aceitar sair da área com baixa resistência, seria um dos desafios a serem cumpridos, e a manipulação das pessoas para que elas aceitassem sair do local era o desafio da SECOPA, porém os moradores compreenderam que a construção da Avenida às margens do córrego do Barbado só estava ocorrendo para promover sua remoção desses moradores irregulares da área central, e que a sua remoção, realizada pelo Estado, iria atender aos interesses do mercado imobiliário em valorizar ainda mais a região do entorno. Os moradores reivindicavam a permanência na área, mas alguns deles também aceitariam um valor de

indenização para a deixarem. Estavam cientes do que ocorria em seus arredores, observavam e questionavam sobre “um peso e duas medidas” para situações similares de ocupação às margens do Córrego do Barbado e ao tratamento diferenciado que era fornecido aos moradores com menor poder aquisitivo.

Olha, a gente tava pensando em pegar uma indenização e cada um pegar o seu barraquinho né, e cada um que quisesse iria comprar o seu barraquinho, essa aí foi a proposta, e o dinheiro tava até previsto, aí como o governo disse que não tinha dinheiro, também na época, resolveu que ia fazer aí ele resolveu que disque ia canalizar aqui, uma coisa assim, ia canalizar o córrego, aí acho que a SEMA num deixou canalizar. Mas sabe, eu num intendo assim, nesse movimento, eu num entendo assim, essa coisa assim, acho que são um peso e duas medidas, por que esse córrego na realidade deveria ser canalizado, por que, porque ele deveria ser canalizado pela seguinte forma, que, cê pode ver que lá perto da Universidade pra lá ele é canalizado num é? uma parte né, depois que passa o Comper ali pra traz ele é canalizado, ali debaixo do shopping, vizinho de vocês, alí além de ser canalizado é coberto, e passa por baixo do asfalto aí pega por debaixo do shopping, alí tudinho é canalizado, então você vê, é dois pesos e duas medidas, e aqui não, eles queriam remover todo mundo, remove um e num remove outro. Ai eles ficaram assim, por exemplo assim, aquela “Bolífild” ali, aquela Bolífild, fizeram uma ação popular na época, aí juntou um monte de gente aqui, ia tentar, inclusive embargaram, e desembargaram de novo, e ai desembargaram num era, num era nem pra sair aquele prédio, que e afluente do rio, no entanto tem sete prédio alí, quer dizer, se num pode fazer num pode, num tem negócio de predição nem casinha, num pode, num pode. Então o pessoal estava até fazendo uma ação num sei nem como foi lá, num sei como é que foi lá, sei dizer que terminou no zero a zero, eles acabaram construindo, acabaram pagando, acabaram construindo, então né.. igual se vê, nesse mundo capitalista que nois veve aqui né menina, uns pode outros num pode. você num pode por que você, tem menos condições, o outro pode por que tem mais condições, quer dizer...num é? Então num dá pra gente entender o que que é lei, diz que perante a lei somos todos iguais, mais eu acho que tem gente mais iguais do que os outros aí. Por que naquela afluente ai num podia sair aqueles monte de prédio, eu um sei, Rapaz, teve uma época que juntou um monte de gente aqui do Canjica, foram lá, mas quando chegou lá a liminar já tava de um jeito, que liberaram pra construir (Informação verbal, 2016).

A liderança se referia à construção de diferentes empreendimentos destinados a públicos de médio e alto padrão, a exemplo, o edifício da Bonavita da construtora Brookfield com 500 apartamentos³⁴ que provocaria impactos consideráveis na nascente do Córrego do Barbado, no entanto, após o processo, a construtora procurou fazer as adequações solicitadas e foi autorizada sua construção, mas permanecendo em áreas que também são consideradas como APP. A liderança também comentou sobre outro ponto do córrego, nas proximidades com o Campus da UFMT e Shopping Três Américas onde foi liberado até mesmo a cobertura

³⁴ Consultar apêndice 4 sobre o empreendimento.

do córrego. No entanto, seus questionamentos se referiam a uma discussão central: por que afinal havia um peso e duas medidas com relação à permanência dos moradores de grupos diferenciados em condições similares de impactos ao Córrego do Barbado?

Os problemas ambientais existentes no Córrego do Barbado, também eram alvo da observação dos moradores. A esposa de um dos líderes do movimento (Depoimento 2) comenta sobre a situação do Córrego, relacionando as mudanças que ocorreram ao longo dos anos de ocupação. Ela relata que, no Parque Mossairo Okamura, localizado ao lado da ocupação, a área não está contaminada e a água do Córrego está limpa, no entanto, após as construções tanto do Shopping Pantanal quanto de edifícios residenciais, tais como o Terra Nova, houve mudanças no Córrego: sua água passou a receber esgoto, possivelmente vindo desses locais, e a população periférica, que atualmente ocupa as margens do Barbado, é quem acaba recebendo todo ônus pela falta dessa preservação ambiental. Diz ela:

Na saída do Éder e na entrada do Maurício, ele deu prioridade para outras obras aqui, nos fizemos uma ação na assembleia legislativa, através do deputado Emanuel Pinheiro, era do direitos humanos, ele fez uma moção lá, mas nois num tivemos uma resposta aqui, só sei que nos temos que ficar pronto pra briga enquanto num passar esse negocio aí, aí eles falaram que num pode ser revitalizado por que isso aqui é córrego. Eu num acho que isso seja um córrego, isso virou esgoto a céu aberto, entendeu?

Quando agente ia nas reuniões era uma coisa assim até de piada, sabe, por que eles disseram, eles filmaram um caninho de 100 mm, lá embaixo no Castelo Branco, derramando esgoto no Barbado, aí disque teria que tirar todo mundo por que, olha lá, eles estavam jogando esgoto in natura, direto no rio, “esgotinho”. Ai o engenheiro que estava a frente das obras na SECOPA, mostrando e mandando pau na gente, aí a gente perguntou pra ele, por que o senhor num filmou do shopping? Por que isso aqui num é nada, isso ai tá lá em baixo, e o esgoto vem lá em cima, fio, por que o senhor num filmou do shopping?

Nois num sabemos, por que o esgoto que joga alí, você olha assim, você num sabe, se é do Shopping Pantanal, ou se é do Terra Nova, sabe-se que tem umas manilhas que vem assim pra agua, fluvial cair, e por baixo, da manilha. quase 4 metros tem outro esgoto, aí o que que acontece, que esse aqui, por que na verdade, o Barbado, num era pra ter esse esgoto, dali daquelas árvores pra cima, a agua é limpinha. dali pra cá que essa coisa fica preta, então num tô entendendo o por que de você tar implicando com uma de 100 mm, se o que tem lá é umas manilhas enormes jogando esgoto e você num filmou nem nada, e vivia até jacaré lá dentro, sabe, era coisa sabe, se olhava assim e ficava assim, gente, nossa, na verdade, num da nem pra acreditar, naquilo alí sabe, nossa, quer dizer, na verdade, acho que eles queriam tirar todo mundo daqui (Informação verbal, 2016).

Percebia-se nas fala das lideranças ao relatarem sobre as reuniões que eram realizadas juntamente com a SECOPA que os dirigentes os responsabilizavam pelos problemas ambientais que envolviam o Córrego do Barbado. Eles acabavam sendo

pressionados psicologicamente a saírem da área. Nos depoimentos, eles lembram ainda de que à 30 anos, eles pescavam no córrego, suas águas eram transparentes e, atualmente, já chega no bairro, com aspecto de esgoto, e que acabam levando todo o ônus de um problema ambiental que não é só deles. Nos relatos da liderança, percebe-se que recorreram a diferentes lugares que poderiam ser apoio a sua permanência na área, no entanto, não citaram entre eles o Comitê Popular da Copa, que esteve atuando em diferentes processos de remoções em Cuiabá.

A não nos fomos em tudo quanto é lugar, nos fomos na SECOPA, nos fomos lá na SINFRA, nos fomos em tudo quanto é lugar, foi feita diversas reunião inclusive com aquele cara que era o presidente da SECOPA, que num era o Eder não era o outro assumiu depois do Eder[Maurício], nois fizemos reunião, inclusive essas reunião deles eles num tinha nada concreto, não, não davam nada não, chegava lá eles disseram olha gente, agente vai ter que, vocês vai ser removido isso todo mundo tá sabendo, já falavam assim, intão agente tá cassando uma forma de como a gente vai remover vocês de lá, inclusive nos falou, muita gente falou, por que vocês, aí essas casinhas de cohab, eles ia fazer a gente ter uma dívida extra, que é a mesma coisa de se chega lá e ser sorteado numa casa de cohab, aí se tem que pagar, quer dizer, se saia de sua casa que você num paga nada, e você ia pra uma casa que teria que pagar, então pouco ia adiantar, mesma coisa que você ir morar de aluguel de novo, então isso aí foi feito, só que assim, então, confronto num existe de, vocês vão ter que sair, então eles estudaram várias formas, mas como eles estavam muito atarefado, eles num chegaram a uma conclusão né, (...) (Informação verbal, 2016).

Nessa busca pela permanência dos moradores no local, nas reuniões, que eram realizadas com os presidentes de bairros e com as lideranças dos diretamente impactados, a solução, apresentada pela SECOPA, estava em fazer com que os moradores saíssem de suas casas e fossem para o residencial construído (Figura 48 e 49) para os alojarem, o Altos do Parque, porém ficava muito distante do centro.

Figura 48 e 49: Moradias do Altos do Parque em período de construção durante a realização das Obras da Copa do Mundo



Foto: Adriana Pinhorati, 2012.

A entrega dessas moradias não atendia aos desejos da maior parte dos moradores da área de APP, não comportavam suas famílias, não atendiam às necessidades básicas de infraestrutura, e ainda representavam uma dívida a mais para os moradores que, talvez, muitos nem tivessem renda para acessá-las. É o que afirma um dos moradores:

aí teve uma época que eles falaram que ia tirar o povo todinho daqui e ia mandar para uma cohab, só que a cohab num tinha, aaa,, aquela cohabinha que estava começando lá num sei aonde, aí num tinha infraestrutura de nada (...) lá até então não tinha nada. mas eles fizeram, eu fui até lá, nesse movimento que agente tava eu fui até lá, e disseram que lá tinha creche, tinha escola, tinha o que? tinha nada, lá tinha as casinhas já prontas e tinha o projeto, marquete, pra fazer a infraestrutura, num tinha nada (Informação verbal, 2016).

No desejo de retirar os moradores do prolongamento do Barbado, quando não era o Córrego em si a justificativa, havia também a pressão exercida pelo mercado imobiliário. Como no caso dos moradores do Pedregal e Renacer que recusaram as propostas de moradias no padrão “Minha Casa Minha Vida”, pois não comportavam suas famílias nem as atividades por eles desenvolvidas. De acordo com a liderança, os moradores desses bairros foram pressionados pelo mercado imobiliário que o margeava, residencial fechado destinado ao público de alto poder aquisitivo.

(...) aquele pessoal do pedregal, você lembra né, que o pessoal também tava envolvida, dona Cleusa, ela tinha uma creche lá enorme, com mais de 300 crianças e eles queriam tirar, só que ali naquela parte que eles queriam tirar, eles falavam que eles iam tirar pra, disque era influencia do pessoal do Alphaville, que num tinha nem necessidade, ia sair dali [de perto]da universidade, ia tirar aquele monte de gente, na realidade prá finalizar, num saiu ninguém [...](Informação verbal, 2016).

Os Bairros Renacer e Pedregal ficam localizados atrás da UFMT, em meio a vários bairros de alto poder aquisitivo, tais como o Jardim Itália, e diferentes condomínios fechados possuidores de um dos metros quadrados mais caros da cidade. Mesmo com essa pressão sobre os moradores, eles não cederam e permaneceram nos bairros de origem, o conjunto habitacional oferecido não atendia suas necessidades e eles jamais deixariam seus locais de moradia e trabalho, a menos que fossem obrigados, mas estavam dispostos a resistir no local a qualquer custo.

De acordo com a liderança, depois que os levantamentos realizados pela UFMT nesses bairros envolvidos, em que apontavam que a maioria dos moradores não estavam dispostos a saírem de suas moradias, houve mudança em relação às ações da SECOPA, segundo ele, *“Então, só que aí eles[SECOPA] afrouxaram, tanto que eles afrouxaram que eles deram a permanência Castelo Branco, deram a permanência do Pedregal também do Renacer também”*. Segundo essa liderança, isso ocorreu devido ao estudo de impacto socioeconômico realizado pela UFMT que levantou várias discussões principalmente na mídia, fato que chamou atenção negativa para o processo de remoção que poderia ocorrer nessa área.

Em meio aos acontecimentos de corrupção existentes na SECOPA, problemas enfrentados pelo atraso das demais obras da Copa e também do resultado do Estudo de Impacto Socioeconômico, as obras da Avenida Parque Barbado não foram executadas. O movimento dos moradores foi paralisado, eles não sabem se o Estado ainda tem o interesse de que saiam da área ou não, relataram que há um certo medo de procurarem informações até mesmo na defensoria pública, pois imaginam que se forem busca-las podem reviver esse mesmo processo doloroso sobre a incerteza de sua permanência ou não nessa área. Essa preocupação chegava ao ponto de solicitar que houvesse outros interlocutores por eles, que pudessem busca-las e repassar a eles.

Só que o movimento nosso parou, ninguém tocou mais no assunto, inclusive, além de num ter tocado mais no assunto, mas que devia, assim, já que você meche com o assunto, com esse negócio aqui, se, ou a gente mesmo, podia ver no Air, como é que tá, mas geralmente a gente meche nessas coisas assim, fica meio, vai como diz o outro, vai meche nessas coisas vai mecher com coisa arquivadas, vai que, perai vamos puxar esta pasta pra cima, ou vocês saem ou vocês fazem alguma coisa,

Então, vocês tem medo de buscar por informações?

É por que as coisas estão lá quietas, ne, agora pro ce seria mais fácil né, chegar você num é uma pessoa que num tá envolvida, e diz: olha eu queria saber como é que está o pessoal lá do córrego, ve se consegue uma informação bem consistente, [passou o numero de seu telefone para que eu

passasse alguma informação sobre o processo que eles estão envolvidos junto a defensoria pública] (Informação verbal, 2016).

Segundo o relato desse morador, houve um processo de ação coletiva feito pela defensoria pública, sobre a permanência dos moradores que possuem casas às margens do córrego do Barbado ou indenização deles, no entanto, após levantamento realizado na defensoria, não há nenhum processo coletivo, o único que houve foi o dos moradores do Bairro Castelo Branco, de onde algumas famílias foram removidas.

De acordo com o relato de outra liderança, os bairros permanecem todos na mesma situação, houve a retirada de uma parte dos moradores do Castelo Branco, mas os demais permanecem na área e praticamente não foi realizada nenhuma obra no Córrego, porém, pela mídia, às vezes acessam informações sobre a sua possível remoção, fato que os mantém em um nível de medo que não lhes permite realizar reformas em suas casas.

Ta tudo do mesmo jeito, aqui e nos outros córregos aqui próximo está tudo do mesmo jeito. Nem intenção política no momento, está tendo pra isso, mas quanto a pressão do estado, parou né.

Vimos falar que o Castelo Branco, num vai sair mais, agora virou tudo Dom Bosco, num é mais Castelo Branco, tanto que você olha lá ta todo mundo reformando casa, e aí também, já vem o asfalto, e aí a gente pensa assim: se num tirou o Castelo Branco, será que eles vão mecher com nois aqui? Por que?

Mas assim, coisas concretas, num saiu nada, o que a gente ouviu na televisão é que vão retomar as obras, mas isso a gente ouvindo fala, que vão retomar as obras da avenida parque, mas isso a gente ouvindo falar, né (Informação verbal, 2016).

De acordo com essa mesma liderança, ele acredita que está passando por algum tipo de retaliação por ter participado do movimento de moradores no Bairro. Morador de área de APP, no Bairro Bela Vista, não conseguiu fazer a documentação de sua propriedade, no entanto, seus vizinhos da direita e esquerda conseguiram.

Agora acho que tá tendo uma política contra eu aqui, num sei por que calhas d'água, por exemplo, a vizinha de lá conseguiu o documento, na mesma rua, mesma quadra, mesma frente, a vizinha aqui arrumaram a documentação, mas eu aqui, que escrevi todos esses aqui, diz que num posso, fazer o documento por que eu tô em área de risco, como eu tô em área de risco se eu num tá, a outra num tá, aquele outro num tá, só eu tô em área de risco? Se entendeu? Tá tendo uma certa politica aqui,

Isso onde? no cartório?

Em todo lugar, no cartório, na prefeitura. Num to entendendo, tá todo mundo alinhado aqui de frente para o córrego, mas só eu tô em área de risco, ele aqui num tá, ela num tá, só eu que to (Informação verbal, 2016).

Sua casa possui dois pavimentos, sendo uma das casas melhor estruturadas dessa área do Bairro. No entanto, vive em constante reforma em sua moradia, gostaria de finalizá-la, mas se preocupa com o fato de que, sem a documentação, seu investimento seja todo perdido, considerando o risco de saída do local.

Nas margens do Barbado, novas ocupações surgiram quando ocorreram os primeiros levantamentos da SECOPA para a construção da Avenida, esses moradores permanecem na ocupação nova, utilizando os barracos por eles construídos, como espaço de moradia para suas famílias. Sobre esse acompanhamento, a liderança do movimento comenta sobre as falhas existentes no sistema, que poderiam promover novos processos de remoção urbana.

Aquele pessoal, esses aí são imigrantes, vem tudo do Maranhão, chega aí o, com um monte de filho sem condição, aí vai se alojando aí e pronto, só que eu acho assim, uma falha muito grande da prefeitura, a prefeitura tem uma culpa muito grande, por quando essas pessoas, eles num vê e já num chega pra pessoa e diz: olha fulano, isso aí num pode, vocês tem que cassar, ou a gente vai arrumar um outro jeito pro ces uai, então teriam que abordar antes, agora a pessoa, muitas vezes a pessoa até investe, ou talvez a pessoa num vai investir por que num tem condição, mas muitas vezes faz uma casinha de material, faz alguma coisa aí, faz tudinho assim, aí vem a prefeitura e diz, não, vocês tem que sair daqui, não, não podia ser assim, tem que ser assim: ó fez um barraco, olha, vocês não ser aqui, nós vamos pagar pra vocês pelo menos um mês de aluguel pra vocês por aí, teria que ser assim, era muito mais prático, isso aí também acho que teria que ter assim, uma tipo assim, uma, por que esse bairro nosso assim, ele tem um presidente do bairro, um presidente assim, um menino muito assim desconectado, um menino meio novo, então ele num tem assim, a ideia das coisas, é, mas ele teria que ser uma pessoa bem esperta, e fosse na infraestrutura, fosse em algum lugar, e vesse se podia construir ou não, ver se aquele lugar tá adequado, cassar essa assistência social pra pessoa, teto, umas informação mais adequada (Informação verbal, 2016).

Este é um dos problemas evidentes na cidade de Cuiabá, e que acaba não despertando o interesse político em sua resolução. Geralmente, a prefeitura só toma alguma atitude para evitar novas ocupações quando essas ocorrem em áreas privadas, que seriam destinadas a investimentos de médio e alto padrão. Nas margens de córregos e rios, ou mesmo em áreas degradadas, que não representam interesses econômicos ao mercado imobiliário, os moradores conseguiram um prolongamento do tempo de ocupação, como no caso do Barbado, para alguns, mais de 30 anos de ocupação, e muita força para enfrentar longos anos de ataques públicos e privados para deixarem a área.

4.3 FAMÍLIAS REMOVIDAS DO CASTELO BRANCO E A TRANSFERÊNCIA PARA O ALTOS DO PARQUE II

Após a definição de que a Avenida não seria construída para a Copa do Mundo em 2014, a maioria das famílias que seriam removidas permaneceu na área de origem, no entanto, de acordo com os problemas já relatados em virtude da área de APP e devido à finalização de uma rotatória na Avenida Jurumirim, foram listados 30 moradores (Figura 50) da Ocupação irregular Castelo Branco a serem removidos.

Figura 49: Vista parcial dos moradores que seriam removidos da ocupação Castelo Branco



Foto: Adriana Pinhorati, 2012

Mesmo em meio à discussão sobre sua remoção, a presidente da associação dos moradores da ocupação irregular Castelo Branco, Delmaci Freitas, juntamente com a maioria dos moradores, eram enfáticos em não querer sair do local, pois a presidente da ocupação afirmava em julho de 2014 que *“eles eram ‘pequenos’ já que querem remover os moradores*

da área de APP, por que ninguém tira os moradores ricos e os prédios que estão em cima do Barbado? Depois que eles forem removidos nós saímos”.

Esse comentário se referia aos edifícios de alto padrão que foram construídos na margem do Córrego do Barbado, ocupados em áreas comerciais tais como o Shopping Três Américas, edifícios de Alto Padrão, localizados na Avenida Brasília. Além desses, havia ainda a organização Brookfield, localizada na Avenida Juliano Costa Marques, que assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para que houvesse as medidas mitigadoras a serem realizadas, tendo em vista o impacto que geraria ao córrego e à região em que o bairro estava envolvido.

Representantes desses moradores participaram de reunião com a SECOPA e levavam à reivindicação feita pelos demais, de que a maioria não estava disposta a sair da área ocupada. Solicitavam informações sobre a construção da Avenida, que, até 2012, não havia sido iniciada. Como a obra estava na matriz de responsabilidade da FIFA, sua execução deveria ter sido terminada entre 2013 e 2014 e não havia nenhuma ação que levasse a esse fim.

No entanto, na análise realizada pela SECOPA, após ter sido feito o estudo de impacto socioeconômico e identificado que o número de famílias diretamente impactadas passariam de 500, a Avenida não seria construída, entre as razões, argumenta-se que o movimento de resistência poderia atingir outras obras em andamento, prejudicando outros projetos, ou que realmente resolveu esperar um pouco mais para que houvesse um projeto como esse, considerando que já estavam sendo levantadas várias suspeitas de desvio de recursos de obras relacionadas à Copa do Mundo. Mesmo assim, esse processo representou uma grande vitória para a maioria dos moradores desses bairros, pois sabe-se que o interesse na valorização da área existe e a sua permanência no local poderia dificultar a realização dos planos e investidas do mercado imobiliário.

Em 2013, um projeto da Prefeitura Municipal de Cuiabá, denominado Poeira Zero, lançava na ocupação irregular Castelo Branco obras de infraestrutura, passando rede de esgoto que atenderia o Bairro vizinho: Bela Vista. De acordo com o secretário de infraestrutura de Cuiabá, o lançamento da obra Poeira Zero deveria ser realizado no Bairro em 2014 juntamente com a construção uma rotatória na Avenida Jurumirim. No entanto, a rede de saneamento básico (Figura 51), que passava na porta dos moradores da Ocupação Irregular Castelo Branco, não os atenderia, e eles continuariam a lançar no córrego do Barbado o

esgoto produzido, pois, no mínimo, precisariam de uma estação elevatória.

Figura 50: Obras do projeto da prefeitura Municipal de Cuiabá – Poeira Zero



Foto: Adriana Pinhorati, 2014

Para a realização da criação da rotatória da Av. Jurumirim, foram removidas 30 famílias do local, um número menor do que o previsto para a construção da avenida. No entanto, esses moradores que seriam uns dos diretamente atingidos resolveram deixar a área mediante a proposta realizada pela secretaria de habitação de Cuiabá. De acordo com o depoimento da liderança do movimento de resistência, as condições desses moradores eram realmente muito precárias e a vida no bairro Altos do Parque poderia representar mudanças de suas condições de moradia.

Mas só que aquele pessoal lá, aquele pessoal se você tem uma ideia, aquele pessoal eles num pode nem reclamar, por que a situação deles lá era muito precária, eles não tinha nada mesmo. A situação era muito precárias, pra você vê, eles levantavam o barraco com maderite (Informação verbal, 2016).

De acordo com a moradora Eloisa (40 anos), uma das que foram removidas da área, a secretaria da SECOPA informou a esses 30 moradores que iriam ser removidos para o conjunto habitacional Altos do Parque II, que estava localizado a 16 km de distância da

ocupação Castelo Branco. Segundo a secretaria, as casas já tinham sido construídas e faltariam “apenas” os equipamentos comunitários tais como área de lazer, creche, escola, posto de atendimento básico de saúde, mas que em 3 (três) meses seriam entregues ao residencial.

Assim, considerando a condição de precariedade da maioria das casas dessas 30 famílias, receber uma moradia nova, já edificada, que para muitos representava um “sonho”, “morar no que é seu”, tal necessidade os fizeram aceitar a proposta da secretaria e desocuparem a área nas margens do Córrego do Barbado.

O residencial Altos do Parque (Figura 52) foi criado com mais de 1500 casas, de acordo com o defensor público Air Praeiro, deveria atender às pessoas que foram impactadas pelas obras da Copa em Cuiabá. Os moradores seriam deslocados para essa área, porém esses foram a minoria dos moradores a receberem essas moradias, pois os demais moradores, tendo se posicionado contrários à ideia de remoção e representando um grande impacto social para Cuiabá, garantiram sua permanência nos dias atuais nesse local onde vivem.

Figura 51: Exemplo de moradia construída para abrigar os deslocados involuntariamente pelas obras da Copa do Mundo.



Foto: Adriana Pinhorati, 2012

A área do Bairro Altos do Parque recebeu investimentos que passaram de 18 milhões de reais do Governo Federal (Figura 53); nela foram construídas 472 moradias populares. Essas moradias possuíam 36m² e não contavam com nenhum equipamento público tais como escolas, creches ou mesmo praça; nenhuma dessas infraestruturas públicas foi de fato instalada no local para o recebimento de famílias originadas de remoções urbanas.

Figura 523: Placa de obra da área construída para atender a população que iria ser removida da área do Barbado;



Foto: Adriana Pinhorati, 2012

Tendo em vista os movimentos que ocorreram nacionalmente, motivados, sobretudo, pelo Comitê Popular da Copa e pelo Movimento pela Luta por Moradia, em virtude de remoções urbanas que não garantiram os direitos dos moradores em diferentes cidades brasileiras, houve por parte do Governo do Estado de Mato Grosso, preocupações tanto na divulgação de dados referente aos processos de remoções urbanas quanto no próprio deslocamento involuntário de moradores do Parque Barbado.

Nenhuma informação referente ao processo de saída desses moradores foi divulgada, dificultando em parte a pesquisa, porém os moradores dos bairros diretamente atingidos iam sendo orientados a buscar junto ao Governo esclarecimentos sobre a sua possível remoção ou não. A principal fonte de informações, sobre o que estava sendo pensado para os moradores dos quatro bairros envolvidos, esteve diretamente ligado à presidente da Ocupação Irregular Castelo Branco: Delmaci Freitas, que fazia a interlocução entre o processo de remoção e os moradores.

A partir dessa última obra realizada na Ocupação Irregular Castelo Branco, (saneamento básico) devido à proximidade com as margens do Córrego do Barbado e também por estar na direção da rotatória construída (Figura 54 e 55), 30 famílias foram retiradas e levadas para a área de Altos do Parque no mês de maio de 2014. E, no local, onde viviam, foram realizadas obras de contenção da encosta do Córrego e a derrubada dos barracos ali

construídos.

Figura 535: Área do córrego sem a presença das moradias na ocupação Castelo Branco



Foto: Adriana Pinhorati, 2015

Em busca de compreender o processo de remoção e a atual situação dos moradores no Bairro Altos do Parque II, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em novembro de 2015, na tentativa de compreender a reconstrução de suas vidas nessas novas áreas. Assim, das 30 famílias removidas, foram entrevistadas 15 moradores encontrados em casa. Esses moradores deixaram suas moradias no Altos do Parque que acabou sendo incorporado ao Bairro Dom Bosco deixando de existir enquanto Ocupação Irregular passando a serem integrantes do Bairro Dom Bosco. As casas deixadas pelos moradores no antigo Bairro (Quadro 02) acabaram sendo demolidas após sua saída.

Quadro 02: Imagens das antigas moradias da população removida da Ocupação Castelo Branco

Org. Adriana Pinhorati, 2015

Fonte: Rossetto, Zamparoni, 2012

A partir da indicação de uma moradora da Ocupação Irregular Castelo Branco, foi feito contato com uma das pessoas removidas para o Bairro Altos do Parque II. Assim, foi identificada a primeira família a partir da moradora Celiana (41 anos), ela relatou que morou

no Castelo Branco por 25 anos na mesma casa. A casa em que morava pertencia ao seu pai, Fernando B. da Souza, que permitiu a construção de sua moradia em seu terreno, hoje o pai já é falecido.

Algo muito comum, tornado um fator cultural entre os moradores das periferias, é o fato de haver várias pessoas da mesma família residindo no mesmo terreno, pois, geralmente, o pai cede uma área a seus filhos quando casam, assim, no mesmo terreno ou casa, poderia acontecer de residir mais de uma família (figura 56). Por sinal, no terreno dessa família, moravam outras 4 famílias entre irmãos e cunhadas, sendo eles: Eloisa, Celina, Cosmópolis e Franciscana, a matriarca da família. Todos foram removidos e cada família recebeu uma casa no bairro. No entanto, a moradora Celiana relatou que não foi fácil, pois a Secretaria de Habitação não queria entregar casas para todos da família, no entanto, decidiram em família que enquanto não saísse uma casa para cada um dos irmãos e mãe eles não desocupariam a antiga moradia.

Figura 54: Antiga residência da família do Senhor Fernando B. da Souza



Foto: Estudo socioeconômico, 2012.

A moradora Celiana relata que, quando residia na ocupação irregular Castelo Branco, das 4 (quatro) vezes que teve enchente na ocupação, em todas suas casas foi atingida, fazendo com que a família dela passasse dificuldades. Ela afirmou que tiveram que ficar abrigados em centro comunitário, pois a água invadia sua casa, no entanto, mesmo passando anualmente por tais problemas ambientais, a proximidade e a comodidade em dispor de lazer, saúde e por não pagar por sua moradia, fazia com que essa condição temporal de deslocamento devido às

enchentes, fossem desafios mais fáceis de enfrentar do que o de morar em áreas distantes do centro principal da cidade onde conseguiriam ter acesso a um lote com menor custo.

Quando a Secretaria de Habitação os procurou para informá-los que seriam uma das famílias a serem removidas e que havia 3 (três) casas disponíveis para eles no Altos do Parque II, ao mesmo tempo em que ficaram felizes, eles se preocuparam, pois havia 5 (cinco) famílias residindo nesse mesmo terreno e a nova área, para onde seriam deslocados, não comportaria novas edificações que pudesse comportar toda a família devido ao tamanho do terreno e, no momento, não contava com recursos para novas edificações. Assim, duas famílias teriam de morar de favor junto com a mãe ou os irmãos.

A moradora Celiana relatou ainda que, como o nome dela era o que constava no cadastro da secretaria de habitação, e se ela saísse da casa, os demais irmãos poderiam ser prejudicados, assim a família em um movimento de resistência, se uniu e decidiram que se não fosse entregue uma casa para todas as 5(cinco) famílias que compunham a ocupação no Casto Branco, ninguém sairia da área. A secretaria de habitação de Cuiabá queria levá-los para um abrigo ou pagar o aluguel social por três meses, no entanto, a família não aceitou e todos permaneceram na casa, pois acreditavam que, se a deixassem as chances de conseguir receber outra no Altos do Parque seriam reduzida.

No diálogo com a moradora, percebia-se o medo e a desconfiança que ainda a rondava. Tinha medo de que a entrevista que estava sendo realizada tivesse ligação com a prefeitura, notava em suas falas a defesa do lugar (Altos do Parque), mesmo com as deficiências encontradas tais como transporte coletivo e ausência de equipamentos comunitários, a moradora sempre ressaltava que *“havia ônibus no Bairro e também que passava o caminhão recolhendo lixo mais de uma vez por semana* (Informação verbal, 2015), fazendo comparações com outros bairros que não possuíam essas infraestruturas. No entanto, quando ouviu sua cunhada relatando sobre as deficiências na infraestrutura do Bairro, ela acabou confirmando e concordando que nem tudo que foi prometido para o bairro, realmente foi efetivado.

A moradora Celiana apresentou sua cunhada, que compunha outro membro da família, também moradora do Altos do Parque, Eloisa de 41 anos. Ela também morava no terreno do Senhor Francisco e teve um papel essencial na pesquisa ao identificar os demais ex-moradores oriundos do Castelo Branco. A Eloisa foi uma das moradoras que iria ficar sem casa, pois, como já mencionado, a Secretaria de Habitação forneceria casa para apenas 3 (três)

das 5 (cinco) famílias que moravam no terreno, para a família dela, especificamente, foi oferecido o aluguel social, o que foi negado por ela.

Eu e a Celiana fomos às últimas pessoas a saírem da casa, eles não queriam dar casa pra mim. Nesse período o meu marido trabalhava e não iríamos passar na renda do minha casa minha vida em pouco mais de 100 reais, mas eles não aceitaram. Queriam que agente aceitasse o aluguel social e saísse da casa, ficaram fazendo chantagem, dizendo que os meus cunhados iriam perder a casa deles, que já tinha outras famílias entrando nas casas do Altos do Parque, e que por minha causa iriam ficar sem as casas deles. Mas com ajuda da Delmaci e também da Celiana e do defensor público, saiu a minha casa. Mas eu fui a última pessoa a sair. Isso tudo por que graças a Deus meu marido tinha saído do trabalho e a renda passou no minha casa minha vida. A mudança foi marcada, eles ofereceram um caminhão para quarta-feira, nós queríamos mudar no sábado, mas acabamos saindo na quarta-feira mesmo. Ele encostava, fazia a mudança e no mesmo momento que agente saía da casa eles já vinham e derrubavam. Eu não quis ficar lá pra ver (Informação verbal, 2015).

Hoje, ela mora a duas quadras de distância de seus cunhados e sogra; deixou de trabalhar, pois seu local de trabalho ficou muito distante, levava entre uma hora e meia a duas horas para chegar ao trabalho, tendo que se ausentar muito cedo de sua casa. Outro problema que encontrou para trabalhar fora de casa foi o fato de possuir uma filha adolescente em casa, e ficou preocupada, pois nem todos os vizinhos no Bairro Altos do Parque vieram do Castelo Branco, uma grande maioria dessas casas teria sido destinada às famílias de presidiários e, no início, segundo ela, era difícil deixar a casa e filhos sozinhos correndo riscos de serem assaltados e ainda sofrerem abusos sexuais.

A Moradora Eloisa apresentou sua outra cunhada, Celina, que reside a uma quadra de sua casa. Ao relatar sobre sua antiga morada, se emocionou muito, pois lembrou de sua história de vida no antigo lar onde vivia, memória que representava muito em sua história, e falar sobre essa lembrança no Castelo Branco era como reviver um pouco dessa história.

Eu morava no Castelo Branco a mais de 28 anos. Eu plantei o pé de abacate e de acerola que ficaram lá. Tudo era perto, eu podia ir no médico no Canjica, tinha escola para as crianças e shopping. As vezes ia até a pé pro centro, tudo era perto, eu não queria sair de lá, mas não teve outro jeito [choro] (Informação verbal, 2015).

A moradora mostrou fotos antigas de sua casa, seus bichos e plantas, e como estava doente, ela não conseguiu mais falar sobre tais lembranças muito dolorosas para ela, sua saída da área ocorreu contra sua vontade, sua história de vida ainda está ligada ao antigo espaço de moradia. Atualmente morando no Altos do Parque II, relata que uma de suas principais dificuldades está na falta de atendimento médico. No bairro onde reside atualmente, ela não é

assistida por posto de saúde, no bairro vizinho, com dificuldade, consegue vaga para realizar sua consulta e às vezes falta médico, ela prefere retornar até à antiga área de moradia no Castelo Branco e realizar o atendimento médico, para isso, ela necessita da ajuda de ex-vizinhos, pois como reside em outro bairro, utiliza o endereço deles para realizar consulta, e assim receber o atendimento médico.

Posteriormente, a moradora Eloisa, apresentou a residência de seu cunhado e de sua sogra, ambos relataram que hoje não possuem muitas dificuldades, são felizes pela casa que receberam, no entanto, mostraram a fatura da casa recebida, todos os moradores que foram removidos para o Altos do Parque pagam uma taxa que variava de acordo com a renda familiar, nesse caso, o valor estava em R\$ 54 reais, valor que seria considerado uma prestação pelo acesso à casa. Eles relataram a felicidade de enfim ter sua casa, mas disseram que não deveriam pagar por ela, pois, mesmo sendo uma taxa pequena, para o orçamento familiar é uma taxa que tem um peso alto para as famílias que antes não pagavam nada pela moradia. Eles também apresentaram a conta de água, cuja fatura é mais alta do que a taxa da própria casa, pois eles pagam pela rede de esgoto do bairro, algo que não estavam acostumados a pagar e com sua baixa renda, também torna-se um problema para a manutenção deles na área.

Depois de ter conversado com todos os membros dessa família, a moradora Eloisa apresentou outra família oriunda do Castelo Branco: a da Ana e seu marido Edilson. Eles informaram que antes de seu deslocamento, residiam na casa que ficava atrás da igreja Assembléia de Deus no antigo bairro e ficava às margens do Córrego do Barbado. A igreja do Castelo Branco não foi destruída, no entanto, devido a antiga casa ficar nos fundos da igreja e servir como moradia, eles acabaram sendo removidos. No Bairro Altos do Parque eles também fundaram a igreja evangélica Assembleia de Deus (Figura 57), transformando sua própria moradia em igreja.

Eles afirmam que o bairro é tranquilo e que oferece boas condições de reconstrução de vida, comentaram apenas sobre os problemas também relatados por outros moradores seus vizinhos, que estão relacionados à dificuldade de encontrar vagas nas escolas de ensino fundamental e médio bem como a necessidade de creches para o atendimento das crianças no novo bairro.

Figura 55: Moradia transformada em Igreja no Bairro Altos do Parque



Foto: Adriana Pinhorati, 2015

Outra família contatada foi a do Senhor Juciano, no Castelo Branco, ele possuía uma padaria e relembra com saudade do tempo em que tinha seu negócio no local. Para ele foi muito difícil sair do bairro, saiu mais por causa dos filhos Flávia e Silvio, pois, em sua antiga moradia, residiam 3 (três) famílias e eles dividiam a mesma casa, e a remoção para o Bairro Altos do Parque significava um avanço para seus filhos, pois, dessa forma, cada um teria a sua casa.

Nos mudamos e cada um foi pra sua casa. Nós montamos a padaria aqui no bairro, e como não tem comércio perto foi bem melhor pra nos aqui. Mas agora eu doente, fica difícil, minha mulher saiu cedo para tentar vaga no posto de saúde, às vezes não consegue, mesmo saindo cedo (Informação verbal, 2015).

O morador Juciano está atualmente com uma nova padaria no Bairro Altos do Parque. Ele relatou que por um lado, para os negócios, a remoção para o novo bairro significou melhoria na vida financeira, porém, por outro lado, comentou que como tem problema de saúde, sentiu dificuldade de assistência médica, foi quando ele descobriu que estava perdendo a visão devido a diabetes, atualmente só enxerga vultos de pessoas e sofre para conseguir uma agenda com médico no Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele foi muito resistente em sair da antiga casa, pois, segundo ele, a casa era grande e não estava em área de risco. Apenas quando o córrego enchia muito é que a água atingia o quarto de sua filha, mas não seria o caso de ter deixado o Castelo Branco e a vizinhança. De acordo com Flávia, filha dele,

Quando chovia eu ia dormir com medo. No meu quarto tinha um buraco que dava pra ver o córrego, tinha medo de dormir e da água invadir o meu quarto. Isso era toda vez que arrumava pra chover. Meu pai não queria sair dali, tinha a vida dele, mas depois por causa dos filhos, ele resolveu vir pra cá. Agora aqui ele tem a padaria dele, é difícil médico (Informação verbal, 2015).

Aos poucos as dificuldades encontradas no novo bairro iam aparecendo nos relatos dos moradores, a cada contato perdiam um pouco o medo de realmente comentar sobre os problemas que os envolviam. De acordo com Silvio, filho do Senhor Juciano, que também teve acesso a uma moradia no Altos do Parque II, um outro problema foi a segurança. Segundo ele, várias casas já teriam sido assaltadas. Ele reclamava do policiamento no local, afirmando que

há viaturas que fazem ronda, mas o bairro é distante, e sentem-se inseguros. Tem muita família de presidiário que recebeu casa aqui, tem ruas que formaram bocas de fumo. Pra você ver, várias casas tiveram que colocar grades nas janelas (Informação verbal, 2015).

De acordo com a moradora Flávia, também filha do Senhor Juciano, já tentaram entrar na casa dela; a casa não é murada, mas, segundo ela, “é melhor, pois se a sua casa é murada pode demorar mais para alguém ouvir você gritando e te socorrer” (Informação verbal, 2015). Ela faz o relato de que um dia a noite mexeram em sua porta. Ela estava sozinha com sua filha pequena em casa (figura 58) e começou a gritar e chamando pelos vizinhos, na hora conseguiu até ligar para a polícia, a pessoa que estava tentando entrar em sua casa foi embora. Após isso, tentando garantir a segurança de sua família, cercou suas janelas e portas com grades protetoras.

Figura 56: Moradia com grades de proteção nas janelas e Portas



Foto: Adriana Pinhorati, 2015

Nos relatos sobre o Bairro Altos do Parque, percebe-se que, houve pouca distância entre uma casa e outra, foi ao menos garantido as relações de proximidades ao fazerem as remoções das famílias, percebe-se que eles se conhecem e, ainda, mantêm o vínculo social vivendo como uma grande família similar a quando viviam no Castelo Branco. Eles sabem onde os antigos moradores estão, possuem contato direto com essas famílias e acabam cuidando um dos outros. Percebe-se, ao caminhar pelo bairro, que os níveis de renda em relação à casa que tiveram acesso é bem diferente entre os moradores removidos e os que também receberam suas casas por serem de famílias com outras origens.

Notam-se que no Altos do Parque, existem casas estão muradas e reformadas e em algumas os moradores possuem dois carros na garagem e, ao caminhar pelas ruas do novo bairro com a moradora Eloisa, questiona: *“você acha que essas pessoas não tinham condições de comprar uma casa em algum lugar? Tem tanta gente na fila na espera para acessar uma dessas casas e não conseguem”* (Informação verbal, 2015).

Verifica-se que, dos moradores que vieram removidos do Castelo Branco, devido à

falta de condições financeiras ou mesmo às preocupações em serem assaltados, poucas casas foram muradas, muitos ainda guardam em seu quintal sobras de materiais de construção, tais como telhas e tijolos retirados da antiga moradia na expectativa de que um dia sua casa seja aumentada e comporte sua família.

Outro problema dessa transferência para o Altos do Parque está relacionado ao custo da casa que foi entregue aos moradores. Como os valores levaram em consideração a renda das famílias, como já relatado nesta tese, alguns tinham condições de arcar com mais uma conta e outros não, nas medidas de exceção que foram tomadas pelo Estado, para a remoção das mesmas foram consideradas as condições socioeconômicas de quando os moradores residiam na área do Castelo Branco, algumas não atenderiam à nenhum critério de renda para o acesso à moradia e nenhum acompanhamento foi fornecido aos moradores para avaliar o impacto que a mudança para o Altos do Parque teria em relação à renda familiar ou mesmo se haveria manutenção de condições de vida e emprego morando nessa área nova, nenhuma dessas novas conjunturas de vida dessas famílias foi acompanhado ou mesmo levado em consideração.

Uma dessas situações pode ser exemplificada pela moradora Marcela, que foi outra família removida do Bairro Castelo Branco. Ela reside com seus quatro filhos e uma irmã que tem problemas mentais. A situação dessa família foi a que mais chamou atenção considerando as condições de miserabilidade encontrada e na falta de assistência social às famílias que foram removidas.

Em uma ocupação irregular, as famílias geralmente não se preocupam com o pagamento de água, luz, aluguel e IPTU e, em muitos casos, há famílias que têm sua conta reduzida pelo baixo consumo e de políticas destinadas a pessoas de baixa renda. A família de Marcela foi removida do Castelo Branco e teve várias dificuldades no Bairro Altos do Parque, que foram iniciadas com a busca por escolas para seus filhos na redondeza e apenas, após vários dias de procura no Bairro mais próximo, o Parque Cuiabá, foi que conseguiu vaga para seus filhos.

Segundo ela, próximo de sua mudança para o Bairro, sua mãe e pai faleceram, por causa disso teve de deixar o trabalho para cuidar de sua irmã com problemas mentais e que antes recebia ajuda de seus pais. Em seguida, seu marido a deixou e não fazia o pagamento de pensão aos filhos, deixando sua situação econômica muito complicada. A fatura de sua casa é um dos maiores valores encontrados entre os moradores removidos para o Altos do Parque,

removidas, algumas retornaram no mesmo ano, pois, no Altos do Parque estariam enfrentando várias dificuldades, entre elas: falta de transporte coletivo(figura 60), atendimento médico e escolar, bem como as necessidades básicas de comércio, além de terem que pagar uma taxa mensal pela moradia.

A área para onde os moradores foram levados possui casas no padrão das construídas no programa “Minha Casa Minha Vida”, com 36m², porém os moradores dependem de 3(três) transportes coletivos para chegarem ao local em que trabalham, levando em média uma hora e meia em seu deslocamento para o centro da cidade. Conforme a presidente da associação de moradores, no final de semana a situação agrava, o Bairro conta apenas com um único ônibus aumentando ainda mais o tempo de espera no dia de lazer.

Desses moradores que retornaram, alguns estão alugando suas casas no Altos do Parque e pagando o aluguel no antigo bairro de origem, pois, mesmo com a infraestrutura precária, o tempo de deslocamento é pequeno e se torna mais viável para o trabalhador e também para o empregador manter sua residência na área central. Outro fato relatado pelos moradores que se deslocaram para o Altos do Parque foi a falta de equipamento comunitário no local, onde não há escolas e nem creche para as crianças estudarem ou ficarem durante o período em que os pais estão trabalhando, fatos que os levam a denunciar a situação vivida.

Figura 58: Terminal de baldeação entre o Bairro Altos do Parque e o Parque Cuiabá local de onde partem os transportes rumo à região central da cidade.



Foto: Adriana Pinhorati, 2014

A promoção da reestruturação urbana de áreas tais como as do Castelo Branco, desencadeiam remoções que vinculadas a urgência do uso de recursos da Copa, atropelaram direitos sociais, promovendo fragmentação urbana, que levaram as pessoas de baixa renda para áreas distantes do centro principal em locais com falta de equipamentos comunitários necessários a sua manutenção.

A população removida, que neste caso esteve relacionado às obras da copa do mundo e da atuação de jogos de interesses imobiliário, tornam-se as principais vítimas desse processo de exclusão, no entanto, a moradia um direito constitucional é uma das principais necessidades de inúmeras famílias, que como cidadãos, deveriam ser acolhidos num plano de desenvolvimento urbano, que buscasse atender as demandas sociais por infraestrutura e não os deixassem excluídos do acesso aos serviços públicos que deveriam ser garantidos a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação urbana promovida na cidade de Cuiabá a partir do desenvolvimento da Copa do Mundo em 2014, pode ser verificada na criação de diferentes áreas na cidade e na região metropolitana. Primeiramente, o eixo central de Cuiabá, onde houve a articulação política e econômica, com a demolição do Estádio do Verdão e a criação da Arena Pantanal que a partir de projetos que atenderam a Copa, transformaram Áreas de Preservação Permanente de Cuiabá (Via Verde) e área rural norte de Várzea Grande onde o espetáculo criado no recebimento da jogos da Copa, reforçam o “espaço luminoso”, também gerado na instalação dos Campus Universitários em Várzea Grande e que reforçam a reestruturação urbana que favoreceu a especulação imobiliária nas duas regiões dessas cidades em áreas onde o capital imobiliário passou a investir na construção de residenciais de médio e alto padrão bem como na instalação de shopping center que proporcionou uma mudança no fluxo da região, bem como de sua fluidez econômica, passando a ser um espaço de grande troca econômica.

O Estado, ao realizar investimentos em infraestrutura nessas imediações, tais como a duplicação de ponte sobre o Rio Cuiabá, a duplicação da Av. Mario Andreazza e a criação do Centro Oficial de Treinamentos do Pari estavam articulado para atender a Copa e garantiu a parceria com o Capital privado onde a execução de políticas públicas atendia um plano de reestruturação empresarial, que trariam lucratividade para os “promotores das obras” benefícios econômicos no pós Copa.

Outra área da cidade que também recebeu esses investimentos da Copa, esteve na ligação do Anel Viário entre Cuiabá e Várzea Grande, onde além de facilitar o deslocamento de *commodities* que cruzam o Estado de Mato Grosso passando pela rodovia Imigrantes, proporcionou a ampliação da área urbana, fazendo com que novos investimentos servissem como chamariz a especulação imobiliária, substituindo a paisagem rural e o agronegócio passou também a investir na cidade, utilizando essas áreas como em processo de valorização para a consolidação de investimentos lucrativos também no espaço urbano.

Em todas as mudanças intraurbanas verificadas, em Cuiabá pode-se compreender que a cidade tornou-se negócio e a Copa do Mundo uma justificativa para que projetos reestruturantes no espaço urbano atendessem aos interesses políticos que com a corrupção de obras superfaturadas recebem uma parcela desses investimentos, no entanto, os investidores

do mercado imobiliário, fazem com que infraestruturas básicas sejam instaladas valorizando ainda mais seus terrenos e com agilidade no processo de “melhorias” urbanas, conseguem que seus interesses sejam atendidos.

Assim, a realização do megaevento esportivo, que teve em Cuiabá a realização de 4 jogos, norteou o desenvolvimento de um projeto de reestruturação, que no discurso, promovia o turismo em relação ao Pantanal e também a Chapada dos Guimarães, no entanto, outros estudos já mostravam que os turistas de jogos esportivos, pouco consumiam do lugar, verificou-se na prática que o turismo em nenhum momento foi foco, que a rede hoteleira de Cuiabá passa por uma grave crise, intensificada pelas construções de novos hotéis de alto padrão que na maior parte do ano ficam vazios, fazendo com que pequenos hotéis cheguem a falência pela quantidade de oferta e pouca demanda.

A leitura que se pode fazer do megaevento que ocorreu em Cuiabá na realização dos jogos da Copa do Mundo, faz parte do cenário construído em todas as cidades sedes, a reestruturação urbana proposta atende aos interesses do mercado imobiliário e facilmente isso é percebido nos levantamentos sobre os diferentes locais em que tais obras foram realizadas. A forma como a legislação urbana foi aplicada no que diz respeito aos moradores de áreas de APP, ou mesmo nos contratos feitos a “toque de caixa” para a execução do plano da FIFA, reforçam a parceria estabelecida entre capital privado e poder do Estado, que permitem responder a quem de fato atendeu o projeto da Copa do Mundo realizado em Cuiabá.

Como consequência do espetáculo, o alvo mais atingido na construção da cidade de exceção, foram as pessoas que estiveram direta ou indiretamente ligadas às ações desenvolvidas na cidade para a Copa do Mundo, impactadas pelo fato de não existir planejamento voltado a atender as principais demandas sociais, tais como programas de moradias populares, saneamento básico, serem beneficiadas por um transporte coletivo de qualidade, terem acesso a espaços de lazer, esse tipo de planejamento social, tão necessário à cidade, é oneroso, e não desperta interesse político em resolver tais problemas. Importa sim, retirar do caminho a população que por vezes atrapalham os interesses do mercado imobiliário, buscando da forma mais fácil possível, meios para promover a remoção.

No entanto, com as mesmas “armas” que são ameaçados, a população também ameaça, criando focos de resistência a esses projetos centralizadores e que beneficiam apenas ao mercado imobiliário na valorização de áreas do entorno. Os moradores se mobilizam e juntos pensam em estratégias que podem burlar a ação desses grupos opressores, se apoiam

nas lutas realizadas em outros lugares, e resistem o quanto podem às verticalizações que querem expropriá-los da terra urbana central e os mandar para a periferia.

A resistência enquanto espaço de luta, promove a defesa do espaço urbano ocupado, que nesta tese, garantiu a permanência de aproximadamente 500 famílias em seus locais de moradia, mostrando que por mais que haja pressões por parte do mercado imobiliário, a defesa do espaço habitado, dos anos de moradia, de sua história de vida nas áreas ocupadas, tudo isso, tem valor, a luta pela moradia deve atender também o respeito as condições históricas de vida que não podem ser burladas apenas pelos interesses do capital.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA F., N. A. (Org.). **Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidaria**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

AQUINO, Adejá de. **Habitação popular: A penúria da moradia na periferia urbana**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo, Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação social no Brasil democrático. *In*: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo, Cortez, 2009.

BRANDÃO, Carlos, Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANSKI, Regina Meyer *et. al.* Infraestruturas nas Copas do Mundo da Alemanha, África do Sul e Brasil. **Caderno Metrópole**. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 557-582, jul/dez 2013.

BRASIL. Lei Federal 10.257 de 10.07.2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

BRASIL. Matriz de responsabilidade que entre si celebram os entes federativos abaixo nominados com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização das confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo 2014. Brasília, 2010.

BRASIL. LEI n. 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 17 maio 2012.

BRASIL. Ministério das cidades. Portaria em aprovação que regulamenta os procedimentos e medidas que garantam o direito à moradia e à cidade às pessoas afetadas em decorrência da

necessidade de deslocamento involuntário provocado pela execução de obras e serviços de engenharia em intervenções sob gestão do Ministério das Cidades. Brasília- DF, 2012.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Lei Geral Da Copa**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/tags/lei-geral-da-copa>>. Acesso em: 21 abril 2014.

BUNGE, M. **La ciencia, su metodo y su filosofia**. Buenos Aires: Siglo Viente, 1972.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo-SP: EdUSP, 2008

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

CUIABÁ. Lei complementar nº 359 de 2009. Cuiabá Lei Aglomerado Urbano. Aglomerado Urbano de Cuiabá e Várzea Grande foi constituído por legislação LC 28 de 30 de Novembro de 1993, alterada de LC 65/99. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/9fcbd862aa45ffa8042575c40046cb9d?OpenDocument>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

CUIABÁ. **Diagnóstico socioeconômico da implantação da Avenida Parque do Barbado - Cuiabá/MT**. v.1. Cuiabá- MT, UFMT, SECOPA, Governo do Estado de Mato Grosso, 2012.

CUIABÁ. Lei Nº 5761 DE 20/12/2013. Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Cuiabá, e dá outras disposições. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=263884>>. Acesso em 20 fev. 2015.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. **Perfil socioeconômico**. Cuiabá: IPDU, 2007.

DANTAS, Marcos. **Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Lua Nova, 2003, acessado em: 03 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67311579002>>

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Buenos Aires: La Marca, 1995

FARIAS, Luiz Antonio Chaves de. A cidade sob a reestruturação urbana revisitando o conceito com o caso do Rio de Janeiro. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*, 12, 2013, Rio de Janeiro. **Anais**. Disponível em: < Fonte <http://docplayer.com.br/5600566-A-cidade-sob-a-reestruturacao-urbana-revisitando-o-conceito-com-o-caso-do-rio-de-janeiro.html>> Acesso em: 18 abr. 2015.

FONSECA, Bruno *et. al.* Tem dinheiro público, sim, senhor. **Pública**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/06/tem-dinheiro-publico-sim-senhor/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos sociais na contemporaneidade. *In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M (Org.). Movimentos sociais na era global*. São Paulo, ed. Vozes, 2015.

GOTTDIENER, Mark. **A produção do Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2010

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestrutuação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. *In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. Reestruturação Urbana: Tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

GRAMSCI, A. **La costruzione del Partito Comunista**. Turim: Einaudi, 1971.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Culturas brasileiras da participação democrática. *In: AVRITZER, Leonardo (Org.). Experiências nacionais de participação social*. São Paulo, Cortez, 2009.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo-SP: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo-SP: Boitempo, 2011.

JACOBS, JANE. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte-MG: EDUFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro. 2001.

LENCIONI, S.. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. *In*. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998. **Anais...** Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998, p.1-10.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Abril cultural, 1995.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, abril, 1984.

MARCONI, Mariana de Andrade & Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Eduardo César. **Redes Sociais: Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/ANNABLUME, 2003.

MASCARENHAS, Gilmar. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. *In*. MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G. & SANCHEZ, F. **O Jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro-RJ: EdUERJ, 2011a, p. 27-39.

MASCARENHAS, Gilmar. O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007). *In*. MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G. & SANCHEZ, F. **O Jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro-RJ: EdUERJ, 2011b, p. 41-56.

MATO GROSSO. **Plano de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso MT + 20**. Versão Técnica parte 1. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, Adriana Queiroz. **Um estudo sobre a cidade ilegal em Cuiabá-MT**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

NEGRI, Silvio Moisés. A dinâmica do espaço urbano-regional: pesquisas no nortecentral paranaense. In: **A expansão da periferia na região metropolitana de Maringá: A cidade de Paiçandu**. Unicentro, 2006.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de. Grandes projetos e planejamento urbano: práticas recentes das administrações públicas brasileiras. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de (ORG.). **Grandes projetos metropolitanos Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro-RJ: Letras capital, 2012,p.66-89.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Ana Maria Figueira. Mudanças socioculturais no futebol pernambucano: a cobra, o timbú e o leão. Quem ganhará esse jogo? Seminário: **Metropolização e Megaeventos**: impactos da Copa do Mundo/2014 na Região Metropolitana do Recife. Recife: 2013. Disponível em: <metropolizacaoemegaeventosrecife.blogspot.com.br>. Acesso em abri, 2014.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: RAMOS, Maria Helena Rauta e BARBOSA, Maria José de Sousa (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas**: ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo, Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Arlete Moysés. O Espaço Urbano e as Estratégias de Planejamento e Produção da Cidade. In: PEREIRA, Elson Manoel. **Planejamento Urbano no Brasil**: Conceitos, Diálogos e Práticas. Chapecó-SC: Argos, 2008, p.111-126.

ROMANCINI, Sônia Regina. Avenida Historiador Rubens de Mendonça: A redefinição da Centralidade Urbana em Cuiabá. **Revista mato-grossense de Geografia**, Cuiabá, ano 04/05. n. 05/06, out. 2000/2001.

ROSSETTO, Onélia Carmem; ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira (Coord.). Universidade Federal de Mato Grosso; Secretaria da Copa. Governo do Estado de Mato Grosso. **Diagnóstico Socioeconômico da Implantação da Avenida Parque do Barbado**. Cuiabá/MT: UFMT/SECOPA, 2012. Relatório.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Chapecó-SC: Argos, 2010.

SANCHÉZ, F.; Bienenstein, Glauco & Mascarenhas, Gilmar. Pós-Escrito: 2014 e 2016, quem define o jogo? *In*: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G. & SANCHEZ, F. **O Jogo continua**: Megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro-RJ: EdUERJ, 2011, p. 287-298.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Janio. Reestrutura Urbana x Reestruturação da Cidade: O Caso de Salvador. *In*: **Colóquio Internacional de Geocrítica**. 10, 2008, Barcelona. Anais. Disponível em: <Fonte: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/388.htm>> Acessado em 02 mai. 2015.

SANTOS, José Antônio Lemos. **Cuiabá e a Copa**: a preparação. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil**: impactos da copa do mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil**: impactos da copa do mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p. 51-56.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; LIMA, Caio Guimarães Rocha. Impactos Econômicos dos Megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Brasil**: impactos da copa do mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p. 57-78.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SILVA, Adriana Bernardes. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. *In*. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS – ENG. **Anais**. Porto Alegre: AGB, 2010.

SILVA, Rosinaldo Barbosa. **Participação Social Institucionalizada e a re-produção do Espaço urbano da cidade de Várzea Grande – MT**. Dissertação (Mestrado), UFMT, 2015.

SILVA, Rosinaldo Barbosa. Centro oficial de treinamentos – COT e dinâmica urbana de Várzea Grande – MT. *In*: NASCIMENTO, Adriana Queiroz (ORG.). **Cuiabá: os impactos da copa do mundo 2014**. Cuiabá-MT: KCM, 2015.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*. México, v.54, p.114 - 139, 2004.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Megaeventos esportivos e o urbano: a copa do mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 4, art. 11, p. 195-214, Out./Dez. 2013 ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12819/2013.10.4.11>>. Acesso em 15 de junho de 2016:

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

VAINER, Carlos Bernardo; OLIVEIRA, Fabrício Leal de & LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. *In*: OLIVEIRA, Fabrício Leal de (Org.). **Grandes projetos metropolitanos Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. Rio de Janeiro-RJ: Letras capital, 2012.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

VENTURI, Luis Antônio Bittar (Org.). **Geografia:** práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo-SP: Sarandi, 2011.

VILARINHO NETO, C. S. Cuiabá, Uma Metrópole Regional. *In:* ROMANCINI, Sônia Regina. (Org.). **Novas Territorialidades Urbanas Em Cuiabá.** 1. ed. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de levantamento de campo sobre as atividades comerciais no entorno da arena



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT
 INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS – CUA
 CURSO DE GEOGRAFIA – CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARAGUAIA

**ROTEIRO DE ATIVIDADES DE CAMPO 22/07/2013 AREA DE EXCLUSÃO
 FIFA – REGIÃO COMERCIAL DO ENTORNO DA ARENA PANTANAL.**

✓ Levantamento em campo do Setor Formal e Informal no entorno da Arena Pantanal-referente à “zona de exclusão” – “Território da Fifa”. Atividades nos órgãos públicos.
 Metodologia: baseado no mapa da zona de exclusão da Fifa construído pela equipe que trabalha com o geoprocessamento no projeto, mapear as imediações da Arena Pantanal identificando em sua base o tipo de área comercial existente na principal avenida de acesso ao estádio e nas principais vias intermediárias na zona de 1 km.
 Procurar informações com o Gerente ou proprietários sobre os investimentos em formação/informação que vem sendo dada aos comerciantes do local para o período da Copa do mundo em 2014.

A EMPRESA

Nome _____ do _____ Comercio: _____

Endereço: Avenida Agrícola Paes de Barros n. _____

Responsável pelo comercio no momento da entrevista: _____

– Tipo de atividade exercido: () gerente () proprietário () outro:
 qual _____

– Tempo de empresa aberta no local: _____

Ramo de atividade da empresa atual: _____

Possível ramo de atividade anterior: _____

Formação aos comerciantes

Houve investimento do comerciante no comercio devido a realização da Copa do mundo em Cuiabá?

– Qual? _____

Há algum curso oferecida aos comerciantes pela SECOPA: prestação de serviços.

—
Formação oferecida pela Empresa/ Associação Comercial/outros/SEBRAE/SENAI

EXPECTATIVAS DO COMERCIANTE:

Público que utiliza o comércio:

- local – moradores do próprio bairro ou imediações na própria região oeste de Cuiabá;
- cidade – moradores de outras regiões da cidade;
- outras cidades de Mato Grosso. Quais:

Quais as expectativas de aumento de lucro para o período da copa:

- pensar em %

Ramo de atividade para o período pós copa do mundo:

- continuar no mesmo ramo
- caso o ramo de atividades tenha mudado, voltar ao ramo anterior;
- outro. Qual?

REFLEXÕES -

Copa do mundo para o senhor é.....

Para o senhor o Esporte local significa.....

APÊNDICE 2 – ofício encaminhado à SECOPA

Cuiabá, 26 de junho de 2013

À Secretaria Extraordinária da Copa do mundo FIFA 2014 - SECOPA

Sr.

Prezado Coordenador

Solicitamos a disponibilidade dos projetos (em formato DWG ou Shapefile) que estão relacionados à mobilidade urbana voltados ao evento “Copa do mundo 2014” tais como: projeto do VLT Veículo Leve sobre Trilhos, Trincheiras, Viadutos, duplicação de avenidas, dentre outros. Tais informações são primordiais para realização da pesquisa intitulada: “Projeto Metropolização e Mega-Eventos: impactos dos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do mundo/2014”.

Disponibilizamos-nos para esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,

Profa. Me. Adriana Queiroz Nascimento

UFMT/CAMPUS ARAGUAIA

Coord. núcleo projeto metropolização e megaeventos/UFRJ/FINEP

APÊNDICE 3 – Entrevista com as lideranças do movimento de resistência do Barbado em Cuiabá-MTQuestões norteadoras³⁵

Naquela época foi feita alguma mobilização pelos moradores para vocês ficassem na área?

Durante o período da Copa em que havia a possibilidade de remoção, vocês chegaram a buscar ajuda em algum lugar?

Esses moradores que não foram removidos conseguiram o título de propriedade?

³⁵ Como as entrevistas classificadas realizadas com as lideranças seguiram o modelo proposto por Minayo; Gomes (2012) sendo entrevistas abertas ou em profundidade estas questões norteadoras foram apresentadas neste apêndice apenas para o conhecimento.

APÊNDICE 4 – Roteiro para entrevista aos moradores que foram retirados da ocupação Castelo Branco e foram deslocados para o bairro Altos do Parque.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS – CUA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – CAMPUS UNIVERSITÁRIO
ARAGUAIA

Roteiro para entrevista semiestruturada com os moradores do Altos do Parque II

Nome:

Idade

Onde morava quando vivia no Castelo Branco

Como foi o processo de remoção de sua família da área ocupada?

A SECOPA ofereceu algum tipo de auxílio?

Você sabe ao certo quantas famílias vieram morar no Altos do Parque?